UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LÍVIA GABRIELE DE OLIVEIRA

A PRESENÇA DA IGREJA NAS AÇÕES ABOLICIONISTAS DO NORTE MINEIRO: O caso do Bispado de Diamantina – 1864-1888.

Mariana
2011

LÍVIA GABRIELE DE OLIVEIRA

A PRESENÇA DA IGREJA NAS AÇÕES ABOLICIONISTAS DO NORTE MINEIRO: O caso do Bispado de Diamantina – 1864-1888.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.
Área de concentração: Estado, Região e Sociedade; linha de pesquisa: Sociedade, Poder e Região.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

Setembro de 2011

Mariana, setembro de 2011.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Lívia Gabriele de Oliveira
Graduada em História pela FAFIDIA/UEMG em 2007.
Mestre em História pela UFOP em 2011.

O482p **Oliveira, Lívia Gabriele de.**

A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro [manuscrito] : o caso do bispado de Diamantina – 1864-1888 / Lívia Gabriele de Oliveira. - 2011.
112f. : tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Estado, Região e Sociedade.

1. Igreja católica - Brasil - Teses. 2. Episcopado - História - Diamantina(MG) - Teses. 3. Escravos - Emancipação - Teses. 4. Escravidão - História - Brasil - Alforria - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto.

Catalogação: sisbin@sisbin.ufop.br

Lívia Gabriele de Oliveira

A PRESENÇA DA IGREJA NAS AÇÕES ABOLICIONISTAS DO NORTE MINEIRO: O caso do Bispado de Diamantina (1864-1888).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Estado, Região e Sociedade; linha de pesquisa: Sociedade, Poder e Região. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.
Departamento de História, UFOP

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
Departamento de História,UFOP

Prof. Dr. James William Goodwin Jr.
Departamento de História, CEFET/MG

Agradecimentos:

Deus, muito obrigada!!! Começar os agradecimentos referindo-se primeiramente a Deus pode parecer corriqueiro para alguns, ou mesmo inapropriado para outros, ainda mais se tratando de uma dissertação que aborda justamente o tema da religião. Começar com um testemunho de vida então!!! Aterrorizaria outros tantos. Todavia, peço licença aos leitores para fazer justamente isso.

É a primeira vez, em muitos anos, que eu tenho a coragem de agradecer a Deus publicamente. Apesar de ter sido criada em um meio que valoriza as questões espirituais, chegou um momento que me permiti afastar. Foi um processo doloroso, mas necessário. Nunca briguei ou mesmo neguei a existência divina. Entretanto, a dificuldade em aceita-la me fez ignorá-la. Com o tempo não sofria mais com isso, simplesmente levava minha vida. Ao longo do mestrado, repensei minha vida nesse sentido. Obviamente, você deve estar pensando que aconteceram coisas que me levaram a essa reflexão. Posso garantir que sim, mas não foram determinantes. Até porque, quem convive comigo sabe que já passei por várias outras não menos difíceis. Não aderi a nenhuma religião, simplesmente aceitei a condição divina. Obrigada a Deus por estar sempre comigo, mesmo quando eu o ignorava.

Além de Deus, tenho que agradecer inúmeras pessoas que estiveram presentes e ajudaram de diferentes formas durante esta etapa que estou encerrando. Acredito que a vida é feita de encontros e, por isso, agradeço a todos que em algum momento tangenciaram minha trajetória. Vocês foram muito importantes.

Andréa Lisly Gonçalves, obrigada pela orientação, compreensão, disponibilidade e tolerância. Acrescentaram muito não só no meu texto, mas também na minha vida. Agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa, Ronaldo Pereira de Jesus e James William Goodwin Jr. Como também, o professor Sérgio Ricardo da Mata pela contribuição no exame de qualificação. Obrigada pela disponibilidade e colaboração com o texto. Ao James, agradeço ainda a disposição e amizade que sempre me dedicou.

Aos colegas de mestrado, muito obrigada. Agradeço principalmente a Ana Luzia e sua família, Dona Conceição e Consolação. Me acolheram

carinhosamente quando precisei. Aos funcionários do ICHS, principalmente Eduardo Peixoto, pela disposição em nos ajudar sempre que precisávamos.

Agradeço aos professores da graduação que sempre me incentivaram a continuar no caminho da docência e pesquisa. Hoje amigos, Deivison Amaral, Vanda Praxedes, Deyse Lúcide, Mariuth, Sérgio Nascimento, Patrícia Porto e, o principal inspirador desta dissertação, o saudoso Toninho (Antonio Carlos Fernandes). Obrigada de Coração!

Ao pessoal da Biblioteca Antonio Torres que sempre me aturaram fuçando o arquivo: Denise (*in memoriam*), Chiquinho, Ederlaine e Roney. Inês, pela ajuda com a pesquisa tanto na BAT quanto na Mitra. Hellsy pela ajuda com o texto.

Mamãe Geralda e minha irmã Lidiane são os exemplos de amor incondicional na minha vida. Amo vocês. Kizine e Daise, ta bom vai! Vocês também. Estão presentes sempre que preciso e na hora que preciso. Sou eternamente grata. Elenzinha foi uma diva que entrou na minha vida para me ajudar suportar a distância de casa - e fez isso muito bem. Amiga, espero que você continue na minha vida. Natália, Raquel e Rafaella, não preciso nem falar o quanto vocês foram e são importantes para tornar meus dias mais leves, muito obrigada. Agradeço ainda ao Saulo, a pessoa que me estimulou a buscar esta conquista.

Enfim, obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

Resumo: O tema desta pesquisa é a prática de manumissões e o processo de abolição da escravidão na região de Diamantina, província de Minas Gerais, entre os anos 1860 e 1888. O assunto das manumissões será abordado a partir das cartas de liberdade. Pretende-se, a partir dessa documentação, estabelecer o comportamento das variáveis das alforrias na região, tomando como referência uma conjuntura de prosperidade e outra de crise econômica. O abolicionismo, sobretudo em sua vertente emancipacionista, será abordado através da atuação do Bispo D. João Antônio dos Santos (1818/1905). Além de líder religioso, D. João destacou-se em diversos setores da sociedade, atuando na instrução escolar e na adoção de medidas de combate à crise da mineração de diamantes, que se manifestou nos anos 1870, além da defesa da emancipação dos escravos. Os jornais impressos na região e as cartas pastorais escritas pelo bispo serão as principais fontes utilizadas para a reconstituição da trajetória de D. João Antônio dos Santos.

Palavras-chave: Bispado de Diamantina, Abolicionismo, emancipacionismo e prática de alforrias.

Abstract

The topic of this research is the manumission practice and the slavery abolition process in the region of Diamantina, province of Minas Gerais, between the years 1860 and 1888. The manumission subject will be approached through the use of the freedom letters. It is intended, through the use of this documentation, to establish the behavior of the enfranchisement variables in the region, taking into account a prosperous conjuncture and a financial crisis conjuncture. The abolitionism, principally in its emancipationist aspect, will be approached according to the acts of the Bishop D. João Antônio dos Santos (1818-1905). Besides being a religious leader, D. João also distinguished himself to various sectors of the society, such as in the school instruction, in the adoption of measures to fight the diamond mineration crisis manifested in the 1870s and also in the defense of the emancipation of the slaves. The printed newspapers in the region and the pastoral letters written by the bishop will be the principal sources utilized in the reconstitution of the trajectory of D. João Antônio dos Santos.

Key-words: Diamantina bishopric, emancipationism, enfranchisement.

Lista de Tabelas:

TABELA 1: Alforrias conforme gênero dos escravos e formas de liberdade, década de 1860..... 41
TABELA 2: Alforrias conforme as formas de liberdade e gênero nos primeiros anos da crise de 1870..... 42
TABELA 3: Alforrias conforme as formas de liberdade e gênero..... 44

Lista de Abreviaturas:

AEAD – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

APM – Arquivo Público Mineiro

BAT – Biblioteca Antonio Torres

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

SPNSM – Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês

SUMÁRIO

Considerações Iniciais 10

Considerações sobre a bibliografia e tipologia das fontes..... 14

CAPÍTULO 01: O Discurso Abolicionista e as Práticas de Alforria..... 21

O plano de fundo: a sociedade diamantinense nos séculos XVIII e XIX..... 21

Abolicionismo em Diamantina..... 28

Diamantina: alforrias na segunda metade dos oitocentos..... 33

As alforrias no período da crise geral dos diamantes – 1870..... 40

CAPÍTULO 02: A formação de um líder: Dom João Antonio dos Santos..... 46

Pensamento Ultramontano..... 47

Aspectos biográficos de João Antonio dos Santos: os primeiros anos..... 52

O bispado de Dom João Antonio dos Santos..... 60

CAPÍTULO 03: O discurso emancipador de Dom João Antonio dos Santos..... 71

A Igreja e imprensa: a crise da legitimidade da escravidão em Diamantina.... 73

A Criação da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês..... 83

Ação episcopal e a lei emancipacionista..... 90

“Pastoral abolicionista do Revmo. Bispo desta diocese”..... 94

Considerações Finais..... 101

Fontes..... 105

Referências Bibliográficas..... 106

Considerações Iniciais

Diamantina, 17 de maio de 1905.

Três horas da tarde,

A apreensão dos moradores do antigo Tijuco quanto à saúde do velho bispo se confirmou. O silêncio foi interrompido pelos badalares fúnebres dos sinos da Sé. Logo em seguida os demais sinos de todas as igrejas acompanharam o triste soar que rasgava a cidade.

Naquele momento todos já sabiam. Era o bispo D. João Antonio dos Santos, o "Bispo Velho"[1], que há dois meses estava acometido por uma trombose que insistia em agravar e sofreu o desenlace final da doença.

A população, que já estava em vigília pelo moribundo, se aglomerava agora para as preces e rituais fúnebres. Depois de embalsamado, o corpo foi exposto por três dias na Capela do Palácio, de onde, cumprindo a vontade do bispo, seguiu-se em direção à Sé sob o som da tradicional marcha da Procissão de Sexta-feira Santa. Após receber as honras militares devidas, o primeiro bispo residente de Diamantina, filho da terra, foi sepultado na nave da Sé.[2]

Foram 41 anos de dedicação à diocese de Diamantina como Bispo. Mesmo já idoso e com saúde frágil, Dom João Antonio se manteve a par de tudo que acontecia na diocese. Preparou seu sucessor, Joaquim Silvério de Souza, que não só deu continuidade ao seu trabalho, como também acrescentou com a sua singularidade.

A atuação de Dom João Antonio ultrapassou suas obrigações como propagador da fé. Ordenado no Seminário de Mariana, sob os olhares de Dom Viçoso e atualizado com as idéias que circulavam entre o clero e os demais intelectuais brasileiros e europeus durante o século XIX, o bispo aplicou em Diamantina muito do que aprendeu. Iniciou na região o processo de romanização, implantado de acordo com as peculiaridades da mesma.

Fundou o Seminário Diocesano de Diamantina, cursos profissionalizantes, o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Asilo de Órfãos. Na economia criou, em família, a Fábrica do Biribiri em um momento em que Diamantina vivenciava

---

[1] Desde 1903, quando assumiu como Bispo Coadjutor, que D. Joaquim de Silvério e Souza estava à frente da Diocese de Diamantina. Considerado o "Bispo Novo", seu nome foi indicação do clero mineiro ao Papa Leão XIII. Era capelão de Macaúbas e teve sua formação integralmente realizada pelo reformado clero marianense. Ver: FERNANDES, 2005.

[2] NEVES, 1960, p.49.

uma crise no setor diamantífero. Todas essas ações estavam diretamente vinculadas ao projeto de moralização dos costumes da sociedade proposto em sua primeira pastoral.

Dom João Antonio foi uma figura extremamente importante para a região. Foi protagonista nos diversos setores da sociedade, mas as páginas que se seguem não seriam possíveis sem aqueles pelos quais o bispo se dedicou à causa: os escravos.

Assumidamente a favor da abolição dos escravos, ele divulgou seus ideais emancipacionistas em jornais da região e em pastoral. Entre suas ações a favor da liberdade, a mais significativa, além dos resultados alcançados com a pastoral de 1887, foi a criação da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês (SPNSM) em 1870. Importante não somente pela constituição de um fundo para libertar escravos, mas principalmente por ter introduzido o ideário emancipacionista entre os proprietários da região.

Até pouco tempo os estudos sobre a Igreja para essa região eram uma exceção. Quase sempre uma citação referindo-se à criação do bispado em Diamantina. Nos últimos anos tem havido uma crescente discussão sobre o processo de romanização e institucionalização da Igreja entre o Império e a República. Ainda em 1986, Camello, em seu título *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais*[3], desenvolveu uma ampla discussão do processo de romanização do clero mineiro, possibilitando uma identificação institucional entre as ações dos bispos de Mariana e Diamantina.

Há trabalhos recentes que abordam a Instituição da Igreja em Diamantina nos séculos XIX e início do XX. As discussões permeiam o universo do clero ultramontano e como a Igreja atuava junto aos setores da sociedade, bem como a definição de sua postura como conservadora, moderna ou mesmo "antimodernizadora".[4]

O que não se discute profundamente são as ações emancipacionistas do primeiro bispo diamantinense. Sejam os biógrafos de Dom João Antonio ou os pesquisadores que o retratam, a referência ao mesmo como abolicionista é assídua. Já dedicando ao estudo da escravidão na região norte mineira, me pareceu instigante a possibilidade de identificar um bispo abolicionista.

---

[3] CAMELLO, 1986.
[4] Ver: FERNANDES, 2005. e SANTOS, 2003.

A partir desse momento surgiram as inquietações que deram origem a esta pesquisa: Em um período em que a Igreja Católica era também uma representante do Estado, como se dava a crítica à escravidão por um de seus membros? Sua trajetória pessoal e eclesiástica foi determinante para a posição que adotou frente ao elemento servil? Ele realmente era abolicionista? Quais eram as suas ações que poderiam caracterizá-lo como tal? Como se comportaram as alforrias no período em que ele esteve à frente do bispado?

Essas problemáticas permeiam as relações entre o Estado, Igreja e a sociedade de um determinado tempo e espaço. E ainda, essa ligação se realiza através de um sujeito que pertence e circula pelos diferentes níveis de poder. As contribuições do campo da História Cultural nos permitem apresentar a Igreja de Diamantina articulada à centralização Romana e à Política Imperial e, ao mesmo tempo, adaptada às singularidades regionais.

A Coroa Portuguesa esteve preocupada ao longo do século XVIII em demarcar fisicamente toda a região diamantífera, garantir um controle rigoroso de entrada e saída, e para isso estabeleceu especificidades na sua administração. O Arraial do Tijuco só foi elevado à vila e depois cidade no primeiro quartel dos oitocentos. Apesar dessa preocupação que as autoridades tiveram em preservar e fiscalizar o espaço físico no século XVIII, não foi o rompimento dessa barreira física no século XIX o nosso interesse, e sim, as trocas de informações, de conhecimento, os encontros não necessariamente físicos.

Não houve um isolamento total da região, principalmente quando se trata da circulação de políticas, idéias e acontecimentos que se discutiam em outras localidades brasileiras e européias. No século XIX o Estado se fez presente no norte de Minas também através da instituição Igreja. Entretanto, apesar da instituição ainda ser um órgão extensor das vontades reais asseguradas pelo Padroado Régio, as propostas de ordem e organização da sociedade foram intensificadas pela fé.

A legitimação do poder que a Igreja Católica exerceu sobre a sociedade se deu, principalmente, através do Bispo. Para isso utilizou de sua formação e percepção de fé, religião, sociedade, poder, entre outros, bem como de sua obediência à Igreja Romana e às leis brasileiras. Reservando os latentes conflitos, influenciou o clero e os fiéis em geral a seguirem um determinado comportamento.

Os diferentes níveis de escala vivido por Dom João Antonio, de acordo com o conceito de "jogos de escalas" de Revel[5], foi o que nos permitiu identificar as peculiaridades ou não das ações do bispo diamantinense.

Pensando na Igreja como uma instituição religiosa articulada com a política, economia e arte, relação evidente em Diamantina, Certeau[6] demonstrou como mudanças sociais, econômicas, políticas e religiosas são intercambiáveis a logo prazo. As "estratégias", como ele esclareceu, possibilitam a posição de um modelo ordenando os acontecimentos da vida cotidiana. Essas estratégias também permitem, quando voltadas para o campo político, tanto a aproximação quanto o distanciamento da Igreja com o Estado de acordo com o momento histórico. Isso nos possibilitou entender, por exemplo, como em uma sociedade organizada legalmente pela escravidão, Dom João Antonio se manifestava contra o regime escravista sem perder o seu prestígio político junto aos representantes do governo e aos proprietários.

Com a proposta de analisar as ações realizadas pela Igreja diamantinense, através do bispo Dom João Antonio dos Santos, que a definam como emancipacionista, adotou-se como marco temporal 1864-1888. Apesar do bispado de Diamantina ter sido criado em agosto de 1853, pela lei imperial 693, e efetivado pela bula papal *Gravissimum Solicitudinis* em 1854, o Cônego João Antonio dos Santos foi nomeado em 12 de março de 1863 pelo Imperador. Em 28 de setembro do mesmo ano sua indicação foi aceita por Pio IX e publicada na bula *Apostolatus officium meritis licet*, sendo 02 de fevereiro de 1864 o dia da sua posse.[7]A análise se estendeu até 1888 devido à assinatura da Lei Áurea em 13 de maio, determinando o fim da escravidão em terras brasileiras. É bom ressaltar que não há uma rigidez temporal na análise da documentação, podendo esta ultrapassar os marcos temporais tanto inicial quanto final de acordo com a necessidade imposta pela pesquisa.

---

[5] REVEL, In: LEVI, 2000.
[6] CERTEAU, 1998
[7] COSTA, D. P. 1993, p. 15. NEVES, 1960, 52. SANTOS, G. A. 1921, p. 8. O primeiro bispo nomeado para assumir a recém criada diocese de Diamantina foi o Padre Marcos Cardoso de Paiva, eleito por decreto em fevereiro de 1856. O padre não se apresentou e, devido à suas moléstias, solicitou em junho de 1858 sua exoneração. Não sendo aceita, no ano de 1860 pede novamente a exoneração, agora com o agravamento de sua moléstia. Foi atendido por decreto de 02 de novembro do mesmo ano. Assim, mesmo tendo sido criada em 1853, a diocese de Diamantina só veio a ter um bispo residente em 1864, com a sagração de Dom João Antonio.

Considerações sobre a bibliografia e tipologia das fontes.

As questões que permeiam o objeto de estudo se concentram em dois temas principais: abolicionismo e Igreja Católica. Dentro dos possíveis desdobramentos desses dois temas e visando estabelecer possíveis ligações e interpretações com outros campos de estudos necessários para o contexto, buscou-se escolher uma bibliografia que pudesse oferecer consistência teórica e conceitual para a análise a ser realizada.

Dom João Antonio dos Santos fez parte, desde o início da sua formação eclesiástica, do processo de reforma do clero mineiro de acordo com os preceitos ultramontanos defendidos por Dom Viçoso, o então bispo de Mariana. Assim, para se entender como se deu essa reforma na diocese de Diamantina, se fez necessário remeter à fonte que o prelado diamantinense bebeu primeiramente dessas idéias.

Em seu texto *Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844-1875)*[8], Campos analisou a romanização em Mariana, identificando D. Viçoso como iniciador, em termos temporais, da romanização no Brasil. Defendeu que a romanização no Brasil ocorreu de forma desigual e que os estudos regionais e comparativos possibilitam a construção de uma síntese da romanização. Seguindo a mesma linha, o estudo de Coelho "*A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*"[9] demonstrou que os bispos considerados ultramontanos "atuaram na sociedade brasileira no sentido de resgatar a religiosidade como soberana sendo essa, vinculada diretamente a Roma e conseqüentemente ao Sumo Pontífice" [10]. Mesmo portadores de um "capital cultural", os bispos imprimiam suas singularidades enquanto sujeitos, adequando-se às peculiaridades regionais.

O objetivo deste texto não foi aprofundar no processo de romanização iniciado em Diamantina por Dom João Antonio, todavia, ao analisar as ações do bispado frente à sociedade, esse processo se revelou. Compartilhando da premissa que a romanização assume peculiaridades de acordo com a região e o sujeito, as fontes documentais foram a base dessa identificação, recorrendo, quando necessário, ao contexto geral que ronda a problemática.

---

[8] CAMPOS, 2010.
[9] COELHO, 2010.
[10] COELHO, 2010, p. 116.

Especificamente para Diamantina, os textos de Santos *Entre a Norma e o Desejo: Estudo das Tensões na Vida Conjugal Diamantinense no Processo de Mudança Social (1863-1933)*[11] e de Fernandes *O Turíbulo e a Chaminé: a ação do bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina (1864-1917)*[12] abordaram a Igreja no momento em que Dom João Antonio esteve à frente do bispado: 1864-1903[13].

O primeiro retratou a mulher diamantinense e das regiões vizinhas analisando suas estratégias em meio às tensões da vida conjugal. Através dos jornais, Santos abordou o que denominou como "implementação de um projeto moralizador" adotado pela Igreja. Projeto esse que teria sido enfatizado e melhor sistematizado por meio da tentativa de modelagem do comportamento feminino[14].

Já o segundo se dedicou a ação do bispado no que ele classificou como "constituição da modernidade em Diamantina". Analisou a atuação dos dois primeiros bispos nos diferentes setores da sociedade e, consequentemente, a romanização na região. Fernandes reconheceu a importância de Dom João Antonio nesse processo e identificou as decisões que o bispo tomou em vários níveis, como nas transformações econômicas e nas relações do trabalho, determinantes, segundo ele, para a modernização daquela sociedade. Dom Joaquim Silvério de Souza, sucessor de Dom João Antonio, teria sido o consolidador do processo romanizador e das obras iniciadas pelo antecessor, dedicando boa parte de sua obra ao "bispo novo".[15]

Apesar de abordarem a instituição da Igreja em locais e períodos quase coincidentes, Santos e Fernandes divergem quanto à caracterização das ações da mesma. Santos percebeu que a "vida intelectual e moral expressa por meio de jornais veiculou um discurso antimodernizador em matéria de manutenção dos bons costumes"[16]. Já Fernandes defendeu que esse discurso pode ser definido como conservador e se reportou "aos bons costumes familiares concebidos como universais no fim-de-século na Europa, ou então, no caso dos periódicos católicos, se reportou às instruções romanas de uma sociedade cristã e tradicional que

---

[11] SANTOS, 2003.
[12] FERNANDES, 2005.
[13] Já idoso e doente, Dom João Antonio, em 1º de maio de 1902, redigiu sua última "Carta Pastoral dando aos diocesanos a boa vinda do seu coadjutor, o Exmo. Sr. Joaquim de Silvério Souza, Bispo titular de Bagis".
[14] SANTOS, 2003.
[15] FERNANDES, 2005.
[16] SANTOS, 2003, p.37.

primava pela ordem, família, propriedade e autoridade”[17]. Para Fernandes, uma vez que o pensamento conservador pertencia à modernidade, tanto quanto o liberalismo, o positivismo, o anarquismo ou socialismo, nesse sentido, ser conservador não significava deixar de ser moderno, ou ser antimodernizador.

Quanto à vida do Bispo Dom João Antonio, dois biógrafos foram determinantes para esta pesquisa: Monsenhor Gabriel Amador dos Santos e José Teixeira Neves. O primeiro escreveu em 1921, com a aprovação do Arcebispo Metropolitano Dom Joaquim Silvério, a *Criação da Diocese*[18], possibilitando a leitura de cartas pastorais de Dom João Antonio, uma vez que transcreveu os originais. Já Neves escreveu *Aspectos do século XIX na Vida de um Prelado Mineiro: atividades e influências de Dom João Antonio dos Santos, 1º Bispo de Diamantina*[19]. Publicado em 1960, o texto utilizou como fontes principais as notas biográficas do bispo escritas pelo Cônego Severiano de Campos Rocha, publicadas no periódico *Estrela Polar*. Além desses dois textos, em meio aos documentos pessoais do referido bispo, localizados na Mitra Diocesana de Diamantina, encontra-se mais dois extensos ensaios biográficos não assinados e nem datados.

Outro texto importante para esta pesquisa é *A Igreja e a Escravidão (1875-1888)* de Beozzo[20]. Identificando a extinção do *elemento servil* como questão central da vida brasileira no final do Império, o autor examinou a situação e evolução da escravidão, bem como a posição da Igreja frente ao problema. O texto esclareceu dados demográficos da população cativa, políticas e leis a favor da abolição e como a Igreja se portava diante das mesmas. Expôs medidas adotadas por representantes da Igreja a favor da libertação de cativos em diferentes regiões brasileiras. Citou, inclusive, Dom João Antonio como uma ação isolada da Igreja em busca da liberdade dos escravizados.

Souza, em 1993, produziu uma análise sociológica sobre a trajetória das cidades do Serro e Diamantina frente a desafios econômicos, sociais e políticos em seu livro *Cidades: Momentos e Processos – Serro e Diamantina na Formação do Norte Mineiro do século XIX*[21]. Apoiado por uma abundante documentação,

---

[17] FERNANDES, 2005, p. 34.
[18] SANTOS, G. A. 1921.
[19] NEVES, 1960.
[20] BEOZZO, In: HAUCK, et. al. 2008, p. 257-295.
[21] SOUZA, 1993.

retratou a presença da Igreja, mesmo que sucintamente, nas três áreas trabalhadas por ele, inclusive citando o projeto que a mesma desenvolvia em prol da liberdade dos escravos. Para Souza, a criação da SPNSM esteve diretamente relacionada à transformação das relações de produção comandadas pela elite das duas cidades. Acredito que essa relação pode realmente ter ocorrido, mas não foi determinante. O histórico pessoal do bispo demonstrou que o mesmo já inclinava pela defesa da liberdade do cativo ainda na primeira metade do século XIX, quando ainda estava no Seminário de Mariana.

As questões econômicas foram abordadas por Fernandes e Souza, entretanto, os textos de Martins foram esclarecedores para a história econômica do município no final do Império. A crise da mineração dos diamantes de 1870 e seus desdobramentos foram discutidos em seu artigo *A crise da mineração e os negócios do diamante no nordeste de Minas Gerais (1870-1910)*[22]. Voltado para o projeto industrial e a desarticulação do comércio com a chegada da ferrovia no início do século XX, *A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930*[23] também trouxe grande contribuição para este trabalho.

Costa, em *A abolição*[24] fez uma síntese, nem por isso simplificada, do processo de abolição no Brasil através das discussões políticas e parlamentares, identificando os sujeitos e movimentos abolicionistas. Acontecimentos e discussões que possibilitaram uma contextualização de Diamantina com o cenário nacional.

Cota, além de identificar esse processo, acrescentou ao apresentar uma discussão historiográfica brasileira e mineira sobre a abolição desenvolvida ao longo dos anos. Defendeu a hipótese de que "Minas Gerais pode ter assistido a uma multiplicidade de posicionamentos em torno da campanha pelo fim da escravidão e não apenas tímidos discursos alimentados pelo "espírito mineiro" ou pela dependência econômica da escravidão"[25]. O seu estudo *O Sagrado Direito da Liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*[26] ainda remeteu à atuação da Igreja em Mariana quanto à questão

---

[22] MARTINS, M. L.
[23] MARTINS, M. L. 2000.
[24] COSTA, 2008.
[25] COTA, 2007, p. 20.
[26] COTA, 2007.

do *elemento servil*. Há um destaque para a criação da Associação Marianense Redentora dos Cativos, vinculada à Confraria de Nossa Senhora das Mercês. Criada em 1885, 15 anos depois da SPNSM de Diamantina, a associação tinha como objetivo promover a libertação de cativos.

Quanto às formas de alforrias fundamentamos, principalmente, no trabalho de Faria, *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*[27]. O objeto central de seu estudo foram as condições de vida após a alforria. Todavia, dedicou os quatro primeiros capítulos ao tráfico de escravos, às condições da escravidão no Brasil e suas origens étnicas, às alforrias e às condições para sua obtenção. Identificou as formas como foram obtidas, onerosa, gratuita ou sob alguma condição, explicitando os privilégios para libertação. Suas discussões servem como referência para a mesma identificação que se pretendeu fazer para o forro da região diamantina.

A documentação utilizada está distribuída entre os arquivos da Arquidiocese de Diamantina (AEAD); da Biblioteca Antonio Torres (BAT), também localizada em Diamantina; no Arquivo Público Mineiro (APM) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ).

Como forma de identificar o perfil da população que estava sendo alforriada na região entre os anos de 1860 e 1888, analisou-se as Cartas de Liberdades registradas em Cartório. Dados sobre alforrias e movimento emancipacionista de Diamantina também foram encontrados no Arquivo Particular de José Teixeira Neves, hoje sob os auspícios da BAT.

Os jornais foram extremamente importantes para o entendimento e aspirações da sociedade diamantinense. Foram analisados na perspectiva de que, como produto histórico de um determinado grupo social, são feitos "não para refletir a sociedade, mas para atuar sobre ela, influenciá-la, guiá-la". E ainda, mesmo produzido por um grupo (dos proprietários aos tipógrafos), suas idéias circulavam inclusive entre os não alfabetizados.[28] Foram utilizados dois títulos que retratavam de alguma forma o elemento servil e publicações da Igreja[29]. *Sete de Setembro*, publicado a partir de 1886, caracterizava-se como órgão do partido

---

[27] FARIA, 2004.
[28] GOODWIN JR. 2004, p. 2-4.
[29] Diamantina foi ter um jornal católico somente a partir de 1903, intitulado *Estrela Polar*.

conservador e *O Jequitinhonha*, declarado liberal republicano. Neste último encontra-se um maior número de artigos, não somente pelo início da sua produção ter sido em 1861, mas também pela influência de seu principal redator, Joaquim Felício dos Santos, irmão do bispo.

A divisão do texto se dá em três capítulos. Utilizando a literatura já existente, o primeiro capítulo aborda aspectos da formação econômica da sociedade diamantinense durante o século XVIII e XIX. A década de 1870, caracterizada pela crise geral dos diamantes, recebe ênfase pela importância que tem para o contexto histórico, que serve como plano de fundo para as questões principais da dissertação. O destaque do capítulo são as questões abolicionistas que movimentavam a região, bem como as práticas de alforrias através de cartas de liberdade. Faz-se uma análise de como a região se relacionava com as discussões acerca da abolição da escravidão difundidas, sobretudo, a partir dos anos 1860 por todo Império. Para tanto são utilizados os jornais locais *O Jequitinhonha* e *Sete de Setembro* e a documentação do arquivo particular de José Teixeira Neves, sem perder de vista a historiografia já existente sobre o tema. Este capítulo preocupa-se ainda em identificar algumas variáveis intervenientes no processo de alforrias, como gênero, origem e condição das alforrias entre os anos de 1860 e 1888, período em que Diamantina vivenciou fases econômicas que oscilaram entre prosperidade e crise.

Para compreender as ações do bispado de Diamantina entre as décadas de 1860 e 1880, é necessário recorrer à trajetória de vida do Bispo Dom João Antonio dos Santos, o que se faz no segundo capítulo. Para isso reconstituiu-se seus passos desde a sua formação familiar, inserção no Seminário de Mariana e ordenação como padre em 1845, o período em que realizou estudos na Europa (1848-1852, onde adquiriu o título de Direito Canônico), a sua transferência para Diamantina em 1853 e ascensão a Bispo da mesma cidade, em 1864. Busca-se analisar as suas redes de influência tanto regional quanto imperial, não apenas nas questões relacionadas à abolição da escravidão – o que será tratado mais detidamente no terceiro capítulo – como também à instrução escolar e na adoção de medidas que impulsionassem a economia local.

O capítulo três estabelece a ligação de Dom João Antonio dos Santos com os discursos emancipacionistas da região. Utilizando os jornais e as cartas pastorais, percebe-se as atitudes do bispo em relação às questões abolicionistas,

principalmente no que estas influenciavam em sua ação pastoral. Para além do discurso, são identificadas as ações do bispado de D. João Antonio as quais apresentaram resultados práticos em benefício da emancipação dos escravos. Para tanto, se torna importante a análise da Sociedade Patrocínio das Mercês de Diamantina, fundada pelo bispo em 1870, bem como de sua atuação junto ao Fundo de Emancipação Municipal de Diamantina.

CAPÍTULO 01: O DISCURSO ABOLICIONISTA E AS PRÁTICAS DE ALFORRIA

Este capítulo tem o objetivo de estabelecer aqueles aspectos da economia mineira que podem ser úteis ao entendimento de nosso tema. São abordados alguns temas relacionados à história econômica da região Diamantina desde a descoberta de pedras preciosas no século XVIII, ao desenvolvimento de atividades complementares à mineração, ressaltando a crise do diamante em 1870. Além disso, são tratadas as questões abolicionistas que se firmaram em Diamantina após a posse do bispo Dom João Antonio dos Santos em 1864. Por fim, através das cartas de liberdade, são identificadas algumas características dos alforriados da região, entre as décadas de 1860-1880.

O plano de fundo: a sociedade diamantinense nos séculos XVIII e XIX

A descoberta de diamantes na região do Serro Frio, em 1729, favoreceu o desenvolvimento de um núcleo minerador que despertou a cobiça de vários aventureiros e, principalmente, o interesse da Coroa Portuguesa. Criada em 1734, a Demarcação Diamantina, também chamada de Distrito Diamantino, consistia em um quadrilátero em torno do Arraial do Tijuco, onde era a sede. Arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro foram incluídos na Demarcação, sendo que poderiam ter o seu entorno alterado para englobar outras regiões onde fossem feitas novas descobertas. Com a demarcação, as autoridades do Distrito Diamantino pretendiam identificar e controlar os locais de extração e com isso diminuir a especulação dos preços.[30]

Visando combater o crescente contrabando de pedras preciosas, em 1745 a Coroa realizou uma nova demarcação do Distrito Diamantino e proibiu a livre entrada na região. O controle do fluxo de pessoas ocorria nos chamados Registros, localizados em Caeté-Mirim, Rabello, Palheiro, Pé do Morro, Inhacica e Parauna. Cada Registro possuía um fiscal e um destacamento militar. O fiscal era responsável por garantir a cobrança de impostos sobre as mercadorias que eram

[30] FURTADO, 2010, p.3.

então bitributadas para serem vendidas no interior da Demarcação, elevando consideravelmente os seus preços.[31]

No interior da Demarcação o comércio era florescente. Foi organizada, ainda no século XVIII, uma expressiva rede comercial que cobria a região que se estendia do Arraial de Conceição do Serro, passando pela Vila do Príncipe e pelo Arraial do Tijuco e alcançando a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí.[32]

Em 1739 foi instalado um sistema de contratos particulares que seriam arrematados de quatro em quatro anos, geralmente por reinóis, o qual propiciava a seus arrematantes o direito de minerar diamantes e de cobrar certos impostos. Esse regime de contratos possibilitou o surgimento de grandes fortunas e vigorou até 1771, tendo havido seis contratos. Formou-se ainda um regime marcado por conluios entre as elites locais, vinculadas ao contratador, e às autoridades da administração portuguesa. Tais redes paralelas facilitaram o contrabando e outros desvios das leis.[33]

Com a extinção do regime de contratos, foi implantado no território a Real Extração de Diamantes. Esse novo regime garantia o monopólio da exploração à Coroa e era dirigido diretamente pelo intendente dos diamantes. Foi editado no mesmo ano, 1771, o Regimento Diamantino, também conhecido como o "Livro da Capa Verde", que estabelecia uma legislação própria para a região diamantífera. [34]

Uma forma de obter renda, encontrada pelos proprietários diamantinenses, foi o aluguel de escravos em forma de jornais, para a Real Extração. A análise, realizada por Furtado, sobre a produção diamantífera durante o período do monopólio régio, demonstrou um crescimento da produção, o que trouxe uma prosperidade para a população que alugava seus escravos à Intendência a juros anuais de 12%, garantindo o lucro dos proprietários.

Martins, em uma análise da economia escravista em Minas Gerais, demonstrou em números o emprego de escravos pela Real Extração, prática que

---

[31] Para uma análise do comércio mineiro no século XVIII através dos Registros Fiscais, ver: CHAVES, 1999.

[32] A reconstituição de alguns aspectos da história do Distrito Diamantino baseia-se, principalmente, no trabalho de FERNANDES, 2005.

[33] GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 47.

[34] Sobre o período da Real Extração, o texto base utilizado por esta pesquisa foi: FURTADO, 1996.

perdurou no século XIX. Em 1772, no início da atividade, contava-se com 3610 escravos. Desse período até 1795 a atividade empregava 500 escravos durante a estação seca e 4200-4400 durante a estação chuvosa. De 1795 a 1801 a mão-de-obra escrava variou entre 1500 e 1700. Entre os anos de 1801 e 1817 percebeu-se um acréscimo para 2100-2800 e, posteriormente, um declínio para 1600-1800 entre 1814 e 1817. Para o ano de 1818 houve um registro de 1200 escravos.[35]

Ao lado da mineração do diamante e do ouro – as lavras de ouro continuaram livres e eram arrematadas em leilões –, outros setores que geravam renda e impostos foram instalados como a fabricação de panos grossos de algodão, forjas de ferro, fábricas de chapéu, selarias e um significativo setor produtor de alimentos.[36]

A estrutura criada no século XVIII para o abastecimento e comercialização de gêneros para sustentação da mineração sobreviveu, e em muitos lugares expandiu-se ao longo do século XIX.

Apesar da prosperidade do Arraial do Tijuco, a Coroa Portuguesa, visando manter o controle sobre a população e garantir a taxação, não permitiu que o Arraial se tornasse Vila ainda no século XVIII. Em 1819 o Tijuco foi elevado à Paróquia de Santo Antonio e somente em 1831 o Arraial foi elevado à Vila Diamantina do Serro, tendo incorporado ao seu território a freguesia de São Gonçalo do Rio Preto, o povoado de Rio Manso e alguns distritos do julgado de Curvelo. A incorporação dessas localidades expandiu os interesses dos moradores do Tijuco pela agricultura e pecuária. Não tardou muito e em 06 de março de 1838 a Vila Diamantina do Serro adquiriu a categoria de Cidade Diamantina.

No início da década de 1820, com a independência do Brasil e a transferência da Real Extração para as autoridades brasileiras, verificaram-se desarranjos na organização local da produção. Ocorreu uma redução do número de escravos na extração de diamantes, diminuindo a renda de muitos moradores do Tijuco. Além de fatores relacionados à conjuntura internacional, como as reorganizações políticas na Europa entre os anos de 1814 e 1817, com a queda do Império Napoleônico e o Congresso de Viena; a desorganização temporária dos mercados europeus, principalmente o francês; os rearranjos políticos portugueses,

---

[35] MARTINS, R. B, 1890, p. 8

[36] Sobre o abastecimento alimentar na região ver MENESES, 2000. Sobre o mundo do trabalho no século XIX ver LIBBY, 1988.

com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o esgotamento das lavras antigas também contribuíram para uma conjuntura de crise da atividade extrativa.

A partir da década de 1830, a desestruturação crescente do monopólio estatal dos diamantes deflagrou um grande surto da atividade em toda a região diamantina. Com o fim da Real Extração e, consequentemente, a liberação da mineração, a produção e comercialização das pedras passaram para o controle dos mineradores e comerciantes. Além disso, um expressivo número de escravos que eram alugados para a Real Extração ficou disponível e foi transferido para outras atividades.

A extração de diamante nas lavras do Alto Jequitinhonha no século XIX caracterizou-se por fases distintas que oscilaram entre a euforia e o desalento. Entre 1832 e 1870 ocorreu um crescimento na mineração da região realizada pelo sistema de garimpagem com a descoberta de novas lavras de São João da Chapada e Caeté-Mirim. Os anos que se seguiram ao regime de livre extração, período em que a extração de diamantes deixa de ser monopólio estatal, ocorreu um avanço contínuo do processo de concentração de terrenos nas mãos de poucos proprietários, ocasionando disputas pelas áreas de extração mineral.

Na década de 1860 havia sido aprovada uma lei provincial criando a Repartição dos Terrenos Diamantinos, vinculada à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas com a incumbência de demarcar e registrar as áreas minerais e seus respectivos exploradores. A cidade de Diamantina era a sede desse órgão e sobre os terrenos diamantinos incidiam impostos que eram recolhidos pela Coletoria da mesma cidade. Com isso, intensificaram-se os conflitos entre os garimpeiros e os donos dos terrenos, mas a lei favorecia os mineradores, possibilitando a lavra sem consentimento dos proprietários.[37]

A partir de 1870, a euforia deu lugar ao pessimismo. Naquele ano, a ocorrência da Guerra franco-prussiana desestabilizou novamente o mercado francês, um dos maiores consumidores da Europa. Juntamente com a guerra, os achados de pedras preciosas na África do Sul em 1867 (nos rios Orange e Vaal) e, em 1870, a abertura das minas de Kimberley, em Jagersfontein e Dutoispan, contribuíram para baixa internacional dos preços dos diamantes gerando uma situação de depressão econômica na região diamantina: “entre 1870 e 1876, o

[37] MARTINS, 2001, p. 3.

preço da oitava de diamantes de primeira despencou: caiu de 1200$000, em 1870, para 200$000, em 1874; e, dois anos depois, reduziu-se a 170$000”.[38]

A crise ocasionou a falência de grandes negociantes da região. Martins fez em seu artigo *A crise da mineração e os negócios do diamante no Nordeste de Minas, 1870-1910* uma análise da crise tendo como base documentos do acervo da Biblioteca Antonio Torres (BAT)/Diamantina-MG. Utilizou, para tanto, um processo de falência de um dono de uma Casa Comercial em Diamantina que possuía como clientela pessoas da elite diamantinense. O motivo da decretação de falência foi justificado pela crise, pois os fregueses não estavam em dia com as contas impossibilitando-o de quitar suas dívidas com os credores.[39] Esse é, dentre outros exemplos, mais um indicador de como a crise afetou os diversos setores da sociedade e foi sentida quase que imediatamente pelos moradores.

Já em 1871, com o objetivo de buscar melhores negócios, partiram para Europa um grupo de comerciantes de diamantes. Após negociações com comerciantes de Lisboa, Paris, Londres e Amsterdã venderam suas gemas a qualquer preço. José Bento de Melo, comerciante que compunha o grupo foi ruína e atirou-se ao mar, dando fim a sua vida.[40]

A crise diminuiu o rendimento dos garimpeiros e as oportunidades de emprego na região, aumentando a migração de trabalhadores no período, deslocando-os, inclusive, para o setor do café que se desenvolvia em outros locais da província. Outro agravante da crise foi a elevação dos preços dos gêneros básicos de alimentação. Tal elevação foi provocada pelas “imperfeições” do mercado regional e por eventos climáticos.

O intervalo entre as décadas de 1830 e 1860 foi marcado por um forte crescimento demográfico. Enquanto no Serro a população somava um número de 5.195 habitantes, em Diamantina, no mesmo período de 1832, a população já era de 12.354 habitantes, para o ano de 1856, Souza registrou 17000 habitantes, e em 1890 chegou à 19.916. Quanto à população escrava de Diamantina percebe-se um aumento de 6.617, em 1832, para 7.510 em 1872. Entretanto, sua participação caiu de 53,56% para 37,22% do total da população. Quando se comparou a população escrava de Diamantina com o total da Província em 1872, que era de

[38] MARTINS, 2001, p. 3.
[39] MARTINS, 2001, p. 5.
[40] FERNANDES, 2005, p. 107.

381.893, notou-se que o plantel de escravos da região representava somente 1,96% do total da Província.[41]

Ao contrário de outras regiões, a população escrava de Minas Gerais vinha aumentando. Em 1864 a província mineira contava 250.000 cativos, dez anos depois o número subiu para 311.304. A partir de então, diminui o número de escravos de 301.125 em 1884 para 191.952 em 1887.[42]

Uma das soluções encontradas pelos empresários para combater os efeitos da crise foi a implantação da indústria de lapidação na região. Os representantes dos mineradores se reuniram e visitaram regiões brasileiras e estrangeiras, como Rio de Janeiro, Amsterdã, Lisboa e Londres para compreenderem o processo de lapidação, bem como empresas mineradoras e joalherias.[43] Acreditavam que a lapidação valorizaria o produto e esse poderia novamente concorrer no mercado de pedras preciosas.

Logo as primeiras lapidações foram instaladas. Entre 1873 e 1875, a cidade de Diamantina e o distrito de Gouveia foram os primeiros locais a sediá-las. Posteriormente já havia várias lapidações em diversos pontos da cidade: Curralinho, Mendanha, Sopa, Palmital, Rio Manso, Caeté-Mirim e Datas. As principais lapidações de Diamantina em 1887 eram:

> [...] a Fábrica de Biribiri, com 42 rodas de lapidar, a Fábrica Vitória Augusta, instalada em Gouveia, com 18 rodas; a Fábrica da Formação e a da Palha, ambas com 12 rodas e localizadas no subúrbio das cidades.[44]

As lapidações tiveram vida conturbada e, na grande maioria, curta. A indústria local não possuía condições de concorrer igualmente com a do Rio de Janeiro e a da Europa, devido à deficiência da aparelhagem e à menor qualificação de seus lapidários.

---

[41] SOUZA, 1993, p. 116. Tabela 4 – População de Diamantina e Serro, Distrito da Cidade, em 1832-40; 1856-8; 1872; 1890; 1900. A comparação em percentagem da população escrava nos anos de 1832 e 1872 tem apenas efeito demonstrativo, para indicar sua alta participação no total da população. O município de Diamantina entre 1832 a 1872 sofreu várias mudanças de ganhos e perdas de Paróquias e distritos. Portanto, a base de 1832 não se aplica à base de 1872.

[42] BEOZZO. In: HAUCK, *et. al*. 2008, p. 260. (Tabela 02: Distribuição das populações escravas: 1864-1887)

[43]MARTINS, 2000, p. 289.

[44] MARTINS, 2001, p. 10.

Concomitantemente, atingidos pela crise, os proprietários[45] diamantinenses se reuniram e prepararam um programa industrialista cuja execução os transformaram em empresários.

Em 07 de maio de 1874, encabeçada por Dom João, foi apresentada à Câmara Municipal de Diamantina uma representação dos empresários analisando os efeitos da crise e reivindicando a instalação de uma fábrica de tecidos de algodão na região. Em 1876 foi instalada a Fábrica do Biribiri, financiada pelo capital advindo da mineração diamantífera e tendo como proprietários os Santos e Cia. A fábrica do Biribiri influenciou a organização do mundo do trabalho em toda a região, principalmente, através do estímulo à criação de outras fábricas. O Bispo Dom João Antonio dos Santos posicionou-se como líder e fez da fábrica do Biribiri uma de suas plataformas de influência na sociedade de até então.

Essa influência já vinha ocorrendo desde 1853, quando o ainda Cônego João Antonio dos Santos voltou à Diamantina a pedido da elite local para fundar o Ateneu, estabelecimento de ensino secundário. Oriundo de uma família tradicional serrana, João Antonio dos Santos tentou se firmar inicialmente nos negócios do diamante. Todavia, foi os assuntos eclesiásticos o seu maior interesse. Ao assumir o bispado de Diamantina em 1864, consequentemente, ele ampliou sua rede de influência. A Fábrica do Biribiri caracterizou não só a atuação da Igreja de Diamantina no setor econômico, mas também sua articulação política com os proprietários e os intelectuais que compunham a elite diamantinense. E ainda, o emprego de mulheres nas dependências do Biribiri representava a busca de uma ordem social pautada pelos “bons costumes” pregados pela Igreja. Tema que será tratado mais adiante nos próximos capítulos.

Apesar de todos os problemas gerados pela crise, entre 1870 e 1890 não houve grandes alterações técnicas nas unidades mineradoras. As grandes lavras continuaram a empregar trabalho manual, as técnicas continuaram a ser as tradicionais e os instrumentos continuavam a ser os produzidos em pequenas oficinas de ferreiros e carpinteiros.

---

[45] Os dados do Censo provincial de 1832 e do Livro de Qualificação dos cidadãos Volantes de 1876 revelam uma expressiva presença na região de setores sociais capazes de promover a acumulação local ou regional, priorizando o emprego da reserva monetária acumulada. De acordo com os dados levantados por Martins, em 1876 os profissionais liberais perfaziam 11,8% dos cidadãos volantes; os homens de comércio, 27,7%; donos de lavras, 32%; os donos de lavoura, 0,8%; profissionais de ofícios manuais, 21,6%; e os homens ligados à indústria (inclusive os ourives), 6,2%. Esses dados mostram uma tendência de concentração da renda nas camadas ligadas ao comércio e ao setor de serviços. MARTINS, 2000, p. 287.

A atividade de extração do diamante começou a se recuperar no final da década de 1890, recebendo incentivos do capital estrangeiro. Apesar da crise, as pessoas ligadas ao garimpo não diversificaram seus negócios e o diamante continuou como o maior produto de exportação da região de Diamantina.[46]

Considerando os altos e baixos da atividade, a mineração de diamantes sobreviveu a dois momentos de crise no setor durante o século XIX, um na década de 1820 e outro na década de 1870. Ao contrário da mineração aurífera que recebeu capital estrangeiro desde a década de 1820, na mineração de diamantes somente a partir de 1880 registrou-se a presença de empresas estrangeiras.

Abolicionismo em Diamantina

Segundo Costa[47], apesar da precariedade dos dados, estima-se que a população brasileira na época da Independência somava pouco mais de 3,5 milhões de habitantes e cerca de 1,5 milhões eram escravos. A grande maioria dos trabalhadores nas cidades, nos campos, nas roças e grandes plantações, eram escravos. Até o mais humilde dos homens, assim que dispunha de algum capital, comprava um escravo e passava a viver à custa do seu trabalho. Sendo assim, não é difícil perceber o porquê do "apego" à mão-de-obra escrava e o processo lento e gradual que marcou a abolição dos escravos no Brasil.

Sob forte pressão da Inglaterra, em 1831 o Brasil aprovou a lei que proibia o tráfico de escravos. Entretanto, foram adotados vários recursos para burlar a lei. O tráfico de escravos se intensificou, uma vez que contava com o apoio não só dos grandes proprietários, mas também de funcionários régios que muitas vezes ignoravam as irregularidades. Segundo uma estimativa britânica, o número de escravos importados ilegalmente entre 1831 e 1852 aproximou-se a meio milhão.[48] Apenas em 1850, com a lei Eusébio de Queiroz, se intensificou o combate ao tráfico considerado, a partir de então, ato de pirataria e como tal deveria ser punido.

É na segunda metade do século XIX que se tiveram maiores ações a favor do abolicionismo. De 1850 até a assinatura da Lei Áurea em 1888, foram apresentados alguns projetos de lei ao congresso, visando de alguma forma a

---

[46] MARTINS, 2001, p 13.
[47] COSTA, 2008.
[48] BEOZZO. In: HAUCK, *et. al*. 2008, p. 261.

melhores condições de vida e mesmo a liberdade dos escravos. A discussão sobre o tema só aumentava e se espalhava pelo Império.

Em 12 de maio de 1871 foi apresentado pelo governo um projeto que se converteria na chamada Lei do Ventre Livre. A imprensa deu cobertura aos debates que se prolongaram por vários meses, sendo aprovada em 28 de setembro do mesmo ano. Entre as propostas que traziam o projeto destaca-se a obrigatoriedade do registro dos escravos, permitindo assim o controle por parte do Estado das transações de compra e venda desses, a criação do Fundo de Emancipação e a liberdade de crianças nascidas após a aprovação da lei.

O Fundo de Emancipação era destinado à libertação de um determinado número de escravos por ano em cada Província. Os recursos utilizados pelo Fundo vinham de taxas cobradas sobre escravos como, por exemplo, impostos gerais sobre transmissão de propriedade escrava, loterias, multas impostas em virtude da lei, cotas eventualmente criadas no orçamento geral, provincial e municipal, legados e doações.[49] Para obter a alforria através do Fundo de Emancipação, o escravo não poderia ter cometido nenhum crime, nem ser fugitivo e, ainda, deveria manter um comportamento exemplar. Era uma forma do Estado controlar as possíveis agitações entre os cativos.

As questões abolicionistas que abalavam o Império do Brasil chegavam com freqüência à Diamantina e a imprensa local tratava rapidamente de circulá-las. Essas informações eram transmitidas, principalmente, por filhos de famílias abastadas que iam estudar nos grandes centros como Rio de Janeiro, Juiz de Fora ou Ouro Preto; ou ainda, por tropeiros, comerciantes e viajantes que vinham de fora da região diamantífera.

Fortalecida pelo debate político entre as elites regionais, a imprensa diamantinense prosperou, chegando a publicar mais de 70 títulos diferentes durante o século XIX. Dentre esses títulos destacam-se dois jornais que abordavam as causas abolicionistas, são eles: *O Jequitinhonha*, *Sete de Setembro*.

Liana Maria Reis, ao estudar os jornais mineiros entre 1850 e 1888, observou um amplo debate sobre a abolição da escravidão, seja contra ou a favor. A autora constatou ainda que o movimento abolicionista mineiro manteve-se atualizado com o debate nacional sobre a escravidão[50]. Quando se analisa os

---

[49] COSTA, 2008, p. 55.
[50] REIS, 1993.

jornais de Diamantina percebe-se uma convergência com a produção da imprensa mineira, observada por Reis. Eram recorrentes as notícias anunciando o fim da escravidão em outras nações, sempre acompanhadas de um discurso incentivador ao abolicionismo. Os projetos de lei encaminhados ao congresso eram debatidos, tornava-se pública a alforria de cativos, mesmo quando concedida por particulares; e, entre outras coisas, informavam sobre a criação de movimentos abolicionistas, reuniões e feitos.

A partir de meados dos oitocentos, a cidade de Diamantina passou a contar com colaboração, junto às questões emancipacionistas, de uma importante figura religiosa da região, o Bispo Dom João Antonio dos Santos. Apesar da diocese sufragânea de Mariana ter sido criada em 1853, somente no ano de 1864 o bispado de Diamantina pode contar com um bispo residente. Desde 1819, quando o Conselheiro Antonio Rodrigues Veloso publicou o documento *Informações Para Servir de Base à Divisão dos Bispados* que tinha-se a intenção de unificar o espaço de Minas Gerais sob a Arquidiocese de Mariana. Para isso seriam criados quatro bispados subordinados: São João Del Rei, Serro Frio, Sabará e Paracatu do Príncipe. Nada foi alterado durante a primeira metade do século XIX. A reestruturação iniciou-se com a criação do bispado de Diamantina, responsável pelo norte da província.[51]

Dom João Antonio dos Santos assumiu o bispado e intensificou a presença institucional da Igreja na região. Iniciou um processo que visava a moralização, regulamentação e enquadramento do catolicismo popular dentro das normas da hierarquia eclesiástica. Enquanto esteve presente como bispo, Dom João Antonio tentou projetar a imagem da Igreja Católica nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade.

Através de cartas pastorais e publicações em jornais, Dom João Antonio assumiu um discurso emancipacionista. Em prática, criou a Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês (SPNSM) com o objetivo de auxiliar na emancipação do *elemento servil* agindo, posteriormente, em consórcio com o Fundo de Emancipação Municipal. Em 10 de julho de 1870, mais de um ano antes da aprovação da lei que emancipava o ventre escravo, foi publicado no jornal *O Jequitinhonha* o estatuto da Sociedade. Um de seus sócios era o seu irmão

[51] FERNANDES, 2005, p. 138.

Joaquim Felício dos Santos[52], principal redator do jornal em que foi publicado o estatuto. Foram constantes as publicações de libertação de escravos proporcionadas pela SPNSM. O jornal do dia 31 de julho de 1870 já trazia uma ação:

> Liberdade – a sociedade patrocinio de Nossa Senhora das Mercês alforriou a escravinha Adélia parda de anno e meio, pertencente a Exmª Srª D Catarina Augusta de Azevedo Coutinho. O Sr Luiz de Aquino concdeu gratuitamente liberdade a sua escravinha Eva, de três annos de idade.[53]

Os jornais anunciavam em grande festa as alforrias proporcionadas pelo Fundo de Emancipação. Em 16 de setembro de 1886, o jornal *Sete de Setembro* publicou o nome e valores pagos de dezoito escravos que seriam libertados pelo Fundo de Emancipação, a soma chegava a 9376$652. Convidava a todos para a entrega das cartas de liberdade e, posteriormente, em outras edições do jornal o feito ainda continuou sendo noticiado:

> O 1º supplente do Juiz Municipal, abaixo assignado, convida a todos as autoridades, redactores de jornais e mais pessoas desta cidade para, no dia 28 do corrente mez, Assistirem à entrega das cartas de liberdade aos 18 escravos que forão alforriados pela quota do fundo de emancipação distribuída a este município, o que terá logar na casa da câmara são meio dia.[54]

De acordo com normas da SPNSM, priorizou-se as alforrias de mulheres até 40 anos, solteiras e que tivessem filhos vivos. Com preferência para os escravos que possuíssem uma porção do dinheiro necessário para comprar sua alforria e para o proprietário que fizesse um abatimento em seu favor.[55]

A SPNSM promoveu, a partir de setembro de 1871, inicialmente a libertação de crianças de idades de 1 a 4 anos, seguindo as regras e pagando as indenizações de acordo com a Lei do Ventre Livre. Após a instituição do fundo emancipacionista, o movimento pela libertação que começou timidamente ganhou proporção e atingiu também os proprietários, comerciantes e, principalmente, os

---

[52] Joaquim Felício dos Santos foi advogado, deputado, escritor e jornalista. Propôs ao Império o primeiro esboço do Código Civil Brasileiro. Produziu diversas obras literárias e históricas, foi ainda o principal redator do jornal "O Jequitinhonha" destacando-se como propagandista liberal e abolicionista.

[53] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina: 31/07/1870. nº.40.

[54] BAT – *Sete de Setembro*. Diamantina: 16/09/1886. nº2.

[55] BAT – Estatuto da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês. In. Jornal *O Jequitinhonha*. Diamantina: 10/07/1870. nº. 37.

letrados da região. O jornal *Sete de Setembro,* após a matrícula geral dos escravos determinada pelo governo Imperial, anunciou que o número de escravos pertencentes ao município de Diamantina entre os anos de 1872 e 1887 despencou de 8.005 para 2.605 cativos, sendo arrolados 30 sexagenários.[56]

Foi fundado ainda um Clube Abolicionista em Diamantina. O Jornal *Voz do Povo* convidou, em nome do clube, os diamantinenses a participarem de uma reunião na Casa da Câmara para tratar da mesa do clube e da comissão que organizaria o estatuto e a instalação solene e festiva do Clube Abolicionista a realizar-se no dia 07 de setembro de 1885. O convite destacou que o clube teria em vista auxiliar por todos os meios justos e pacíficos o "Governo actual, ou qualquer Governo que apóie o projeto de lei a favor da libertação do elemento servil".[57]

Dentre os jornais citados, o que mais contou com a divulgação do pensamento da Igreja quanto às questões abolicionistas foi *O Jequitinhonha*. O jornal publicava discussões sobre o fim da escravidão em diversos países, sobre a postura do Imperador do Brasil quanto ao abolicionismo, o encaminhamento dos projetos de leis, as condições de vida dos escravos e libertos e a posição da Igreja, assinada, algumas vezes, pelo próprio bispo diocesano. *O Jequitinhonha* imprimia suas idéias e com isso fomentava a campanha abolicionista na região. A Igreja divulgava o quão nobre era a abolição, mas sempre com o cuidado de manter-se dentro das leis do Império, condenando as fugas de escravos e as revoltas.

Em uma reportagem de página inteira, não assinada, do jornal *O Jequitinhonha* de 1870 foi descrito a proporção do movimento abolicionista na sociedade diamantinense:

> [...] associações philantropicas, vão celebrando seus dias de festa com actos grandiosos de manumissão. A generosidade particular ostenta-se de um modo explendido e magestoso. Tudo incita a realisacão d'essa ideia sublime: baptisamento de um filho, um aniversário natalício, a celebração de umas bódas, um grau academico, o funeral de uma pessoa ilustre. Haja riso ou lagrimas quebra-se as algemas de um ou mais captivos! Ainda bem. O enthusiasmo cresce dia a dia, de hora em hora.[58]

---

[56] BAT – *Sete de Setembro*. Diamantina: 02/04/1887. nº30.
[57] BAT – *Voz do Povo*. Diamantina: 24/08/1884. nº. 46
[58] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina: 03/07/1870. nº. 36

Diamantina: alforrias na segunda metade dos oitocentos.

Os incentivos da Igreja para que os senhores facilitassem, ou mesmo concedessem a alforria a seus escravos foram materializados, muitas vezes, por alforrias em cartas de liberdade, na pia batismal e nos testamentos. Em Diamantina os pesquisadores já identificaram alforrias registradas através desses três tipos de documentos, entretanto ainda não há um estudo sistematizado dessas fontes para o tema de alforrias. O presente estudo, apesar de tangenciar as alforrias por testamento e pia batismal, utiliza as cartas de liberdade registradas em Diamantina a partir de 1860 para analisar a sociedade escravista e o perfil do forro da região retratada.

Normalmente os testadores redigiam ou ditavam seus textos em um período de fragilidade, quase sempre quando não estavam bem de saúde. De acordo com as práticas cristãs, remir o escravo do cativeiro era uma forma de praticar a caridade e com isso alcançar a salvação divina. Vendo a morte se aproximar, tentavam garantir a salvação além-túmulo. Descreviam em seus testamentos a celebração de missas, a doação de esmolas aos pobres, os ritos funerários, as roupas a serem usadas como mortalhas, a divisão da herança (muitos doavam grande parte para a Igreja), reconheciam filhos que não eram fruto do casamento – muitos desses filhos eram de suas escravas – e muitas vezes os alforriavam.

A enfermidade e a busca pela salvação podem ser uma das explicações para o alto número de alforrias testamentárias incondicionais. Porém, essa forma de alforria não foi predominante. Nos testamentos, assim como nas cartas de liberdade, encontramos alforrias condicionais e onerosas.

Mattos fez uma análise das práticas de alforrias através de testamentos paulistas no século XIX. No conjunto de 620 testamentos levantados foram encontrados 211 testadores que libertaram seus escravos como uma determinação de última vontade, num total de 573 alforriados. A autora chegou aos seguintes resultados sobre as características das alforrias: 51% dos senhores não estipularam condição alguma para libertar seus escravos; 32% das alforrias determinavam que o escravo deveria servir outras pessoas durante um determinado espaço de tempo; 7% dos escravos só receberiam a liberdade se possuíssem uma certa quantia em dinheiro; 6% deveria servir ao cônjuge do ex-proprietário, 3% tinha a obrigação

de acompanhar o testador enquanto esse fosse vivo e somente 1% tinha a condição de não ser ingrato e nem dar desgosto ao senhor.[59]

Os dados sobre as alforrias concedidas na pia batismal não permitem fazer esse tipo de análise. Nas *alforrias de pia*, na esmagadora maioria dos casos, não havia menção a pagamento e aos fatores que levaram à concessão da liberdade, uma vez que não eram referências necessárias. Todavia, tais registros possibilitam traçar o perfil da criança alforriada e ponderar sobre o grau de parentesco do senhor com o liberto. Faria fez uma análise desses dados para a região de São João Del Rey:

> Em São João Del Rey, entre os anos de 1736 e 1831, houve 303 crianças libertadas no batismo. Destas 163 eram mulheres, 137, homens e uma tinha nome que não permitia identificar o sexo. Somente 26 eram filhas de pais casados. As demais 276 eram *naturais*. Das que trouxeram origem da mãe – 165 delas, ou 54% - quase a metade era da África (48%); as demais, crioulas. Entre os anos de 1831 e 1854, foram alforriadas 48 crianças, 33 delas mulheres e 15 homens. A origem é mais difícil de ser indicada neste período de tráfico ilegal de escravos, pois a condição de nascida na África poderia trazer problemas para o proprietário. Somente seis diziam ser mãe da África.[60]

Segundo Gonçalves, quando se tratava de alforrias de crianças eram predominantes os fatores de ordem afetiva. Os principais responsáveis pela libertação de escravinhos foram seus genitores e padrinhos. A suspeita da paternidade propiciou, mesmo que tardiamente para o escravo, a libertação não apenas das crianças, mas muitas vezes, de suas mães. Já na relação de compadrio devemos ponderar o fato de que normalmente o padrinho era de condição social igual ou superior a dos pais do afilhado. Assim, o estabelecimento de uma política de compadrio poderia significar a alforria do afilhado.[61] Determinar a faixa de idade que distingue a criança de um adulto também é uma questão complexa, sobre essa dificuldade, Gonçalves afirmou que:

> [...] estabelecer se determinado escravo é uma criança ou não pode ser uma tarefa das mais complexas. Em primeiro lugar por que não parece haver evidências de que a idade de 10 anos (praticamente consensual entre os demógrafos como limite superior de idade acima da qual o escravo não seria mais considerado criança) fosse um critério adotado pelos proprietários

[59] MATTOS, 1997, p. 3,7 e 10.
[60] FARIA, 2004, p. 109.
[61] GONÇALVES, 1999, p. 173-174.

> e autoridades civis no momento de registrar um alforriando com uma designação que terminasse em inho. Mas era de se esperar que assim fosse, uma vez que é a partir daquela idade, "pouco mais ou menos", que o proprietário poderia se assegurar de que o investimento feito na criação do escravinho seria amortizado pelo trabalho que o mancípio, agora adulto, passaria a executar.[62]

Ao analisar a idade do escravo que estava sendo libertado nas cartas de alforria da região de Diamantina entre 1850 e 1888 encontramos as mesmas dificuldades. Um número expressivo de cartas não fazem referência explícita à idade do forro, como é o caso da escravinha Lydia crioula: "Declaro forra, como se forra nascesse do ventre de sua mãe, a minha **crioulinha** de nome Lydia, filha de minha escrava Maria Angola, por ser esta a minha vontade [...] Rio das Pedras dos Calderões, trinta de maio de 1841".[63] Provavelmente a declaração de liberdade de Lydia ocorreu quando ela ainda permeava a faixa etária de um a dez anos. Entretanto, Lydia só se tornou livre efetivamente vinte anos mais tarde, quando cumpriu a condição estipulada para sua liberdade

Através da leitura das cartas de alforria podemos montar um retrato da sociedade forra diamantinense. As informações acerca das práticas de alforria em Diamantina baseiam-se em registros de cartas de liberdade compreendidos entre os anos de 1860 e 1888, num total de 523 cartas. Só a partir de 1860, com a Lei número 1.114, que passou a ser obrigatório o registro da carta de alforria em cartório[64]. Apesar da obrigatoriedade, identificamos indícios de que nem todos os escravos libertados tiveram suas cartas registradas em cartório, o que nos proporcionará novas análises das alforrias no terceiro capítulo.

A década de 1860 foi marcada pela ascensão de João Antonio dos Santos a bispo diocesano de Diamantina, pela prosperidade econômica que vigorava desde o fim da Real Extração e pela descoberta de novas lavras na região. A década de 1870 representou um período de crise da mineração, possibilitando analisar o comportamento das alforrias em períodos de instabilidade econômica. Na década seguinte identificou-se o início da recuperação da economia e o fim da escravidão, em 1888.

---

[62] GONÇALVES, 1999, p. 245-246.

[63] BAT – Carta de Liberdade. 28/03/1861. Livro de Notas Cartório 1° Ofício, nº. 10, fl. 230V. Carta de Liberdade conferida a Lydia crioula por seu senhor Francisco Machado Coelho.

[64] BAT – *Coleção das Leis: Império d Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860. tomo XXI.

As análises das cartas de liberdades que foram registradas nos Livros de Notas do Tabelião e que ainda se encontram preservadas trazem informações sobre quem eram as pessoas que libertavam seus escravos, o porquê da libertação, o perfil do liberto: gênero, idade, nação e em que condições foram libertados.

Em 1850 a lei que pôs fim ao tráfico negreiro – Lei Eusébio de Queiros – provocou uma maior mobilidade interprovincial dos cativos. Consequentemente, o número de crioulos passou a prevalecer sobre o de africanos. Slenes percebeu esse quadro ao analisar a população cativa paulista em diferentes períodos. No ano de 1829 80% da população escrava adulta de Campinas eram de africanos. Após 1850 ele identificou que o percentual de cativos africanos diminuiu no conjunto da população.[65]

A origem do alforriado é um dos dados relevantes que encontramos nas cartas de liberdade. Os escravos nativos eram descritos nesse documento como pardos, crioulos, mulatos e cabras. Em um levantamento de 523 liberdades registradas nos cartórios de Diamantina, entre os anos de 1860 e 1888, foram encontrados 126 alforriados de nação africana, 306 alforriados nascidos no Brasil e 91 sem origem determinada.

Paiva, como observou Faria, calcula que 2/3 da população escrava da Comarca do Rio das Mortes, onde hoje se localiza a cidade de São João Del Rey, era de nascidos na África. E, apesar disso, os dados de alforrias da região demonstram que o percentual de libertos crioulos era maior do que o de nascidos na África.[66]

De acordo com historiografia, os nascidos no Brasil estiveram mais próximos de seus senhores, o que lhes possibilitou, inclusive, manter algum grau de parentesco com os mesmos, permitindo uma maior predisposição dos seus senhores a alforriá-los. Alcançar a alforria dependia, em grande parte, da pressão exercida pelo próprio escravo. Seja onerosa, incondicional ou condicional o cativo deveria convencer o senhor a concedê-la e só receberia a liberdade se o senhor concordasse. Isso demonstra como o processo abolicionista se estabelecia por uma via de mão-dupla em que a vontade de ambas as partes eram determinantes: a prática de alforria seria diferente do processo abolicionista que se dá em conjunturas precisas.

---

[65] SLENES, 1997. p. 250-251.
[66] FARIA, 2004, p. 114-115.

Quando a análise das alforrias de Diamantina compreende as três décadas estudadas percebemos que há uma disparidade numérica entre os forros nascidos no Brasil e os africanos. Apesar de 17,4% das cartas de liberdade não especificarem a origem do escravo, foram identificados 58,5% de forros nascidos no Brasil e 24,1% de africanos. Os dados se explicam pelo fato de que a população escrava crioula era bem superior, na segunda metade do século XIX, aos escravos vindos diretamente da África. De acordo com os dados do senso de 1872, em meio a 2.036 cativos de Diamantina, somente 114 foram identificados como africanos, ou seja, 5,6% do total da população escrava da região.

De acordo com as últimas pesquisas, a historiografia vem demonstrando uma maior propensão para alforrias femininas, tendência que é explicada por uma série de fatores. Alguns estudiosos defendem que a mulher escrava tinha uma maior facilidade de acumular pecúlio, uma vez que atuava no comércio local se prostituindo, vendendo quitandas ou mesmo prestando seus serviços como ama-de-leite, o que vale particularmente para as pretas minas. Poderiam ter privilégios no momento da libertação já que os homens eram preferidos nas atividades da agricultura e mineração. Há ainda uma explicação que relaciona a capacidade da mulher cativa de estreitar relações com seus senhores.

No caso de Diamantina, aparentemente não há grande diferença quanto as proporções dos gêneros entre os alforriados. O que percebemos é um equilíbrio nos números. Foram registradas, entre os anos de 1860 e 1888, 266 alforrias masculinas e 257 femininas. A população feminina do município era menor do que a masculina, não só entre os livres, mas também entre os escravos. Em 1872 foram registradas 21 alforrias femininas, correspondente a 2,4% do número de escravas do município no mesmo ano. Já as alforrias masculinas corresponderam a 1,4% dos 1176 escravos do gênero masculino identificados no município no ano de 1872. Assim, apesar do número de alforrias masculinas serem numericamente superior às femininas, em termos de porcentagem em relação ao número de escravos e gêneros, a feminina se sobressaiu.

Nesse mesmo sentido observamos os dados de quem libertava seus escravos. Em termos de quantificação observou-se um maior número de senhores, 249; as senhoras formam um grupo de 226. Foram 43 os senhores e senhores que libertavam conjuntamente seus escravos. Do total não foi possível identificar o sexo de 05 proprietários que alforriaram cativos. É bom lembrar, que a exemplo

do que ocorria com a população escrava, a população livre masculina diamantinense era maior do que a feminina. Na maioria das cartas não identificamos a ocupação do senhor.

A ocupação do escravo é um dado pouco freqüente nas cartas de liberdade. Entre as poucas cartas que explicitaram os ofícios, percebemos que os mais comuns remetem a trabalhadores da área urbana como sapateiros, marceneiros e ferreiros. Há ainda os escravos domésticos e as amas-de-leite. Casos como o de Vicente são raros, já que quase não se tem registro de alforrias para escravos mineradores:

> Dou liberdade ao meu escravo Vicente africano, mineiro de profição, pela quantia de/um conto e duzentos mil reis.[67]

Outro exemplo é Luis crioulo, escravo sapateiro. Luis teve a sua declaração de liberdade registrada por sua senhora D. Maria Nasareth Netto em 1872, e não constava na carta nenhum ônus ou condição impostos a Luis para sua liberdade.[68] De acordo com a análise das cartas isso não era comum. O que se notou é que quando se declarava o ofício do escravo na carta, a forma de liberdade geralmente era onerosa, o escravo comprava a sua liberdade, como foi o caso de Vicente, citado anteriormente.

Na carta de liberdade de Clarimundo lê-se:

> [...] dou plena e irrevogável liberdade ao meu escravo Clarimundo, Criolo, ferreiro, de quarenta annos de idade presumiveis, da qual desde já ficará gosando [...][69]

Na carta de Clarimundo, além de seu ofício de ferreiro, também percebemos a presença de um dado relevante, a idade. De 523 alforrias analisadas 192 registraram a idade do forro, anotada, como previsto, de forma imprecisa, sendo comum a expressão *pouco mais ou menos*:

> Eu abaixo assignado, Aureliano Caldei-Ra Brant dou liberdade a minha escra-va Querina, idade vinte três annos ma-is ou menos, crioula, que possuo livre e desembargada [...][70]

---

[67] BAT – Carta de Liberdade. 11/01/1872. Livro de Notas Cartório 2° Ofício, nº. 30. fl. 59.
[68] BAT – Carta de Liberdade. 17/10/1867. Livro de Notas Cartório 2° Ofício, nº. 26 – B, fl. 25V.
[69] BAT – Carta de Liberdade. 02/01/1872. Livro de Notas Cartório 2° Ofício, nº. 30, fl. 54.
[70] BAT – Carta de Liberdade. 10/03/1871. Livro de Notas Cartório 1º Ofício, nº. 17, fl. 62.

Foram registradas, entre os que determinaram a idade do forro, 60 liberdades para escravos acima de quarenta anos. A carta que se segue não cita a idade da alforriada, mas deixa claro que já possuía idade avançada:

> [...] Eu abaixo assignado, entre os bens que possuo livres e desembargados, é bem assim uma escrava criola, Efigenia que houve por herança de meu sogro. José Juliaõ Dias Camargo: a que liberto pela sua avançada idade, pelos serviços que tem dado, e pelas crias que tem produzido: e para que possa gosar de sua liberdade, passo o presente por mim feito e assignidado [...][71]

Esse dado sugere a hipótese de que o senhor tendia a libertar os escravos velhos para evitar custos, mas pode também referir-se ao reconhecimento dos serviços do escravo, uma vez que a carta não deixou claro o destino que a escrava tomaria, se teve assistência ou não. Em alguns registros encontramos informações que confirmam a segunda opção. O senhor libertava seu escravo e dava a ele uma quantia em dinheiro para que se sustentasse durante um tempo ou permitia que continuasse morando em sua casa.

O abandono da propriedade por parte do escravo ao receber a alforria representava, para muitos, um ritual necessário para marcar o fim da escravidão. Entretanto, dados sobre a região sugerem que, em geral, os idosos – e muitas escravas domésticas, mesmo mais novas – ficavam morando no domicílio do ex-senhor/senhora como dependentes. Mesmo depois da abolição total da escravidão percebe-se que muitos ex-escravos não abandonaram a moradia dos seus antigos donos. O livro *Minha Vida de Menina* registrou, com os olhos de uma adolescente que viveu no final do século XIX, como se deu esse processo em Diamantina após abolição. Depois de chegar de uma festa realizada em uma antiga senzala por ex-escravos da família, Helena Morley[72] escreveu em seu diário:

> Mamãe diz que quando vovô morreu, cada filho (eram doze) ficou com os escravos de sua estimação e vovó trouxe os outros, que eram uns dez ou doze, quando se mudou para Diamantina. Como não havia que fazer para eles e vovó nunca vendeu nenhum, pôs os negros na horta e as escravas ficaram fazendo renda e trocando pernas pela casa. Eu ainda me lembro de quando chegou a notícia da Lei Treze de Maio. Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que

---

[71] BAT – Carta de Liberdade. 02/12/1867. Livro de Notas Cartório 2° Ofício, nº 26, fl. 25V.

[72] Helena Morley era o pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant. Nascida em Diamantina no dia 28 de agosto de 1880, estudou na Escola Normal e casou-se, em 1900, com Augusto Mario Caldeira Brant. Faleceu no Rio de Janeiro em 1970.

> estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com bengala dizendo: "Pisem já de minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi pra vocês não, foi pra mim! Saiam já!" Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar. Vovó deixou, e os que não morreram ou casaram estão até hoje na Chácara.[73]

As alforrias no período da crise geral dos diamantes – 1870

O comportamento das alforrias em períodos de crises foi tema de estudo de muitos autores. Botelho, em seu artigo *As alforrias em Minas Gerais no século XIX*[74], trouxe uma amostra do perfil do alforriado segundo os estudos de Jacob Gorender, autor do *O escravismo colonial*.

De acordo com esses estudos, principalmente quando se tem como contexto as regiões mineradoras do século XVIII, as alforrias seriam mais freqüentes nas fases de depressão e menos freqüentes nas fases de prosperidade. Ainda segundo Botelho, em um estudo de Minas Gerais como um todo, o perfil do escravo alforriado até 1870 apontava para escravas mulatas, crioulas ou muito jovens ou muito velhas, empregadas nos serviços domésticos. Após essa década, o perfil do forro se alterou, enquadrando melhor nas características da maioria dos cativos. Os forros seriam, principalmente, identificados como homens negros com faixa etária entre 11 e 49 anos.[75]

Os estudos de Botelho possibilitam compreender que mesmo no período de prosperidade do café em Minas as alforrias aumentaram, chocando-se com a idéia de que as alforrias cresceram somente no período de depressão econômica. Para Diamantina, quando analisadas as cartas registradas em cartório, observamos que os números de alforrias, em termos absolutos, em períodos de prosperidade também foram elevados e que no período de crise esse número diminuiu vertiginosamente. É necessário que levemos em consideração as diferenças regionais quando se compara a região estudada por Botelho, economia cafeeira, e a região aqui pesquisada, economia mineradora.

Outro dado relevante é que a partir da crise de 1870 o número de alforrias diminuiu, mesmo na década de 1880, quando a economia de Diamantina já apresentava recuperação econômica. Questões que ainda serão observadas ao

---

[73] MORLEY, 1999, p. 211.
[74] BOTELHO, 2000, p. 63.
[75] BOTELHO, 2000, p. 63-64.

longo deste capítulo. Tomando como base os dados levantados nas cartas de liberdade no período da crise de 1870 e comparando-os com os da década de 1860, percebemos que os números de alforrias registradas diminuiram significativamente. Entretanto, por falta de dados, não foi possível perceber se esse comportamento das alforrias se manteve quando comparado o número de alforrias ao número total de escravos localizados na região. Com isso, a análise das alforrias neste estudo reflete o quadro absoluto de liberdades registradas na região de Diamantina e não, necessariamente, de dados relativos.

Na década de 1860 foram registradas 327 alforrias, 167 masculinas e 160 femininas. Com relação às formas de liberdade ficou evidente um equilíbrio entre condicionais, incondicionais e onerosas. Para a pesquisa, foram consideradas alforrias incondicionais aquelas em que o senhor alforriou o seu escravo gratuitamente, sem ônus ou condição para o cativo; já as alforrias onerosas são as que identificaram qualquer forma de pagamento monetário por parte do escravo e as alforria condicionais referem-se às cartas que registraram condições não monetárias para o escravo atingir a liberdade, como, por exemplo, a prestação de serviços ao senhor por mais um determinado tempo. O quadro abaixo apresenta a proporção dos gêneros de acordo com a forma de liberdade, o que também demonstrou um equilíbrio entre os sexos do alforriado.

TABELA 1: Alforrias conforme gênero dos escravos e formas de liberdade, década de 1860

	MASCULINO		**FEMININO**		**TOTAIS**
	N°	**%**	**N°**	**%**	**N°**
INCONDICIONAIS	45	45	55	55	100
CONDICIONAIS	65	53,7	56	46,3	121
ONEROSAS	57	53,8	49	46,2	106

FONTE: BAT. Cartas de Liberdade, Livros de Notas Cartório 1°, 2° e 3° Ofícios.

Nesse período, Diamantina ainda vivia uma explosão da atividade garimpeira proporcionada, principalmente, como já vimos neste capítulo, pela descoberta de novas minas em regiões próximas. A partir da década de 1870, a prosperidade da extração diamantífera deu lugar à crise. A descoberta de diamantes na África do Sul provocou uma variação negativa no preço das gemas,

que, juntamente com o agravamento dos conflitos pelo controle de terras minerais, afetou bruscamente a economia local, levando vários negociantes à falência.

Dentro desse contexto, as alforrias registradas diminuíram. Nessa década foram registradas 172 alforrias, sendo 131 nos quatro primeiros anos da crise, com 69 liberdades masculinas e 62 femininas. De acordo com o recenseamento provincial de 1872, a população escrava de Diamantina somava 2036 escravos, sendo 860 mulheres e 1176 homens.

TABELA 2: Alforrias conforme as formas de liberdade e gênero nos primeiros anos da crise de 1870

	INCONDICIONAIS		CONDICIONAIS		ONEROSAS		TOTAL PARCIAL		TOTAL
	Masc.	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**FINAL**
1870	5	8	4	7	9	6	18	21	39
1871	4	5	7	1	11	3	22	9	31
1872	6	7	4	4	7	10	17	21	38
1873	1	2	8	1	3	8	12	11	23
TOTAL	16	22	23	13	30	27	69	62	131

FONTE: BAT. Cartas de Liberdade, Livros de Notas Cartório 1°, 2° e 3° Ofícios. *01 carta de liberdade do gênero masculino não especificou a forma de liberdade, a referida não está incluída no total da tabela.

Os primeiros anos da crise na região exigiram mobilidade econômica por parte dos que dependiam direta e indiretamente da mineração. O rendimento do garimpeiro estava comprometido, diminuíram as oportunidades de trabalho e se intensificou a migração de trabalhadores da região. Com a crise dos diamantes, a população de escravos diminuiu, isso pode ter ocorrido pelo deslocamento dos escravos, através de negociações, para regiões de prosperidade econômica.

Como indicador desse fato, Martins demonstrou que, ao contrário do que ocorria nos anos de 1860, nos registros de compra e venda de escravos entre 1872 e 1881 predominaram a venda de cativos para fora da região, em direção ao Sul de Minas, localidades do Rio de Janeiro, Leopoldina, Ubá, Oliveira etc.[76]

Outra questão a ser observada é a Lei de 04 de setembro de 1850 que extinguiu o tráfico de escravos. Essa lei, que provocou o aumento do preço dos escravos, simbolizou o primeiro passo para extinção da escravidão no Brasil.

[76] MARTINS, 2001, p. 05.

Cosentino, em seus estudos sobre a transição para o trabalho livre em Minas Gerais, identificou a preocupação da elite governante com a carência de braço escravo a partir da extinção do tráfico negreiro.

Através de um relatório do presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 1871, percebe-se que a falta de mão-de-obra escrava estava sendo em parte compensada pela mão-de-obra livre, apontando algumas evidências de que o trabalho livre começava a ganhar maior importância a partir desse período. Além disso, ainda de acordo com Cosentino, que a transição da mão-de-obra escrava para livre foi baseada, em Minas Gerais, na mão-de-obra local disponível e não por imigrantes estrangeiros como aconteceu em São Paulo, por exemplo.[77]

A presença da mão-de-obra escrava se dava, mesmo na área de Diamantina onde parte dos escravos estava na lida da exploração de diamantes, nos diferentes níveis de atividades ocupacionais. A presença dos cativos era um dos eixos a dar sustentação à produção e circulação dos produtos alimentares.

A agricultura de alimentos, desde o início do século XIX, veio se transformando na principal alternativa produtiva, ao lado da mineração e do comércio, possibilitando a ascensão econômica e social de homens livres e acúmulo de recursos por muitos escravos para compra de sua liberdade.[78]

Talvez, o decréscimo do número de alforrias durante a crise possa ser explicado também pela localização da mão-de-obra escrava que não estava necessariamente nas áreas de garimpagem. A agricultura de subsistência, desenvolvida em Diamantina a partir da crise de 1870, absorvia boa parte dos cativos, necessários para a prosperidade desse ramo econômico que passou a dar sustento a muitas famílias. É bom lembrar ainda que na década de 1870 os movimentos abolicionistas já estavam ganhando uma maior repercussão, e no caso de Diamantina temos a Igreja atuando junto com o fundo de Emancipação Municipal.

O período negativo não alterou as técnicas nas unidades mineradoras. O que se percebe é que os garimpeiros, com a crise de 1870 e suas conseqüências, acabaram subordinados aos grandes mineradores e negociantes de diamantes. Martins descreveu esse processo:

---

[77] CONSENTINO, 2004, p. 12-13.
[78] MENESES, 2000b, p 136-137.

> Os grandes mineradores arrendavam os terrenos, celebrando contratos com os proprietários de terras; em seguida acertavam combinações com turmas de garimpeiros, buscando os custos operacionais dos trabalhadores. Os lucros provenientes da apuração das lavras eram divididos de acordo com o número dos "serviços diários", isto é, o número de praças que atuaram na lavra. Naturalmente, o grande minerador ficava com a parte leão nos resultados das lavras.[79]

Em 1874 o preço das gemas atingiu o nível mais baixo até então. A elite diamantinense se organizou e tomou medidas para solucionar a crise que castigava a região. Recorreram, como já foi explorado no início do capítulo, à industria têxtil e às lapidações.

Mesmo com a melhora gradual da economia regional, o número de registros de alforrias só fez baixar com o passar dos anos. Sendo na década de 1880 registradas somente 17 liberdades. Esse processo de queda no número de alforrias poderia também estar ligado às questões abolicionistas e suas leis, uma vez que a escravidão perdeu peso nas décadas finais.

Os proprietários percebendo o direcionamento que o Império dava às questões escravistas viram a possibilidade de não perderem seus investimentos com as novas leis. Era melhor aproveitar o que a mão-de-obra escrava tinha a oferecer e aguardar as indenizações previstas em lei, do que manumitirem eles próprios seus escravos.

Por fim, a tabela abaixo indica o comportamento das alforrias quanto às formas de liberdade e gênero dos forros durante as três décadas abordadas – antes da crise, no pico da crise e no momento de recuperação –, refletindo numericamente o que já foi discutido durante o texto.

TABELA 3: Alforrias conforme as formas de liberdade e gênero

	INCONDICIONAIS		**CONDICIONAIS**		**ONEROSAS**		**TOTAL PARCIAL**		**TOTAL**
	Masc.	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**Masc.**	**Fem.**	**FINAL**
1860	45	55	65	56	57	49	167	160	327
1870	21	31	30	28	34	28	85	87	172
1880	3	1	4	5	2	2	9	8	17
TOTAL	69	87	99	89	93	79	261	255	516

FONTE: BAT. Cartas de Liberdade, Livros de Notas Cartório 1°, 2° e 3° Ofícios. *08 as cartas de liberdade que não especificaram a forma, as mesmas não estão incluídas no total da tabela.

[79] MARTINS, 2001, p. 08.

Ainda que os dados possam ser sugestivos, mesmo em se tratando de uma amostra pequena, apenas os aspectos das diversas conjunturas econômicas não são suficientes para explicar o comportamento das práticas de alforria. É o que se pretende abordar a partir da atuação do bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos.

Como percebemos durante o capítulo, Dom João Antonio dos Santos estava envolvido diretamente nas medidas econômicas e políticas para tentar driblar a crise de 1870. Sua família possuía interesses diretos, tanto que fundaram em sociedade a Fábrica do Biribiri. Os dados levantados até o momento representam mais do que aspectos econômicos. Nos permitem identificar as principais formas de alforrias na região e bem como o perfil dos forros. Entretanto, não são suficientes para entender a dinâmica abolicionista que permeava a região de extração de diamantes. A Igreja atuou junto à sociedade para engrossar esses números de libertações. As cartas registradas são somente uma parte desse perfil. O discurso do bispo estimulou a emancipação de cativos, atingindo outros perfis, registrados em outros documentos, o que será abordado mais detidamente no capítulo 3. Por agora, vamos nos deter ao contexto eclesiástico que predominava na região e a trajetória de seu protagonista: Dom João Antonio dos Santos.

CAPÍTULO 02: A FORMAÇÃO DE UM LÍDER: DOM JOÃO ANTONIO DOS SANTOS

> *os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica*.
> (REVEL, 2000, p. 35)

Ao analisar as relações estabelecidas pelo bispo diamantinense viu-se a presença de vários níveis de escala em sua trajetória. Dom João Antonio dos Santos levou à Diamantina toda a sua bagagem teórica e mesmo de vida clerical, seja enquanto seminarista, como reitor, professor, padre ou Doutor em Direito Canônico. Em momento algum ele desligou-se de sua formação, pelo contrário, dialogou todo o tempo com o que estava acontecendo em outras regiões e com as proposições da Igreja.

Esse "jogo de escalas"[80] é fundamental. Ele nos permite tanto um panorama dos acontecimentos, como a visão de situações específicas sem que uma exclua a necessidade de análise da outra, pois estão interligadas. É como retrata Iná Castro, a "escala não fragmenta, mas pelo contrário, integra, conferindo sentido ao real"[81]. Para se pensar a escala deve-se, a todo o momento, verificar e aprofundar no espaço vivido, já que todo fenômeno tem como palco uma escala espacial.

Essa discussão é relevante para pensarmos o espaço de atuação do bispado de Diamantina. Percebe-se que o espaço físico que estava incorporado ao que seria área de atuação do bispado não era o mais importante. O que fez esse espaço ser importante foram as relações tecidas ali e que, frequentemente, ultrapassavam os limites físicos geográficos preestabelecidos. Os jornais que circulavam em outras regiões, os viajantes trazendo notícias, a comunicação do prelado com outras localidades, enfim, as trocas, as relações, as redes.

É pensando nessa teia de relacionamento e influências que permeavam o universo de Dom João Antonio dos Santos que se faz necessário neste momento compreendermos o contexto de sua formação.

---

[80] REVEL, In: LEVI, 2000. p. 35.
[81] CASTRO, In: SOUZA, *et al.* 2002.

Pensamento Ultramontano

As ações e os discursos de Dom João Antonio dos Santos frente a Diocese de Diamantina convergem com muitas das práticas e posições adotadas por Dom Antonio Ferreira Viçoso junto ao bispado de Mariana. A aproximação pode ser considerada comum devido ao momento histórico religioso em que as trajetórias dos dois se tangeram.

Dom João Antonio, ainda padre e depois como cônego, esteve presente e participou do processo de reestruturação do Seminário de Mariana e de efetivação do discurso romanizador[82] por Dom Viçoso.

Os padres lazaristas portugueses Leandro Rabello e Castro e Antonio Ferreira de Viçoso foram enviados de Lisboa para Mariana em 1820, tendo como objetivo a fundação da Província Brasileira da Congregação da Missão. No ano seguinte foram iniciadas as missões diocesanas no governo episcopal de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1820 - 1835). Além de ficarem responsáveis pelo Seminário de Mariana que foi reaberto em 1820, depois de passar nove anos fechado, os padres lazaristas fundaram o Colégio do Caraça, Colégio de Congonhas e o Colégio de Campina Verde. Depois de permanecer na direção do Seminário de Jacuecanga no Rio de Janeiro, onde ficou de 1822-1837, o padre Viçoso retornou a Mariana onde passou a exercer a função de Superior Geral dos Lazaristas no Brasil. Em 05 de maio de 1844 foi sagrado Bispo de Mariana.[83]

Alguns acontecimentos que se sucederam na Europa, principalmente após a Reforma Protestante, embora pareçam amplo e muitas vezes não lineares, foram extremamente relevantes para o fortalecimento do movimento ultramontano ao longo do século XIX, inclusive quando se trata do mesmo no solo brasileiro.

A fundação de ordens regulares, como a que Dom Viçoso fazia parte, foi fundamental para o processo de romanização devido ao seu conteúdo dogmático e sua atuação junto às dioceses e na formação direta do clero. Particularmente na França, e principalmente a partir do século XVII, foram fundadas uma série de congregações seculares com o objetivo principal de restaurar a "dignidade

---

[82] Romanização e Ultramontanismo são entendidos como sinônimos, referindo-se ao "movimento reformador da prática católica no século XIX [...] que buscava retomar as determinações do Concílio de Trento, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades". ABREU, 1999, p. 312.

[83] Sobre a vida de Dom Antonio Ferreira Viçoso foram consultadas: COELHO, 2010. CAMELLO, 1986. CAMPOS, 2010a, b. TRINDADE, 1929.

iminente da condição sacerdotal".[84] Essas congregações assumiram a missão de assistir os bispos em suas funções eclesiásticas e instruir os sacerdotes, como ressaltou Julia ao citar o projeto de criação da Congregação do Oratório de Jesus de 1610:

> instruir os sacerdotes no uso da ciência que a escola e os livros não ensinam, nas virtudes estritamentes eclesiásticas e no modo de exercer com prudência, prontidão de espírito e eficiência as funções eclesiásticas nas quais cada um tem por norma como único mestre e guia a sua capacidade e experiência.[85]

Ao vir para o Brasil, Dom Viçoso trouxe e aplicou aqui os preceitos dos lazaristas, ordem a qual pertencia, difundindo os ideais do ultramontanismo. Camello observou que:

> Os Lazaristas tiveram uma longa tradição, que lhes vinha do seu fundador, São Vicente de Paulo (+1660), de adesão a Roma e ao Concilio de Trento, em suas atividades missionárias e de formação nos seminários, obra que desde muito cedo confiara a eles em quase toda Europa. E a província portuguesa da Congregação esteve sempre ligada à casa-mãe de Paris.[86]

Para entendermos o ultramontanismo, é necessário que recuemos ao próprio Concílio de Trento, mesmo reconhecendo que não há uma linearidade no processo, sobretudo em se tratando de uma duração tão longa. O objetivo deste estudo, portanto, não é aprofundar os diversos debates que acercam esses acontecimentos, nem mesmo estabelecer novas significações ou reinterpretações. O que se pretende aqui é identificar e elucidar os discursos contextualizados que possam contribuir para nosso estudo.

Entre os anos de 1545-1563, foi realizado na cidade italiana de Trento um Concílio considerado por muitos como um divisor de águas da Igreja Católica.

A princípio, o Concílio de Trento tinha como objetivo principal a reunificação dos cristãos após o cisma da Igreja ocorrido com a Reforma Protestante.[87] Entretanto, as dificuldades de se reunir em uma Europa em guerra fez com que o concílio convocado em 1536 pelo papa Paulo III só se realizasse a partir de 1545, dificultando a reunificação. Mesmo durante a sua realização houve

---

[84] JULIA, In: VOVELLE, 1997, p. 288.
[85] JULIA, In: VOVELLE, 1997, p. 288.
[86] CAMELLO, 1986, p 48.
[87] DELUMEAU, 2000, p. 241.

conflitos de interesses, oposições de príncipes protestantes, e desacordos entre autoridades eclesiásticas e estatais. Todavia, o Concílio de Trento não ficou marcado somente como uma Contra Reforma, mas também ofereceu à Igreja Católica instrumentos de renovação e reforma.

Segundo Coelho[88], o Concílio de Trento é comumente dividido em três fases. A primeira fase (1545-47) caracterizou-se pelo enfrentamento das questões dogmáticas e disciplinares, os principais temas abordados foram: Escritura e a Tradição como fontes de fé; o pecado original; a doutrina da justificação; dos sacramentos em geral e do batismo e confirmação em particular; e ainda, os titulares de benefícios eclesiásticos (bispos, cardeais, abades, padres) seriam obrigados a residir onde tinham sido nomeados. A segunda fase, da Assembléia Conciliar (1551-52), foi reaberta pelo papa Júlio III e os temas tratados foram a eucaristia e os sacramentos da penitência e da extrema unção. A última fase (1561-63) foi marcada pela presença de Pio IV, caracterizou-se pelo abandono da discussão doutrinal em favor do aumento da autoridade do bispo em sua diocese; definia-se a hierarquia: bispos, sacerdotes e diáconos eram autoridades de origem divina.

O Concílio de Trento, assim como a Reforma Protestante, tentou responder às necessidades da época. Procurou revalorizar a figura dos clérigos formando sacerdotes mais coesos dentro da hierarquia e mais obedientes a Roma. O bispo passaria a possuir uma maior importância frente à administração da diocese.

O Concílio observou também a necessidade de revisão dos cultos e também de reformular o padrão de conduta da população, impondo a essa o batismo, a confissão, dentre outros rituais, uma vez que somente através dos sacramentos é que o homem alcançaria a salvação.[89]

No Brasil, o Concílio Tridentino subsidiou a elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,[90] publicada em 1707, na qual a Igreja Católica sintetizou as ideologias religiosas reinantes. Disposta em volume de cinco livros, as Constituições traziam as tendências ideológicas e morais do período, bem como uma prática normativa da religião destinada à população e ao clero.

---

[88] COELHO, 2010, p. 32.
[89] COELHO, 2010, p. 34.
[90] FERREIRA SANTOS, 2007, p. 47.

As Constituições reafirmavam o Regimento do Padroado que, historicamente, teve seu inicio em Portugal com a expulsão dos mouros, a partir do século XV. [91] Com esse regime, muitas das atividades da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político. Utilizando-se do *Placet* da monarquia, o Estado poderia nomear bispos, sacerdotes, realizar o pagamento desses religiosos, optar pela colação ou não dos vigários e fazer indicações pessoais para a ocupação de cargos eclesiástico.

A atuação do Padroado Régio foi marcante em Minas desde o início da sua povoação. Já em 1709, por uma Carta Régia, o governo nomeou Antonio de Albuquerque e Coelho de Carvalho para o governo de São Paulo e das minas de ouro, recomendando que, juntamente com o Arcebispo da Bahia e o Bispo do Rio de Janeiro, se despejasse das minas todos os religiosos que não estivessem empregados em seus verdadeiros ofícios.[92]

A Coroa utilizava os poderes proporcionados a ela pelo Padroado Régio para concretizar seus interesses. A criação do bispado em Minas é um exemplo disso. Obter do Papa o reconhecimento de uma sanção transcendente à expansão para o oeste, ou seja, violação do Tratado de Tordesilhas, significava uma ampliação de territórios e soberania em suas possessões na América.

A ação dos bispos ficava condicionada às ordens de Lisboa e em caso de desacordos com as ordens da Coroa, o bispo estava sujeito inclusive a medidas suspensivas. Assim, como funcionário real, suas pastorais abordavam constantemente questões da administração civil. Boschi ressaltou esse comportamento ao retratar uma Pastoral do primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz: “declarou em pecado todo aquele que fraudasse o quinto estabelecido pela Lei de 3 de dezembro de 1750”.[93] As ordens da Coroa não eram pré consultadas em Roma e ainda controlavam as atividades religiosas e legislavam sobre a matéria eclesiástica.

Através do Regime do Padroado, o Estado tentou controlar a Igreja Católica proibindo o cumprimento de bulas editadas pelo Vaticano, além de limitar o poder do clero no Brasil. Instituído na Constituição de 1824, o Beneplácito Régio determinava que a Igreja deveria sofrer interferência do Poder

---

[91] COELHO, 2010, p. 38.
[92] BOSCHI, 1986, p. 79.
[93] BOSCHI, 1986, p. 91.

Temporal. Com isso, qualquer bula, concílio ou qualquer outro tipo de determinação vinda do Papa teria que passar por aprovação do Imperador para ser seguida no Brasil.[94]

Essa situação incomodava os adeptos do ultramontanismo que se fixaram no Brasil, já no início da década de 1820, através das congregações. No decorrer do século XIX, com a adesão de bispos de diferentes regiões brasileiras ao movimento reformador, esse incômodo gerado pela interferência do Imperador nas decisões religiosas foi manifestado, algumas vezes, em pastorais. Em Diamantina, Dom João Antonio publicou, em 18 de agosto de 1873, uma Carta Pastoral sem o *placet* imperial com a *Breve Quanquan Dolores*, de Pio IX. E ainda, em outra pastoral, o Bispo diamantinense ao anunciar o jubileu do ano santo de 1875 ressaltou:

> Dêsse-se a Deus o que é de Deus e a Cezar o que é de Cezar, pelo mundo universo a Igreja e o Estado viverão em perfeita harmonia e concórdia. Não se intrometesse o governo temporal nas questões religiosas, pois a Igreja é uma sociedade perfeita, tem seu regime a parte, é Soberana em promover a felicidade eterna, assim como o Estado em procurar o bem estar e a prosperidade de todos seus associadados, não teríamos de lamentar os conflictos entre as duas autoridades Soberanas.[95]

O movimento ultramontano foi crescendo ao longo dos oitocentos. Na França, o impacto provocado pela Revolução Francesa, com o seu ideário iluminista e universalista, provocou a reação das elites européias temerosas pela eminente transformação na ordem social vigente e pelo abandono das formas tradicionais de governo. A Revolução era vista como instigadora da desordem e havia uma constatação do afastamento do homem de Deus.

Perante a essa situação, os conservadores passaram a defender a importância da afirmação da autoridade, religião, comunidade, hierarquia e família, valores esses abalados pela eminência do ideário iluminista.[96]

Em 1865, o Papa Pio IX publicou o *Syllabus Errorum* que acompanhava a encíclica *Quanta Cura*:

> condena sem apelação o racionalismo, absoluto e moderado, o naturalismo, o indiferentismo, o latitudinatismo, a idéia de Igreja

---

[94] COELHO, 2010, p. 40.
[95] AEAD – Carta Pastoral 01/05/1875. Documentos Diversos, cx. 6.
[96] FERNANDES, 2005, p. 126.

> Livre no Estado Livre (isto é a separação da Igreja e do Estado), o primado do poder civil, a idéia da dependência do poder eclesiástico, o liberalismo, o progresso, a civilização moderna, etc., numa contraposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declaradas incompatíveis.[97]

Na França, os pensadores católicos se referiam ao Papa, em Roma, como alguém que se situava além dos Alpes, daí a denominação de pensamento ultramontano.[98] Esse termo passou a caracterizar pensamentos cuja tendência era a afirmação do poder papal, bem como sua infalibilidade e representação de uma Igreja única, católica, apostólica e romana. Preceitos esses afirmados pelo Concílio de Trento.

No decorrer do século XIX o pensamento ultramontano foi ganhando força através de documentos oficiais da Igreja. No Brasil, o pensamento ultramontano difundiu-se através de religiosos europeus que aqui chegavam. Como já foi dito, Dom Viçoso, português lazarista, dedicou-se a colocar em prática esse pensamento no bispado de Mariana e acabou por influenciar outras regiões, como foi o caso de Diamantina.

A romanização incluía em seu interior um conjunto de preocupações e ações voltadas não somente para o religioso, mas também para a transformação da sociedade. Essas mudanças foram ocorrendo ao longo do século XIX de acordo com as peculiaridades de cada região.[99] Diamantina começou a perceber as mudanças a partir do terceiro quartel dos oitocentos, quando Dom João Antonio dos Santos assumiu o bispado.

Aspectos biográficos de João Antonio dos Santos: os primeiros anos.

Às margens direitas do rio Jequitinhonha e banhado por abundante riqueza de águas, em meados do século XVIII formou-se um povoado, posteriormente conhecido como Arraial de São Gonçalo do Rio Preto. Localizava-se dentro da

---

[97] SCHWARTZMAN, 1986, p. 112.
[98] FERNANDES, 2005, p. 130.
[99] Através de exemplos ocorridos na Europa, Julia demonstra como a figura do sacerdote setecentista se insere em contextos sociais, econômicos e culturais diversos. Destaca que seria ilusório reluzi-la a um modelo único. Deve inseri-la no contexto da sociedade local ou regional, eclesiástica ou laica. JULIA, In: VOVELLE, 1997, p. 281-307.

demarcação do Distrito Diamantino, sendo também subordinado à Vila do Príncipe, atual cidade do Serro.[100]

Foi ali, sob a guarda do santo lusitano Gonçalo de Amarante, que nasceu João Antonio dos Santos.[101] O acontecimento se deu em 12 de novembro de 1818, durante uma visita de seus pais ao então Distrito de São Gonçalo do Rio Preto para as comemorações da festa do Divino Espírito Santo. João Antonio dos Santos não somente nasceu na fazenda de sua avó, D. Feliciana Angélica dos Santos, como também passou no lugar boa parte de sua infância, onde e quando recebeu seus primeiros ensinamentos religiosos.

João Antonio era filho de uma família abastada do Serro.[102] A princípio, trabalhou como auxiliar na casa de comércio e compra de diamantes. A década de 1830 foi marcada por algumas mudanças econômicas e administrativas na região diamantina. O Arraial do Tijuco foi elevado à Vila Diamantina em 1831 e, em 1838, à Cidade Diamantina. No ano após ser elevada à vila, ocorreu a extinção oficial da Real Extração que, segundo Martins foi extinta efetivamente só em 1841.[103] De acordo com Nunes[104], a população que vivia direta ou indiretamente da exploração de diamantes era estimada em 150 mil habitantes. Escavando em áreas circunvizinhas à Demarcação Diamantina, os garimpeiros, segundo Santos[105], extraíram entre 1832 e 1840 mais pedras preciosas do que a Real Extração havia explorado em 70 anos. Apesar do momento bom que a atividade anunciava, João Antonio dos Santos, não se sabe até que ponto por opção pessoal, resolveu dedicar-se as causas espirituais.

---

[100] Em 1818, ano do nascimento de João Antonio dos Santos, o Serro vivia uma crise no setor mineral. O número de habitantes vinha se reduzindo desde o final do século XVIII em conseqüência do rendimento cada vez menor das minas de ouro. De acordo com Spix e Martius, em visita à região no dito ano, o Serro "atualmente não conta mais que 2000 almas e nesta zona de antiga opulência só se encontra vestígios e misérias". VON SPIX e VON MARTIUS, *Apud* NUNES, 2001, p. 32.

[101] Os aspectos biográficos de João Antonio dos Santos retratados neste capítulo são baseados nas análises dos registros de seus biógrafos. Muitas vezes esses aspectos aparecem de forma romanceada, entretanto não comprometem o testemunho. ROCHA, Vida e Obra de Dom João Antônio dos Santos, e Santo Bispo de Diamantina. Diamantina: *Jornal A Estrella Polar*, 1939 - 1941. NEVES, 1950. TRINDADE, 1929. SANTOS, 1921 e COSTA, 1993.

[102] Foram seus pais o capitão Antonio José dos Santos e D. Maria Jesuína dos Santos que tiveram mais os seguintes filhos, major Antonio Felício dos Santos, abastado industrial diretor e fundador da fábrica do Biribiry; Dr. Joaquim Felício dos Santos, advogado e escritor afamado; Feliciano Amador dos Santos, comerciante; D. Maria Josephina Vieira Machado, que foi casada com o Barão de Guaicuhy; João Antonio, que faleceu em tenra idade; e D. Maria Silvana dos Santos Machado.

[103] MARTINS 2000, p. 284.

[104] NUNES, 2001, p. 32.

[105] SANTOS, 1976, *Apud* NUNES, 2001, p. 32.

Na então Província de Minas Gerais existiam quatro estabelecimentos de instrução secundária, o Seminário de Mariana e os colégios do Caraça, Congonhas do Campo e Campo Bello. Aos 16 anos, João Antonio dos Santos seguiu para o Caraça sob as recomendações do pai:

> Hora antes de João Antonio montar o cavallo , o pai, homem prudente e avisado, tomou de parte o filho, para dar-lhe seus últimos conselhos, poupando-lhe cahir em falta de que mais tarde se viesse a arrepender, se não os observasse a risca, como lhe cumpria. [...] Transpondo cancella da entrada do grande collegio, foi logo avistado pelos alunnos do estabelecimento, que estavam a porta em recreação. Todos os olhos se voltara para a comitiva e se fixaram no mocinho, com que, pelos gritos presentiam logo um novato. Designado o para a porta, onde se achava o Padre Reitor, acudiu-lhe a memoria o pai e, descobrindo-se cortezmente, a mão resolutamente estendida em direcção ao sacerdote, o louvado seja Nosso Senhor Jesus Chisto- disse- Abençoando-o acolheu-o o padre com satisfação e boa sombra[106]

Em 1842, o colégio onde estudava foi fechado devido aos combates travados durante a Revolução Liberal e, antes que partisse de férias para Diamantina, João Antonio foi convidado pelo Padre Antonio Ferreira Viçoso a assumir a regência da disciplina de Filosofia no colégio de Congonhas do Campo.

Em 1844, ano em que Dom Viçoso assumiu o bispado de Mariana, passou a lecionar Filosofia e Teologia Dogmática no Seminário de Mariana. No ano seguinte, em 12 de janeiro, foi ordenado padre. Esse período em que esteve no Seminário foi determinante para a formação e consolidação do Padre João Antonio dos Santos nos preceitos ultramontanos. O que se percebe é que muitas das ações realizadas por Dom João Antonio na diocese de Diamantina, a partir de 1864, convergiam com o que se pretendia no bispado Marianense liderado por Dom Viçoso.

Dom Viçoso enumerou quatro causas para o que ele denominou de “estado lastimável do clero de Mariana”: a prolongada vacância da diocese; a escravidão, a situação política e a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos.[107]

O bispo de Mariana concentrou seus esforços na instrução e formação moral do clero nos seus seminários, assim como na pregação da obediência e acatamento das prescrições canônicas romanas, aos moldes das instruções do

---

[106] AEAD – Biografia Dom João Antonio. Vida Pessoal, cx 5.
[107] FERNANDES, 2005, cap.3.

Concílio de Trento. Acreditava que não se podia esperar um clero virtuoso de uma sociedade corroída pela escravidão, condenando-a pelo que ela apresentava de "permissividade" dos costumes entres senhores e escravas, acostumando-se a todos, adultos e crianças, com os escândalos. Intercedeu pelo afastamento dos sacerdotes da atividade política, pelo que isso poderia representar para "alterar o bom estado do clero". E ainda, criticava a intervenção do poder civil nos assuntos religiosos, classificando-a como corrosiva para a manutenção da disciplina do clero e coibição dos abusos.[108]

Os abolicionistas ouropretanos convencidos da importância que teria a participação da Igreja junto à propaganda abolicionista, publicaram, em 1884, um manuscrito do ainda Missionário Antonio Ferreira Viçoso. Escrito em 1840, o manuscrito defendia o fim da escravidão. E ainda, rebatia os argumentos tecidos pelo colega de congregação, Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro, que defendia a continuidade do tráfico internacional de escravos temendo prejuízos para o país. O Padre Viçoso alertava para a violenta reação que a manutenção ilegal do tráfico internacional de escravos abolido em 1831 poderia causar:[109]

> É de suma importância que V.M. por todos os meios ao seu alcance faça conhecer aos povos que enganados por um interesse momentâneo e aparente cavam sua própria ruína, favorecendo a introdução de homens que mais cedo ou mais tarde, reconhecendo, que são livres, e que foram violentamente contra a lei vendidos, não deixarão de usar de todos os meios para se subtraírem desta injusta e ilegal escravidão e seu exemplo arrastará a excessos, os outros legalmente escravos, e quando isto deve ser fatal ao país é bem fácil prever-se.[110]

Na época da escrita do manuscrito as idéias que visavam o fim da escravidão, posicionando contra os interesses, principalmente, dos proprietários de escravos não eram recebidas com entusiasmo, muito menos amplamente divulgadas. Ao publicarem o manuscrito no final dos oitocentos, os abolicionistas tencionavam conquistar não só os clérigos, mas também os fiéis da Igreja, podendo convencê-los de que continuar escravizando outros homens era a mesma coisa que cometer um terrível pecado. Fato é que em 1885, ano após publicação do manuscrito, foi fundada a Associação Marianense Redentora dos Cativos com

---

[108] FERNANDES, 2005, cap.3
[109] COTA, 2007, p. 116.
[110] SILVA, 1963. *Apud* COTA, 2007, p. 116.

o intuito de promover a liberdade entre os irmãos cativos ligados à Confraria de Nossa Senhora das Mercês.[111]

Dando uma diferente organização ao Seminário de Mariana, Dom Viçoso o dividiu em duas partes distintas. Uma ficou destinada à educação cívica das moças e a outra seria o seminário para os aspirantes ao sacerdócio. Em dezembro de 1845, o Pe. João Antonio dos Santos foi destinado à reitoria do seminário. Depois de onze meses no cargo, ele dirigiu-se para Diamantina onde seu pai se encontrava enfermo, vindo a falecer antes de sua chegada. Logo depois, voltou para Mariana e continuou lecionando as duas cadeiras de que era professor no seminário. Já no ano de 1848 foi nomeado cônego da Sé Marianense.

Analisando o Regulamento do Seminário de Mariana, Campos[112] observou a rigidez e disciplina exigidas não só para ser admitido no seminário, mas também para permanecer estudando no mesmo. A vida do seminarista era vigiada constantemente dentro e fora do seminário. Amparado pelas determinações tridentinas, o processo de exame para admissão era rigoroso, devendo o candidato apresentar certidão de batismo, de crisma, do casamento religioso dos pais e de um padre conhecido o recomendando como com vocação para o sacerdócio, provar que sabia ler e escrever de forma satisfatória, entre outras exigências.

Dom Viçoso preocupava-se ainda com os mais ínfimos detalhes a serem seguidos do amanhecer ao anoitecer: como se comportar nas missas; a pontualidade e o silêncio; cuidado com o asseio corporal e os objetos que lhe pertenciam; eram proibidos de saírem sozinhos pelas ruas; a postura corporal:

> deveriam conservar durante os atos religiosos os olhos baixos e as mãos postas e, quando rezassem ou cantassem, ficariam proibidos de bocejar, recostar, cochichar ou fazer algo semelhante. Na presença, ou quando da passagem de qualquer superior, deveriam manter-se de pé com a cabeça descoberta, jamais podendo cruzar as pernas, fumar na frente de qualquer um deles, ou mesmo ausentar-se sem a devida permissão. Na sala de estudo, eram-lhes proibidas as conversas e levantar-se sem a permissão do prefeito da hora. Nos dormitórios, nenhum deles poderia levantar-se antes do sinal da sineta, mesmo que já estivesse acordado e, à noite, após o toque de silêncio, somente em caso de necessidade grave obteriam permissão para sair da cama. Nas festas internas e em público, todos os seminaristas deveriam vestir paletó preto, calça e colete brancos ou, então, terno preto. Nos atos religiosos, porém, vestiam-se de batina e

[111] COTA, 2007, p. 117.
[112] CAMPOS, 2010a.

> cota. Somente aos alunos do 5º ano era permitido o uso habitual da batina, ainda assim com restrições a certos momentos.[113]

O método e a rigidez adotados por Dom Viçoso eram frutos dos esforços das congregações, principalmente francesas, para estabelecer um modelo de formação sacerdotal. Visavam manter o máximo possível o candidato ao sacerdócio recolhido e sem contato com a vida civil. Durante o processo de preparação para o sacerdócio eram submetidos cotidianamente à uma série de exercícios: "método e repetição das orações, exames pessoais e coletivos, conferências espirituais, leituras e confissões". A máxima do seminário era a observância dos regulamentos destinada a conseguir, através de um horário rigoroso que ocupava cada seminarista da manhã até a noite, uma ligação íntima à Cristo Sacerdote.[114]

Não tardou muito e o Cônego João Antonio embarcou para Roma, matriculando-se na Academia de Ciências Jurídicas Eclesiásticas, onde recebeu o título de Direito Canônico. Posteriormente, pela Universidade em Paris, especializou-se em ciências físicas e naturais.

Como era de praxe, quando um clérigo de ordem sacra se ausentava da sua diocese, dentro ou fora do país, seu superior fazia as devidas recomendações. O Cônego João Antonio dos Santos partiu levando sua carta em latim. A carta expressava não semente os anseios de Dom Viçoso quanto à formação do Cônego, como também detalhes de suas características individuais para reconhecimento:

> Fazemos saber e attestamos que deste Bispado de Marianna, parte, para Roma e outras regiões da orbe da terra, o Reveredissimo Cônego desta Santa Igreja mariannense e Reitor do Seminário Episcopal, João Antonio dos Santos, com o fim de na cidade de Roma se formar em Sciencias ecclesiasticas, para que assim melhores serviços possa prestar à Igreja. E homem de baixa estatura, cabellos e barbas pretos, rosto de cor clara, voz submissa, idade de vinte e oito annos approximadamente. Pelo que illustrissimos Prelados, a vossas Reverendíssimas senhorias, e a vos Reverendissima officiaes, pedimos com instancia [ilegível] que em vossas Dioceses ou Igrejas, seja por todos vos recebido e tratado e sobredito Cônego João Antonio dos Santos, com benevolência e caridade mandando que do mesmo seja ministrado o necessario, para a celebração do Santíssimo Sacrificio da Missa, o exercício de outras Ordens Dadas[115]

---

[113] CAMPOS, 2010a, p. 9.
[114] JULIA, In: VOVELLE, 1997, p. 289.
[115] AEAD – Biografia Dom João Antonio. Vida Pessoal, cx 5, p 35-36

Durante o período em que esteve na Europa, o Cônego João Antonio circulou por diversas cidades da França e da Itália, não deixando de ministrar os sacramentos. Chegando à Paris procurou a casa dos Lazaristas e no dia seguinte foi ao Palácio do Arcebispado, "no qual por ordem da Metrolopita, lançou o Vigário Geral o seguinte despacho: pode o Ver. João Antonio dos Santos celebrar na Diocese de Paris e também o autorizamos a ouvir em acto de confissão".[116]Além do estudo e das visitas a monumentos, Igrejas e bibliotecas, o referido Cônego esteve em contato com vários representantes da Igreja, inclusive foi recebido pelo Pontífice Pio IX.[117]

Juntamente com o Cônego João Antonio, foram enviados à Roma o Padre Luis Antonio dos Santos e o seminarista Pedro Lacerda. Esses três, acrescentando o Padre Silvério Gomes Pimenta, o substituto de Dom Viçoso na diocese de Mariana, compuseram o braço propulsor da Reforma do Clero em Minas e em parte do Brasil.[118]

O Padre Luis Antonio dos Santos doutorou-se em Direito Canônico e depois retornou à Mariana onde lecionou no seminário até 1861, ano em que foi sagrado Bispo do Ceará. Em 1879 foi nomeado Arcebispo de Salvador, ficando no posto até 1890. Após formar em Direito Canônico, o seminarista Pedro Maria Lacerda retornou à Mariana onde foi ordenado padre em 1852 e permaneceu lecionando no seminário até 1868, quando foi nomeado Bispo do Rio de Janeiro.[119]

Após esses anos na Europa dedicando-se não somente à sua formação religiosa, mas se ocupando também de outras áreas do saber, o Cônego João Antonio retornou à Mariana e continuou a exercer suas cadeiras de professor. Todavia, o seu retorno à Diamantina não tardaria, mas agora como sacerdote e em definitivo. Ele tinha a incumbência de propagar os ensinamentos não só intelectuais aprendidos em longos anos de estudo, mas, e principalmente, disseminar o que aprendeu estando ao lado de Dom Viçoso e, consequentemente,

---

[116] AEAD – Biografia Dom João Antonio. Vida Pessoal, cx 5, p. 44.
[117] AEAD – Biografia Dom João Antonio. Vida Pessoal, cx 5, p. 49.
[118] FERNANDES, 2005, p.135.
[119] FERNANDES, 2005, p.135-136.

as questões ultramontanos. Lembrando que Dom Viçoso é considerado um iniciador, em termos temporais, do processo de romanização no Brasil.[120]

Desde o início do povoamento em Minas Gerais, a religião se mostrou presente em todos os instantes, mas não se pode dizer que a Igreja acompanhava o desenvolvimento da Capitania com a mesma rapidez e eficiência.

Quando Dom Viçoso foi sagrado bispo de Mariana a religião apresentava-se como um conjunto de práticas e vivências mundanas, muito disso reflexo do laxismo que a religião gozava nas Minas do século XVIII e até meados dos oitocentos. É bom ressaltar que, apesar da aparente liberdade que a religião gozava, a religiosidade que se vivia na Colônia, e não apenas nas Minas, não era menos dogmática do que popular.[121] A Religião Católica sempre desempenhou um papel central na vida dos mineiros. Muitas vezes, em meio a corrida do ouro, a religião aglutinava a população dos povoados nascentes como primeira representante da coroa naquela terra.[122]

Alguns fatores foram responsáveis pela permissividade que autores insistiram em apontar como característica da religiosidade mineira: a quase ausência física e doutrinária da presença da Igreja em Minas, proporcionando a iniciativa de leigos no campo religioso. Estudos como o de Boschi[123] retratam como as organizações dos leigos na criação do universo religioso mesclavam-se com o caráter prático da intervenção do religioso nas esferas da vida cotidiana.

A existência do Padroado Régio foi outro elemento que contribuiu para marcar a situação da Igreja até o fim do século dezenove. O Padroado Régio dava ao Imperador o direito de interferir diretamente nos assuntos internos da Igreja, além disso, o monarca agia na nomeação de bispos e sacerdotes, realizava o pagamento desses religiosos, optava pela colação ou não de vigários e fazia indicações pessoais para ocupação de cargos eclesiásticos.

Seguindo nessa mesma linha, a Igreja exercia importantes funções junto ao Estado. As ocorrências da vida civil eram de responsabilidade das autoridades eclesiásticas. Ficava sob os cuidados da Igreja os registros que se seguiam do nascimento até morte, controlando e "organizando" a vida da população que também tinha sua vida religiosa fiscalizada através dos róis de confessados,

---

[120] CAMPOS, 2010b, p.2.
[121] Sobre o catolicismo popular em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX ver: MATA, 2002.
[122] COTA, 2007, p. 110.
[123] BOSCHI, 1986.

denunciações do Santo Ofício e Visitações Diocesanas.[124] Um exemplo do trabalho conjunto entre Igreja e Estado foi o cumprimento da Lei do Ventre Livre de 1871, uma vez que cabia aos sacerdotes garantirem o assentamento dos ingênuos, como veremos no próximo capítulo. Os registros paroquiais também foram extremamente importantes para a realização de censos populacionais durante o Império.

De acordo com Castro[125], a continuidade da união da Igreja e Estado no período Imperial, bem como o reconhecimento do catolicismo como religião oficial dispensariam, por quase todo o século XIX, a adoção do registro civil como forma de identificação legal do cidadão brasileiro e de garantia dos seus direitos civis. Assim, os livros eclesiásticos assinalavam os registros dos indivíduos de acordo com a condição livre ou cativa, desobrigando o poder público da tarefa de legislar sobre as diferenças de condições.

Algumas figuras de projeção social de Diamantina desejavam fundar, em meados dos oitocentos, um estabelecimento de ensino secundário na cidade. E convidaram o Cônego João Antonio dos Santos para concretização desse projeto. Atendendo aos anseios dos conterrâneos, em 1853, já em Diamantina, o Cônego instalou o Ateneu São Vicente de Paulo na Casa do Contrato, acumulando as funções de reitor e de professor de Filosofia, de Retórica e Física. Ficando na direção até 1859, quando a transferiu ao Dr. Lucindo Pereira Passos. Em 1863 o Ateneu foi extinto, mas o Cônego João Antonio dos Santos continuou a ministrar aulas particulares de diversas matérias em sua residência.

O bispado de Dom João Antônio dos Santos.

Havia uma preocupação com a estruturação da ordem espacial dos Bispados no Brasil pelas autoridades portuguesas sediadas no Brasil desde 1808. Através do documento *Informações para servir de base à divisão dos Bispados*, de 1819, o conselheiro Antonio Rodrigues Veloso havia proposto uma divisão regional do Brasil baseada em cidades episcopais. Minas Gerais teria seu território unificado pela Arquidiocese de Mariana subordinando os quatros novos Bispados que seriam criados: São João Del Rei, Serro Frio, Sabará e Paracatu do Príncipe. Todavia, até meados do século XIX nada havia sido alterado na estrutura vigente

[124] COTA, 2007, p. 111.
[125] CASTRO, In NOVAIS; ALENCASTRO, 1997. p. 338-341

da Igreja em Minas. Até essa época o espaço da Capitania de Minas ainda era divido entre várias dioceses: o norte pertencia ao Arcebispado da Bahia, o centro sul pertencia ao Bispado de Mariana, o nordeste ao Bispado de Pernambuco e o oeste fazia parte do Bispado de Goiás.[126]

As constantes denúncias de abusos feitas pelos padres visitadores à região do Serro Frio fizeram com que o Imperador se convencesse a criar uma nova diocese na região, sufragânea de Mariana. Dava-se como certa a escolha da cidade do Serro, cabeça de Comarca, conforme sugerido pelo Conselheiro Veloso em seu documento citado acima. Entretanto, a escolha recaiu sobre Diamantina, cidade regionalmente mais fortalecida política e economicamente, além de contar com um espaço urbano mais estruturado do que o da cidade do Serro.

Em 06 de agosto de 1853, a Lei Imperial nº. 693 constituiu a Diocese de Diamantina, efetivada no ano seguinte pela bula pontifícia de Pio IX, *Gravissimum sollicitudinis*. É bom ressaltar que durante o governo Imperial de D. Pedro II foram criadas somente duas dioceses, a de Diamantina e a do Ceará.

No ano de 1856 foi nomeado o Padre Marcos Cardoso de Paiva, Vigário da Glória no Rio de Janeiro, para assumir, como bispo, a nova diocese. Alegando problemas de saúde, em 1858 o bispo nomeado pede exoneração. Todavia, a Santa Sé não aceitou sua renúncia e o Pe. Marcos Cardoso de Paiva continuou sem assumir a função episcopal, até que, em novembro de 1860, fez novo pedido de exoneração e foi atendido. Assim, o referido não chegou a tomar posse.[127]

Com isso, Diamantina foi ter o seu primeiro bispo residente somente em 1864, com a sagração do Cônego João Antonio dos Santos. Em março de 1863 o governo Imperial confiou o bispado de Diamantina ao Cônego. A confirmação veio em setembro do mesmo ano com a Bula *Apostolicatus Officium merits licet.*

O espaço físico que abrangia o recém criado bispado de Diamantina era vasto, 40 léguas de raia ou 62.094 quilômetros quadrados, segundo o mapa da Diretoria de Viação e Obras Públicas.[128] Mas do que a preocupação com a dimensão geográfica, o novo bispo tinha uma preocupação maior: a incorporação dos sertões do norte de minas com aproximadamente 400.000 almas. Região, como o próprio bispo Dom João Antonio esclareceu em Carta Pastoral durante sua

---

[126] OLIVEIRA, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1866. *APUD* SOUZA, 1993, p.104.
[127] COSTA, 1993, p. 14-15.
[128] FERNANDES, 2005, p. 138.

posse: que ressentia mais sensivelmente da falta de "quem administrasse o pão espiritual".[129]

Após a confirmação, iniciaram-se os preparativos para a cerimônia de posse ocorrida em 02 de fevereiro de 1864 perante o Vigário da Vara da Comarca Monsenhor João Floriano dos Santos, tio do novo bispo. Como forma de homenagear o novo bispo de Diamantina, Dom Viçoso seguiu para Diamantina fazendo o percurso a partir de Mariana em estrada aberta pelas municipalidades do caminho, conhecida como "Estrada da Sagração".[130] Tendo Dom Viçoso como sagrante, as solenidades da sagração realizaram-se em 1º de maio do mesmo ano na nova Sé e com máxima pompa.

Entretanto, Dom João não esperou a sagração para dirigir-se aos fiéis da nova diocese e expor o que esperava de uma população agora agraciada com o bispado e um bispo residente. No dia 3 de fevereiro, o novo bispo tornou pública sua primeira Pastoral. O documento encaminhado aos párocos para ser lido logo ao fim da primeira missa seguinte ao recebimento retratava não só a satisfação do bispo ao assumir a diocese, mas também suas preocupações com a população e os costumes morais.

Já nessa pastoral ele estendeu a dispensa da carne durante a quaresma, o que já acontecia no bispado de Mariana, ao bispado de Diamantina. Alegando que as duas regiões sofrem das mesmas dificuldades naturais. E ainda estipulou como deveria ser o jejum ao longo do ano.

> concedemos e estendemos esta mesma dispensa a todo nosso Bispado, pois que em todo elle se dão as mesmas razões por que se dispensou a carne no bispado de Marianna, e de cuja dispensa parte de nosso Bispado já estava de posse. Na sexta feira em que cair o Natal por direito commum se pode comer carne. As pessoas que jejuão só podem comer carne uma vez no jantar e as outras mais de uma vez, porém tanto umas como as outras não devem misturar na mesma comida, carne com peixe. Nos Sabbados pode se fazer a dita mistura.[131]

Todavia, a maior preocupação do novo bispo era a formação de uma sociedade alicerçada pelos bons costumes pregados pela Igreja Católica. De acordo com Dom João Antonio a maneira para se estabelecer os bons costumes se

---

[129] AEAD – Carta Pastoral 03/02/1864. In: SANTOS. Documentos Diversos. cx. 453. p. 27
[130] AEAD – NEVES. Vida Pessoal. cx. 05. p. 52.
[131] AEAD - SANTOS. Documentos Diversos. cx 453. p. 33.

daria principalmente pela educação, assunto predominante em sua pastoral. Dom João Antonio ainda ressaltou: “a prosperidade, o bem esperais da installação deste Bispado não depende só do Bispo, grandemente depende de que todos concordamos para a reforma dos costumes na geração presente e para a educação nos princípios Christãos, da geração que nos suceder”.[132]

Os pais, ao contraírem o matrimônio perante a Deus, assumiam também a obrigação de educarem seus filhos de acordo com os ensinamentos da Igreja. Essa educação partindo de casa seria ao mesmo tempo religiosa e social, pois de acordo com as próprias palavras do bispo “sem que reforme a educação da mocidade não é possível reformar o gênero humano”. Para que as crianças e jovens se educassem, era necessário ter bons exemplos e, portanto, ter adultos com atitudes virtuosas para servirem de exemplos.

Apesar do discurso ressaltando a importância da educação transmitida em casa, Dom João Antonio não eximiu a Igreja de suas responsabilidades nesse processo de correção dos costumes. Nesse momento, ele anunciou a construção do Seminário Eclesiástico em Diamantina sob os seus cuidados. Ressaltou que a obra era importante e necessária para comungar com o Concílio Tridentino que havia identificado a disciplina eclesiástica como primordial para educação do clero. O que se esperava com a construção do seminário era uma melhor formação e preparação do clero. Com a reforma do clero, a palavra de Deus chegaria aos fiéis e os párocos conseguiriam administrar melhor suas paróquias sem desvios de conduta.

Foi fundado o então Seminário em 1864, funcionando inicialmente na Casa do Contrato, hoje Palácio Arquiepiscopal, que já havia sido sede do Ateneu São Vicente de Paulo e dos negócios dos contratadores de diamantes João Fernandes de Oliveira e Felisberto Caldeira Brant.

Em 1865 iniciaram as obras para construção de um edifício na parte alta da cidade para a sede do Seminário, sendo que 19 de julho de 1867 marcou a transferência da sede para o prédio novo, onde se localiza até os dias atuais.[133]

No mesmo ano chegaram ao seminário de Diamantina os primeiros sacerdotes da Congregação da Missão. Primeiramente o Pe. Francisco Xavier

---

[132] AEAD – Carta Pastoral 03/02/1864. In: SANTOS. Documentos Diversos. cx.453. p.29.
[133] AEAD - SANTOS. Documentos Diversos. cx 453, p. 34. NEVES, In: Revista Separata do Livro. Vida Pessoal. cx. 05. p. 53.

Bartolomeu Sipolis e o Pe. Afonso Bec, ambos franceses. No correr dos anos, foram se estabelecendo no Seminário outros lazaristas, também responsáveis por tomarem conta dos assuntos do Seminário. A presença dos lazaristas no seminário de Diamantina foi importante para afirmar o processo de romanização que norteava as ações do bispado. Como já vimos, os lazaristas estavam intimamente ligados às questões tridentinas. Em Mariana, Dom Viçoso preocupou-se também com o corpo docente do seminário e sabia da importância de trazer da Europa religiosos já formados segundo as diretrizes que julgava mais apropriada à diocese mineira.

A organização do seminário de Diamantina não se distanciou muito do que já vimos sobre o seminário de Mariana. O seu regimento tratava, principalmente, de questões práticas como o valor pago por cada aluno, quanto à saúde e despesas médicas, os pertences para atividades e usos diários que deveriam levar ao ingressarem, as visitas à família e da família.[134] Sempre observando a obediência, a disciplina e a rigidez no cumprimento das normas.

Dando continuidade ao seu projeto de instrução escolar, assim que inaugurou o novo prédio ordenou a criação de um curso de três anos para alunos que se destinavam ao comércio.

Como já havia deixado explícito em sua primeira Carta Pastoral, Dom João Antonio, preocupou-se em estabelecer uma sociedade baseada moralmente nos ensinamentos da Igreja. Para isso, dedicou-se a fortalecer e garantir o cumprimento os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. Vigiando e moldando, principalmente, o comportamento feminino, incisivamente como esposas e mães.

A sociedade diamantinense vivenciava, desde o século XVIII, descaminhos que sobrepujavam a ordem normatizadora da Igreja e do Estado português. Práticas como o concubinato, ou a constituição de ampla descendência ilegítima eram comuns no então Arraial do Tijuco.[135]

Entre as cidades do norte minério, somente o Serro possuía, desde o século XVIII, a presença do Vigário da Vara. A maioria, se não todas as localidades da região, praticavam o catolicismo popular leigo até metade dos oitocentos. Para

---

[134] AEAD – Biografia Dom João Antonio dos Santos. Vida Pessoal. cx 5, p. 50-53
[135] Ver: FURTADO, 2003.

Fernandes[136], a instalação do bispado representou uma homogeneização e moralização das práticas religiosas cotidianas. Além da subordinação das Irmandades leigas à autoridade episcopal, foram realizadas diversas missões pelos padres lazaristas visando o apostolado e a oração, combatendo as crendices, magias e superstições. Afirmar que houve uma homogeneização das práticas religiosas e cotidianas para uma região tão grande e constituída por uma população tão diversa pode ser problemático. Quando se trata do ponto de vista institucional, essa homogeneização podia ser percebida através do discurso e da presença da Igreja em lugares distantes da sede do bispado através da figura dos missionários, mas se tratando de práticas cotidianas essa homogeneização ficou mais difícil de ser alcançada.

Ao estudar, através de artigos de jornais, a importância da família no projeto moralizador disseminado pelo bispado de Diamantina, Santos[137] percebeu a caracterização da família fundamentada no casamento, que por sua vez, assentava seus pilares no papel da mulher, mãe e esposa. A autora expôs ainda um tripé imaginário que funcionava tendo na família a base da sociedade, enquanto que o casamento correspondia ao seu eixo mais seguro. A terceira ponta do tripé seria a mulher, a base de todo o organismo social, o qual jamais poderia ruir.

Dom João aconselhava os marido e as esposas sobre suas condutas para garantir os “bons costumes”. Para os maridos:

1° Amar a esposa como Jesus Cristo ama sua Igreja;

2º Respeitá-la como sua companheira;

3º Dirigi-la como lhe sendo sujeita;

4º Guardar-lhe todo amor e fidelidade;

5º Sustentá-la com decência;

6º Sofreá-la com paciência;

7º Ajudá-la com caridade;

8º Repreendê-la com benignidade;

9º Exortá-la bem com palavras, ainda mais com exemplo;

10º Não ofendê-la nem desonrá-la por fatos nem por palavras;

---

[136] FERNANDES, 2005, p.79.
[137] SANTOS, 2003.

11º Não fazer, nem dizer coisas em presença dos filhos, ainda que pequenos, que lhes possam servir de escândalo. [138]

Para as esposas, Dom João, acrescentou mais dois pontos importantes em relação ao marido que demonstram a subordinação da mulher aos interesses do clã marital - tratar bem o sogro, a sogra e ser benévola com os cunhados. Assim, eram obrigações da mulher na vivência conjugal:

1º Amar o marido;

2º Respeitá-lo como seu chefe;

3º Obedecer-lhe com afeto e prontidão;

4º Adverti-lo com descrição e prudência;

5º Responde-lhe com toda mansidão;

6º Servi-lo com desvelo;

7º Calar quando o vir irritado;

8º Tolerar com paciência seus defeitos;

9º Não ter olhos, nem coração para outro;

10º Educar catolicamente os filhos;

11º Ser muito atenciosa e obediente para o sogro e sogra;

12º Benévola com os cunhados;

13º Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família.[139]

Santos observou em sua amostragem, aproximadamente 204 artigos, que os jornais traziam a público o padrão de vida familiar dominante, mas continham em suas entrelinhas os conflitos que as famílias enfrentavam com este mesmo padrão. Tal situação apontava para a existência de outros relacionamentos existentes, que por sua vez conflitavam com as normas vigentes.

Buscando enfrentar essa situação, foi fundado, em 1867, o Colégio Nossa Senhora das Dores, destinado à educação e formação moral das moças. Entregue aos cuidados das irmãs de Caridade Vicentinas, funcionou, desde o início, na Casa da Glória.[140] Preparar os meninos no Seminário para uma vida cristã e virtuosa não era o suficiente, era necessário moldar os comportamentos femininos, conter

---

[138] BAT - Arquivo José Teixeira Neves, p 2-3.
[139] BAT - Arquivo José Teixeira Neves, p 2-3.
[140] Ver: SANTOS, 2003.

suas paixões carnais, preparar para o matrimonio e para exemplos de virtude nos lares.[141]

Havia uma preocupação com a educação regular, através das disciplinas regulares, e com a educação moral e religiosa por meio de disciplinas que garantissem as habilidades necessárias para ser uma "boa mãe de família": música, línguas, teatro, noções básicas de higiene pessoal, corte e costura, noções de horticultura, jardinagem, pintura, bordado e outros.[142]

Anexo ao Colégio foi fundado o Asilo de Órfãos, onde as moças sem famílias recebiam formação religiosa e aprendiam algum ofício. A construção do asilo para órfãos já estava nos planos de Dom João Antonio desde 1864, quando o mesmo encabeçou uma lista de doadores para formar fundos com a finalidade de construir um asilo que amparasse as moças sem família. Também, na ocasião, manifestou a intenção de entregar o estabelecimento aos cuidados das Irmãs de Caridade da Congregação de São Vicente de Paulo, assim como os serviços hospitalares da Santa Casa de Caridade.[143]

A criação da Fábrica do Biribiri foi importante sob a ótica da ação cristã no período, não só pelas questões econômicas já citadas no primeiro capítulo, mas também por empregar um número significativo de mulheres, concebendo ainda um lugar de moralização dos costumes. Retratava um exemplo da vida comunitária feminina. As moças, sempre em grupo, iam do dormitório para o refeitório, para a fábrica, para a Igrejinha, para o largo. O bom comportamento garantia a ascensão do quadro funcional por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. O trabalho era concebido como graça divina.[144]

O trabalho feminino não era um privilégio da Fábrica de Biribiri. Ao fazer referência ao número de funcionários das fábricas de tecidos na Inglaterra em 1838, Hobsbawm identificou que somente 23% dos trabalhadores eram homens adultos.[145] Para as fábricas brasileiras também se observava esse padrão. As mulheres compunham a máxima parte dos trabalhadores nas fábricas de tecidos. Ocupavam as funções de fiandeiras e tecelãs, já os homens eram destinados às

---

[141] AEAD – SANTOS. Documentos Diversos. Cx 453. p. 35
[142] FERNANDES, 2005, p. 104.
[143] FERNANDES, 2005, p. 104.
[144] MARTINS, 2000, p. 300.
[145] HOBSBAWM, 1979. *Apud* Lima, p. 6

funções que exigiam maior qualificação como chefias, contra-mestres e gerências.[146]

Pensando a fábrica como uma das extensões do projeto moralizador proposto pelo bispo de Diamantina, nota-se que, de alguma forma, a fábrica apenas transpunha para o espaço público o que se consolidava no privado. Segundo Lima[147], as fábricas eram um espaço de relações sociais e, juntamente com outras instituições, cumpriram um papel de socialização e conformação a partir de valores e modelos construídos e valorizados pela sociedade.[148] Giroletti descreveu um pouco da realidade cotidiana dessas trabalhadoras:

> A convivência com o mundo exterior era objeto de regulamentação própria. As moças viviam em regime de clausura. Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados, onde suas vidas e seus comportamentos continuavam regulados e fiscalizados: na fábrica, pelo regulamento interno, pelos chefes, subchefes e pelo gerente; na escola, pelas normas disciplinares escolares e pela autoridade do professor; na igreja, pelo controle social exercido pelos fiéis, pelo padre e pelas autoridades presentes. Em outras circunstâncias, o contato com o mundo exterior seguia regras de mosteiros ou de outras casas religiosas. Os conventos, como aqueles, eram cercados por muros altos. O da Cedro, segundo uma informante, tinha três metros de altura. Havia também muro no da Cachoeira.[149]

Fundada em 1876, Fábrica do Biribiri contava inicialmente com 210 empregados, dos quais 180 eram moças. Era Mariana Felício dos Santos, irmã do bispo, quem coordenava a vida cotidiana das empregadas. Visando a disciplina e a moralização do comportamento, essas moças eram recolhidas em um prédio que recebia o nome de Convento. As festas eram poucas e dividiam-se em profanas e sagradas, sendo as sagradas dirigidas pessoalmente por Dom João Antonio.[150]

A fábrica não só priorizava a mão-de-obra feminina, mas principalmente a livre. Vista como integrante do processo de transição capitalista, a Fábrica do Biribiri valorizava o trabalho livre, identificado, inclusive no hino da fábrica de 1886. O trabalho livre representava o alicerce do progresso, mais um motivo para os empresários repensarem sobre a permanência ou não da mão-de-obra escrava.

---

[146] GIROLETTI, 1991. *Apud* Lima p.6
[147] LIMA, 2008, p. 7 e 8.
[148] Sobre a importância do trabalho feminino no processo de acumulação de capitais na indústria têxtil, principalmente em Minas Gerais, ver: GIROLETTI, 2002 e LIMA, 2009.
[149] GIROLETTI, 1991. *Apud* Lima p.9
[150] BAT – Arquivo José Teixeira Neves. Caderneta 12. p. 79-85.

> Do trabalho na lida incessante.
> Não passamos de um alegre viver,
> Que é suave castigo o trabalho,
> Uma hora sublime e um prazer.
> (...)
> Quem trabalha não pensa no mal.
> Quem trabalha só cumpre o dever
> (...)
> Seja a nossa divisa o trabalho
> Até que a hora nos soe de morrer
> (...)
> O trabalho é o pendão do progresso,
> É o destino de todos do mundo.[151]

Já aos 83 anos, em 1901, e quase cego uma vez que sofria de aguda miopia, Dom João Antonio recebeu a noticia da nomeação de um coadjutor com direito a sucessão para sua diocese.

Com a chegada do coadjutor, Dom Joaquim Silvério, em março de 1902, até então capelão do recolhimento de Macaúbas, o Bispo de Diamantina pode então gozar de algum descanso. Se retirou à Biribiri, onde compartilhava da presença de sua família, e seguia à Diamantina somente em algumas ocasiões como Semana Santa e *Corpus Christi*.

Em 17 de maio de 1905:

> Apenas foi dado o signal do fallecimento, fechou o commercio suas portas, as repartições publicas suspenderam seus trabalhos e a bandeira nacional foi ahasteada a meo pao. Ao palácio affluiram representantes de todas as classes sociaes para apresentarem a S. Excia D. Joaquim, condolescencias, offereceram seus préstimos em tão dura contingência. Os jornaes locais trajaram-se de pesado lucto. Difficil resumir todas as manifestações da pugente do corações de Diamantina, da Diocese e de fôra della, expressas nas visitas pessoaes cartas, telegramas, etc...O Dr. Telles de Menezes, Dr. Álvaro Matta cuidaram logo de embalsamar o corpo, que devia ser exposto na câmara ardente, na sala então existente à frente da capela. Depois de ali exposto, começou ininterrupta romaria de fieis, até o dia do sepultamento, que foi o quarto depois do óbito.[152]

Umas das características fundamentais de uma cidade episcopal era o poder que ela tinha de regionalizar. Subordinava em seu entorno irmandades, confrarias e associações. Atraía para si, com suas paróquias, uma vasta clientela para encontros, festas e comemorações.

---

[151] FERNANDES, 2005, p. 115.
[152] AEAD – SANTOS. Documentos Diversos. cx 453. p. 40.

A presença da Igreja através do novo bispado não foi diferente para a região de Diamantina. A construção física da cidade como prédios, lugares públicos e fábricas sofreram influência direta da Igreja. Mais do que mudanças estruturais urbanas, o bispado influenciou nas questões morais que tangiam as famílias do norte mineiro. O discurso religioso misturava-se ao social. Discurso esse alicerçado, principalmente, nas idéias ultramontanas, às quais Dom João Antonio assumiu abertamente sua formação e adesão:

> Reconhecemos, e sempre obedecemos a autoridade do Governo temporal nas cousas temporaes, n'esta o representante do Estado é o nosso Soberano mas no espiritual, no governo da Igreja a autoridade a quem devemos obediencia é a N. senhor Jesus Christo e de seu Vigário na terra. E isto se chama ultramontanismo, somos ultramontanos e cidadaos do nosso paiz, e não há verdadeiro catholico que não o seja.[153]

Ao analisar o período em que Dom João Antonio esteve à frente do Bispado de Diamantina (1864-1905), percebemos que suas ações convergiam com o pensamento ultramontano, bem como com as ações e discurso adotado com Dom Viçoso frente à diocese de Mariana. Entretanto, como esperar que um membro do clero conservador se posicionasse a favor da emancipação dos cativos, ainda mais em uma província em que o sistema escravista estava enraizado, como era o caso de Minas Gerais.

A posição da Igreja quanto às questões abolicionistas, juntamente com a do Bispo Diamantinense, Dom João Antonio dos Santos, serão assunto do próximo capítulo.

---

[153] AEAD – Carta Pastoral. 01/05/75. Documentos Diversos, cx. 6.

CAPITULO 03: O DISCURSO EMANCIPADOR DE DOM JOÃO ANTONIO DOS SANTOS.

Como já vimos, a Igreja Católica esteve presente na vida dos mineiros desde os primeiros momentos da colonização. Além de cuidar das questões espirituais, ela desempenhou um importante papel como "extensão" do Estado, através do padroado régio, interferindo, muitas vezes, nas questões econômicas e na dinâmica da sociedade como um todo.

No que se refere à questão abolicionista, a Igreja Católica posicionou-se mais abertamente somente no final do século XIX, quando o regime escravista já avistava seu fim no Brasil.[154]

Apesar dos abolicionistas ressaltarem que a escravidão contrariava o Direito Natural, o Evangelho e o espírito cristão, não se percebeu uma adesão recorrente dos sacerdotes ao movimento. A própria Igreja Católica, através de alguns de seus membros e baseada em fundamentos defendidos por alguns santos, exibia argumentos que, de certa forma, justificavam a escravidão.[155]

O discurso da Igreja quanto ao *elemento servil* foi muitas vezes reticente. Havia uma preocupação em converter os escravos ao catolicismo, condicionando as tradições africanas à autoridade da Igreja. Seguindo as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia a conversão dos africanos ao catolicismo era facilitada. Bastava ministrar a instrução de um catecismo abreviado adaptado aos chamados "rudes".[156]

Quanto à pastoral, a Igreja lembrou tanto das obrigações do escravo quanto dos senhores. Aos escravos a Igreja pedia obediência e subserviência ao seu

---

[154] COTA, 2007, p. 114.

[155] Segundo Santo Agostinho a escravidão era ao mesmo tempo um remédio e uma penalidade para o pecado. Para ele, era Deus que julgava quem seriam os senhores e os indivíduos que a eles deveriam ser subjugados. Diante da violação das leis naturais, a escravidão torna-se uma maneira de se coibir os excessos do ignóbil desejo humano. Alguns intelectuais da Igreja ainda justificavam a escravidão negra vinculando-a ao pecado original ou à maldição de Cam. Segundo reza, o pecado original condenaria todos os homens a pagarem pelo erro de seus "pais". Todos deveriam "suar pelo seu pão", todavia, alguns seriam obrigados a transpirar mais que os outros, era o caso dos negros. Cam, filho de Noé, ao ver seu pai dormir nu, conta aos irmãos. Seu pai então o castiga amaldiçoando a ele e toda a sua descendência. Os negros, os etíopes, seriam os herdeiros dessa antiga maldição e para purificarem sua alma, deveriam submeter-se à escravidão. Assim, a escravidão seria, na verdade, uma coisa boa para os escravos, já que ela possibilitava a remissão dos pecados de seus ancestrais. COTA, 2007. Ver texto original: Gêneses 9: 20-27. (Bíblia Sagrada, São Paulo: Ave Maria, 1996. p. 56)

[156] BEOZZO, In: HAUK; *et al*. 2008, p. 270-271.

legitimo dono. Mesmo no final do século XIX, quando se percebeu uma maior sensibilização da Igreja para com a libertação dos cativos, notou-se a preocupação em manter a ordem. Os escravos deveriam ser obedientes, manter o bom comportamento e evitar fugas para serem contemplados com a liberdade. As próprias associações religiosas que se comprometeram em alforriar os cativos colocaram essas questões como requisitos básicos na escolha dos escravos a serem libertados.

Ao senhor a Igreja incumbia a responsabilidade perante Deus pelo destino religioso do escravo. Obrigação explícita nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: "como são obrigados os pais, mestres, amos e *senhores* a ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados e *escravos*".[157]*(grifos meus)* Quanto aos castigos infligidos pelos senhores aos seus escravos, a Igreja entendia legítimos como forma de correção às "infrações" cometidas pelo cativo. Entretanto, a sociedade desaprovava tantos os senhores que se excediam nos castigos quanto os que eram excessivamente benevolentes.[158]

Ao contrário do que acontecia em outros países como, por exemplo, nos Estados Unidos, o movimento abolicionista no Brasil não prosperou baseado na religião e seus ensinamentos. Segundo Joaquim Nabuco, apesar da grande influência que a Igreja Católica exercia sobre os brasileiros, ela nunca teria se portado a favor da emancipação.[159] De fato , a própria Igreja se comprometeu com o sistema escravista, utilizando o braço escravo nas propriedades das ordens religiosas, nos engenhos, nos serviços domésticos de vigários e bispos.

No próprio Seminário Episcopal de Diamantina identificamos a presença de trabalho escravo. A senhora Adelaide da Conceição Branca possuía um escravo de nome Joaquim que tinha por habito alugá-lo como cozinheiro para o Seminário. Em 10 de abril de 1867 ela recebeu do Bispo Diocesano a quantia de vinte mil reis pelos jornais do dito escravo, já que o tratado era quatro mil reis por semana. No ano seguinte, em 09 de março, a senhora Adelaide assinou outro recibo, agora de cinqüenta mil reis, pelos jornais do mesmo escravo.[160]

E ainda, D. João Antonio dos Santos adquiriu pela quantia de um conto e oitocentos mil reis o escravo cabra Alexandre, pedreiro, de 27 anos de idade, em

---

[157] BEOZZO, In: HAUK; *et al*. 2008, p. 264.
[158] BEOZZO, In: HAUK; *et al*. 2008, p. 265.
[159] COTA, 2007, p. 113.
[160] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.

12 de agosto de 1868,[161] período em que o Seminário Episcopal de Diamantina ainda se encontrava em obras. Entre as Cartas de Liberdade analisadas não havia registro de liberdade concedida pelo bispo a esse escravo e ele também não estava elencado em seu testamento, entretanto, não foram analisados os processos de compra e venda de escravos. É importante ressaltar que o testamento do bispo foi redigido em 1881, com algumas alterações ao longo dos anos, até a sua morte em 1905, e que faltam algumas páginas no documento original, portanto, não está completo.[162]

Apesar da utilização do braço escravo, o Bispo de Diamantina adotou uma postura emancipacionista mesmo antes de ser sagrado bispo. Os próprios adeptos do movimento abolicionista de Diamantina possuíam escravos e não abriram mão dessa mão-de-obra logo de imediato, o que demonstra que o movimento na cidade não caminhava por uma ala muito radical e que o apego ao trabalho escravo não impedia, necessariamente, que adotassem posições anti-escravistas.

Aproveitando o jubileu do Papa Leão XIII, em 1887, os bispos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Maranhão, Olinda, Mariana e Diamantina aderiram às causas abolicionistas e sugeriram aos fiéis e aos padres libertarem seus escravos. Essa adesão da Igreja, mesmo tardia, foi extremamente importante para o processo de abolição.

O próprio Joaquim Nabuco, que criticava a posição da Igreja, reconheceu a importância que a adesão da mesma às causas abolicionistas teria para o fim da escravidão no Brasil. Em uma viagem à Roma em fevereiro de 1888, Nabuco pediu apoio ao Papa Leão XIII. Esse apoio viria através de uma encíclica a favor da abolição da escravidão nas terras brasileiras. Iniciativa que poderia sensibilizar a Princesa Regente, adepta ao catecismo ultramontano.[163]

Igreja e imprensa: a crise da legitimidade da escravidão em Diamantina.

Era princípio de maio de 1864, reuniu-se todo o povo vindo das diversas partes das Minas Gerais para celebrarem a sagração do novo bispo de Diamantina, Dom João Antonio dos Santos. Data que já era de grande importância para a

---

[161] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[162] BAT - Testamento do Bispo Dom João Antonio dos Santos. Cartório 1º Ofício de Notas.
[163] COTA, 2007, p.115.

população diamantinense já que marcava o evento central do calendário religioso, a festa do Divino Espírito Santo.

Momento de encontros, festividades e distrações. Entretanto, para muitos escravos o momento foi muito mais do que uma folga em suas pesadas atribuições. Nos bastidores das celebrações os escravos do Serro e de Diamantina começaram a preparar a "guerra contra os brancos" que os libertariam definitivamente do cativeiro.[164]

Encabeçada por escravos especializados em ofícios como carpinteiros, alfaiates, pedreiros, tropeiros, mineiros, oficiais de ferreiros, entre outros, a rebelião estava prevista para outubro de 1864. O movimento reuniu mais de quatrocentos rebeldes em Minas Gerais, contando com o apoio de comunidades quilombolas que se multiplicavam ao redor dos arraiais de mineração e de homens forros. A revolta foi sufocada antes mesmo de acontecer. Vicente carpinteiro foi o escravo que a delatou e após seu depoimento foi premiado com a alforria. Ao fim, dos quarenta escravos citados nos autos criminais, nove serranos foram sentenciados, nenhum à morte, e nenhum cativo de Diamantina foi condenado por envolvimento no levante.

O núcleo de escravos da liderança era composto por conhecedores da escrita, segundo declararam no processo, a maioria sabia ler e escrever. Fato extremamente relevante, uma vez que admitiram que se motivaram pelos projetos emancipacionistas em debate no parlamento nacional e pelas notícias da Guerra Civil que acontecia nos Estados Unidos.[165] Fatos esses que eram debatidos constantemente pelo jornal local *O Jequitinhonha*, o que demonstra a atenção de alguns escravos com o que vinha acontecendo no cenário político.

Pela voz de liberais como o jornalista Joaquim Felício dos Santos, as notícias da Guerra de Secessão misturavam-se com a exaltação dos projetos emancipacionistas discutidos no Parlamento Imperial. O jornal chegou ainda a discutir sobre as prováveis conseqüências que a abolição nos Estados Unidos trazia para o regime escravista brasileiro.

---

[164] As informações relativas ao levante de escravos programado para ocorrer nas cidades do Serro e Diamantina em outubro de 1864 tem como referência: MOTA, 2006, p. 35-51.

[165] "Pelo menos um terço dos desgarrados, nos Estados Unidos, era composto de escravos especializados ou domésticos, com alguma educação e conhecimento do *mundo lá fora*". SILVA; REIS. 1989, p. 76.

Nos anos subseqüentes, as publicações acerca da temática abolicionista foram recorrentes.[166] Em uma publicação de 05 de dezembro de 1869, o jornal trouxe uma crítica de página e meia ao Imperador Dom Pedro II e sua postura em manter o *elemento servil.* Há uma crítica aos grandes proprietários que defendiam o trabalho escravo e aos "moderados"[167] que diziam "de dous males o menos e antes a monarchia do que a emancipação". E ainda, o povo estaria compreendendo que nada se poderia "esperar de cima e vai trabalhando por sua conta e risco".[168] O redator estava se referindo às sociedades que estavam se organizando com o objetivo de criar fundos para emancipação. Ressaltou ainda que a escravidão impunha limites ao progresso:

> O crime de Caim está assaz punido. Assistindo na pena, o algoz expõe-se à maldicção. Porque nos queixamos das desgraças da pátria? Os flagellos de deus são inexoráveis Ahi la, Genserico ou Lopez, são homens providenciaes, indicadores da colera celeste. Queremos ser livres? Libertemos. Eis o primeiro passo para a destruição da tyrannia Com essa bagagem pesada a escravidão não poderemos jamais a acompanhar a humanidade na estrada luminosa do progresso.[169]

Ainda em 1865, o monarca teria solicitado a José Antonio Pimenta Bueno, um de seus conselheiros mais próximos, estudos sobre a melhor forma de promover a emancipação cativa. Foram elaborados cinco projetos que, ao serem recebidos pelo então chefe do gabinete, o conservador e escravocrata Marquês de Olinda, não seguiram adiante. No ano seguinte, pela primeira vez, Dom Pedro II manifestou publicamente a vontade de resolver a questão servil, gerando grandes discussões entre os conselheiros do Estado e na Câmara.[170]

As discussões seguiram, mas a presença maciça dos conservadores no gabinete e na Câmara, bem como a desculpa da Guerra do Paraguai impediram a aprovação de projetos emancipacionistas. Somente em 1871, quando o Visconde

---

[166] Segundo (REIS, 1993), os periódicos mineiros de tendência republicana adotaram posturas mais agressivas, propondo reformas políticas, criticando o governo e defendendo o fim da escravidão.

[167] Durante o período imperial, os conservadores (48,39%) predominavam nos Vales do Jequitinhonha-Mucuri-Doce sobre os liberais (29,03%). Já na província mineira como um todo, o quadro não era tão favorável aos conservadores que correspondiam a 41,09%, enquanto os liberais 35,15%. Em 1873, a elite dos Vales Jequitinhonha-Mucuri-Doce representava 18,79% da elite política mineira. MARTINS, 2000, p. 292.

[168] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 05/12/1869, nº 06.

[169] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 05/12/1869, nº 06.

[170] COTA, 2007, p. 44-47.

de Rio Branco assumiu a chefia do gabinete que um projeto foi levado ao legislativo, culminando na aprovação da Lei do Ventre Livre.[171]

O imperador estava sendo pressionado pelas nações estrangeiras e pelos abolicionistas que já expressavam suas críticas em jornais. Apesar de ter manifestado publicamente o desejo de resolver o problema da questão servil no Brasil, o monarca não escapou das críticas dos abolicionistas. No mesmo exemplar citado acima, foi criticada a ação de Dom Pedro II de enviar escravos ao Paraguai, guerra que também teve seus desdobramentos noticiados no periódico, numa associação clara entre o conflito e as questões abolicionistas.

> Ora a emancipação é causa julgada no mundo civilisado Não hão de ser capazes de retardar-lhe a solução Insugflada a vaidade imperial, o Sr D. Pedro engolio a isca. Para começar a obra pronunciou-se Como abolicionista na falta do throno e mandou para o açougue do Paraguay algumas centenas de escravos, emquanto deixava no captiveiro os escravos. Que sabedoria profunda! que cabeça de rapaz![172]

Dr. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, então presidente da Província de Minas Gerais, apelou para o bispo de Diamantina a convocação de voluntários. Contando 114, os voluntários partiram de Diamantina em 03 de abril de 1865 para o campo de batalha, chegando ao destino em 03 de setembro de 1866. Entre os voluntários encontravam-se dois sobrinhos de Dom João Antonio: João e Antonio Felício dos Santos.[173]

O jornal dedicou algumas páginas de alguns exemplares para a questão da abolição da escravidão no Paraguai, com destaque para os publicados nos dias 01 e 08 de maio de 1870. No primeiro, publicou-se uma transcrição da carta enviada em 12 de setembro de 1869, pelo Conde D'Eu, general e chefe do exército brasileiro, ao governo provisório do Paraguai intercedendo a favor da abolição dos escravos daquele país. A segunda publicação, do dia 08, trouxe trechos do que seria a carta resposta enviada pelo governo paraguaio informando o fim imediato e completo da escravidão em seu território. A abolição se deu por um decreto do

---

[171] Para uma abordagem do abolicionismo na Corte ver, dentre outros, JESUS, 2009, em especial os capítulos 5, 6 e 7. Para a discussão dos escravos como agentes no processo que culminou com a intervenção do Estado nas relações escravistas no Brasil Imperial, a partir de 1870, ver, dentre outros, CASTRO, In: NOVAIS; ALENCASTRO, 1997, p. 337-383; notas: p. 464 a 466. SLENES, In: NOVAIS; ALENCASTRO, 1997, p. 233-290; notas: 456 a 462. A discussão do tema fugiria aos objetivos da presente pesquisa.

[172] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 05/12/1869, nº 06.

[173] MACHADO FILHO, 1980, p. 144-145.

dia 02 de outubro de 1869, composto por quatro artigos fielmente citados pelo jornal. De acordo com o governo paraguaio a escravidão era incompatível com os princípios da liberdade, igualdade e justiça que a república se propunha a defender, uma vez que a "escravidão, instituição antichristã, é um triste legado do passado e que só poderá perpetuá-la a bárbara tyrania que pesou sobre este paiz".[174]

Os ideais da Revolução Francesa ainda eram evocados nas discussões dos liberais do jornal *O Jequitinhonha*. A discussão vinha normalmente acompanhada da questão da emancipação e do progresso brasileiro.

> entretanto o que fazem a monarchia e seus lacaios? Deixão em silencio a questão vital do paiz e cerrão os ouvidos ao clamor immenso da humanidade, e ao horrível concerto dos gemidos das victimas humanas atadas ao poste da escravidão. A bárbara traficância da carne humana animada da pela attitude do governo, faz progresso admiráveis desde que a política escravocrata assaltou as ameias do poder. Renovão-se as horríveis scenas do trafico interno, o sibilar do chicote despeita os echos das florestas brasileiras manadas de homens lá seguem caminho dos açougues a que são destinados. Não são estas as scenas que promettia ao mundo o século das luzes o século da liberdade poderíamos descrer de Deus e dos homens se não conhecêssemos a verdade do axioma: "occultas são os tramites da Providencia". O escravo é destinado a libertar o Brasil. As poderosas nações que desejão a emancipação já reconhecerão que coroa lhes é adversa e que os homens que acercão desejarão até perjurando os tratados, empregar a esquadra nacional a importar escravos das costas d'Africa, e para conseguem o seu nobre desideratum necessariamente apartarão o caminho os trabalhos difficultaram. Então rarará o Brasil a aurora da emancipação e da liberdade.[175]

Apesar de todas as publicações e discursos sobre a abolição, não se percebeu em Diamantina um movimento de radicalização da campanha abolicionista. A radicalização só veio em 1887, quando o bispo diamantinense defendeu abertamente o fim imediato da escravidão no Brasil.

Mesmo os liberais como o Major Antonio Felício dos Santos que criticou algumas vezes a escravidão em jornais, mantiveram escravos até os últimos anos da escravidão. O Major apareceu junto à sua esposa, Dona Mariana Fernandes dos Santos, alforriando, sem estipular condição alguma, uma escrava em 28 de abril

---

[174] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 01/05/1869, nº 27; 08/05/1869, nº 34.
[175] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 19/01/1870, nº11.

de 1883 e mais dois escravos em 1887, Bráulio em 30 de abril e Jordão em 10 de outubro.[176] Já no apagar das luzes.

Como membro da elite local e gozando de grande influência, as ações do bispo relativas a emancipação, seja pela pastoral, publicações em jornais e, principalmente, com a criação de sociedades abolicionistas, repercutiram na sociedade. Com isso, em Diamantina as medidas adotadas pela Igreja a favor da abolição se não determinaram o modo de agir, pelo menos levaram a população a refletir sobre o tema.

Os jornais não reproduzem um retrato fiel da sociedade, nem mesmo sua representação ideal. Devem ser entendidos como produtos históricos produzidos de acordo com interesses e relações de poder atuantes, mas nem sempre explícitos.[177] Entretanto, ao analisá-los é possível a aproximação com o pensamento de um determinado contexto histórico, do cotidiano de sua sociedade e ainda identificar as principais informações, discussões e projetos trazidos pela imprensa. Apesar de sua posição privilegiada como formadora de opinião pública, nem por isso garante a dominação ideológica por parte da elite letrada. Segundo Pessanha:

> O jornalismo não se limita a noticiar um fato. O significado de um texto não é simplesmente relatar o acontecido. Possui a capacidade de reconstruir o fato, criar expectativas e gerar opiniões a partir de uma visão específica. Assim, a imprensa contribui na produção do fato ao influenciar na constituição de uma opinião em torno dele.[178]

Assim, além de notícias, fatos e discussões abolicionistas que circulavam pelo Império, o jornal *O Jequitinhonha*, principalmente, até um certo ponto também pode ser visto como um instrumento da campanha abolicionista. Mesmo sendo produzido por um seleto círculo de letrados, muitas vezes as notícias vinculadas pelos jornais poderiam chegar, ainda que de forma indireta, à população que não dominava as letras. Isso foi percebido quando analisamos a tentativa de revolta dos escravos serranos e diamantinenses em 1864. Os líderes declararam ter conhecimento da escrita e que guiaram-se pelas idéias abolicionistas expostas nos jornais, bem como pelas discussões sobre a Guerra

---

[176] BAT – Cartas de Liberdades. 28/04/1883; 30/04/1887; 10/10/1887. 1º Ofício de Notas. Livros 19B e 20.
[177] GOODWIN JR. 2004, p.2.
[178] PESSANHA, 2006. *Apud* COTA, 2007, p. 77.

Civil nos Estados Unidos. É bom lembrar que o movimento teria reunido aproximadamente quatrocentos rebeldes, guiados por líderes que tinham contato com as idéias e acontecimentos noticiados em jornais.

A popularidade de Dom João Antonio, a se acreditar nos registros jornalísticos, era grande. O jornal *O Jequitinhonha* narrou a chegada do referido bispo em Diamantina após ter se ausentado, a fim de realizar visitas pastorais nos longínquos territórios que compunham a diocese de Diamantina, por quatro meses da diocese:

> A sua entrada na cidade foi uma ovação popular.[...] Immediatamente agitou-se a cidade, os sinos começarão á tanger em sons, gyrandolas e fogos atroarão os ares. E o alvoroço apossou-se do peito de todos, cada qual querendo ser o primeiro á tributar ao venerando prelado suas preces de amor e congratulação por tão prospera vinda. [...] Cavalgatas improvisarão-se aos centenares, núcleos de famílias, ondas de povo, todos acudirão pressurosos para saudar a vinda do chefe entre seus subdtos em Jesus Christo.[...] um magnífico Cruzeiro, pesando cêrca de 60 arrobas, foi levado em braços por cidadãos de todas as classes para ser affincado no cimo mais alto da serra, que circunda a cidade, como commemoração da volta do santo pastor ou meio de suas ovelhas.[179]

A celebração foi mais do que só pela volta do bispo. A notícia da Lei do Ventre Livre corria pela cidade e no alto do cruzeiro erguido na ocasião em homenagem ao então bispo, o Juiz de Direito João Salomé de Queiroga ressaltou que Dom João Antonio já vinha há tempos travando essa luta contra a escravidão. O redator lembrou que Dom João Antonio, em 1861, quando ainda não era bispo, já havia publicado artigos sobre a liberdade dos cativos naquele periódico:

> O honrado magistrado aproveitou-se d'aquela solemne occasião para expandir seu gênio republicano, dando officialmente à S. Exc. reverendíssima a fausta e auspiciosa noticia da nova lei sobre o elemento servil. O Exc.[mo] Prelado recebeu-a com a expansão do jubilo, pois é sabido, que foi um dos mais activos collaboradores da ideia tão humanitária. Sabe-se n'esta Cidade que os brilhantes artigo publicados pelo Jequitinhonha no anno de 1861 sobre este assumpto erão da illustrada Penna de S. Exc. e por isso a lembrança foi muito applaudida.[180]

De fato, no ano de 1861 havia algumas publicações no *O Jequitinhonha* referente às questões escravistas. Dentre os jornais que sobreviveram ao tempo e

---

[179] APM – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 05/11/0871, s/ed.
[180] APM – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 05/11/0871 s/ed.

estão disponíveis para pesquisa, há dois exemplares[181] que possuem matérias que podem ser de autoria do Cônego João Antonio dos Santos. As matérias não eram assinadas, todavia, o conteúdo baseado nos preceitos cristãos, bem como na necessidade de moralizar o comportamento dos escravos através da educação religiosa convergem com a pastoral de Dom João Antonio após assumir o bispado de Diamantina. Assim, de acordo com as indicações e citações nos anos seguintes a 1861, de que Dom João Antonio era autor de matérias naquele jornal no referido ano e dado o conteúdo e características da escrita do texto, creio que podemos atribuir a autoria dos mesmos ao então cônego João Antonio.

O teor das matérias nem de longe defendia o fim imediato da escravidão no Brasil. Havia o entendimento de que somente o Império poderia extirpar a escravidão e que à população caberia buscar fundamentar medidas legislativas que tendessem a melhorar a "sorte" dos escravos. Contraditoriamente ao que se vinha afirmando, sejam seus biógrafos, pesquisadores da Igreja e a imprensa local do período, havia uma clara conformação do cônego, naquele momento, com a necessidade do sistema escravista para a "prosperidade econômica" do Império brasileiro. Ele afirmou que *a escravidão, por enquanto, é um mal necessário* e que a abolição total traria prejuízo para a nação.

> Desejamos é verdade, a abolição, mas que ella marche prudentemente, como deve caminhar tudo progresso estável e duradouro, queremos que ella em sua marcha acompanhe o estado do paiz, por que reconhecemos que esse golpe se não effectuaria sem um immenso sacrifficio que as nossas finanças não poderião sopportar, pois que o único meio possível para conseguir-se esse fim seria a desapropriação, a qual viria agravar o thesouro, empobrecer a nação, e atrazar por conseguinte a marcha da civilização, que está na razão directa da riqueza do estado.[182]

A concepção de que alforriar os escravos traria prejuízos para o país foi se alterando ao longo dos anos com o avanço das idéias abolicionistas e adquirindo peculiaridades de acordo com cada região. Em Taubaté, por exemplo, região cafeeira de São Paulo, a abolição chegou pouco antes de 13 de maio de 1888. Uma das justificativas para essa abolição precoce foi o fato de que a rentabilidade do trabalho escravo teria se mostrado insuficiente se comparado aos custos de sua

---

[181] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 30/11/1861 nº. 42; 19/12/1861, nº. 45.
[182] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 19/12/1861, nº45.

manutenção. É bem verdade que aliado às queixas das baixas produtividades dos escravos outros fatores foram determinantes, como os casos de insubordinação dos cativos ocasionado, principalmente, pelo aumento do tráfico interprovincial.[183]

Ao falarem em desapropriação que agravaria o tesouro, percebe-se que a indenização dos senhores era situação prevista em caso de abolição. Em Diamantina, os meios pelos quais os abolicionistas defendiam a liberdade, quase sempre previam indenizações. Apesar de não negar a legitimidade da posse do escravo por seu senhor, o texto esboçava uma crítica à qualificação do escravo como coisa e, por isso, não gozava de direitos:

> Recorrão embora os terroristas, os homens de sangue, ao argumento de que o escravo <<a cousa>> não gosa de direitos civis, e por isso a lei, que os pune, póde afastar-se do princípio, que rege os mais. A isto responderemos que <<a cousa>> não tem imputação, e como tal não póde ser punida, e se tem moralidade, e póde ser punida, a lei, que a pune, não pode afastar-se do princípio, que rege a todas as outras, porque se o recurso é uma garantia contra a fragilidade humana, que póde induzir-nos em erro no julgamento dos homens livres, porque não deve ella existir como garantia no julgamento do misero escravo contra o qual há toda a prevenção e nenhuma proteção a favor?[184]

A principal crítica trazida no texto do jornal do dia 30 de novembro de 1861 refere-se à lei de 10 de junho de 1835. Essa lei estabelecia a pena de morte para escravos que cometessem qualquer ofensa física ao seu senhor, feitor ou administrador, bem como à família dos mesmos. Foi uma resposta à insurreição ocorrida no dia 13 de maio de 1833 em Carrancas, em que os escravos mataram toda a família do Deputado Gabriel Junqueira.[185] Declarou que não a reconhecia como lei e que a mesma não poderia ser entendida como "filha da constituição" pela negação de seus princípios liberais.

Com isso, houve um apelo para que a lei fosse abolida e ainda que se abrandasse o poder do senhor sobre o seu escravo, inclusive com relação à concessão da alforria onerosa. Uma vez que, muitas vezes o senhor negava a concessão da liberdade a seus escravos que possuíam recursos para a compra de sua alforria.

---

[183] PAZZINE, 2006.
[184] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 30/11/1861, nº45.
[185] Sobre a pena de morte no Império e a lei de 10 de junho de 1835, ver: RIBEIRO, 2005.

> Não queremos com isso pedir a abolição da escravidão, reconhecemos que a extirpação do cancro, quando muito profundo, debilita o enfermo, e pode trazer como conseqüência a morte. O que pedimos, o que é urgente, é que pouco a pouco se procures aplainar o terreno, e prepara-lo para receber a semente. Pedimos medidas legislativas que modifiquem esse poder descrecionario do senhor contra o escravo, pedimos uma vista d'olhos do corpo legislativo sobre essa legislação romana, que rege esta matéria, pedimos um coercitivo a avareza do senhor, que não querendo dar a liberdade ao escravo, póde apossar-se do seu pecúlio, à pretexto de que elle não pode possuir; que póde mesmo recusar-lh'a, embora alguém por elle apresente mais do que seu valor.[186]

A discussão em busca de uma legislatura que melhorasse a sorte dos escravos prosseguiu e, em 19 de dezembro do mesmo ano, se aprofundou. O texto apontava para o fato de que a ausência de educação e esperança entre os cativos era a causa de vários crimes e revoltas, colocando em risco a sociedade como um todo. Uma forma de lutar contra a "maquina" da escravidão seria adotar medidas legislativas que possibilitassem em "um futuro remoto" os escravos gozarem da liberdade sem se tornarem membros perigosos da sociedade.

> Cumpre em primeiro lugar levanta-los da degradação moral, quem que jazem, cumpre curar de sua educação moral. Uma lei que promovesse pelo menos a educação religiosa dos escravos, seria ao mesmo tempo uma garantia de segurança para os senhores, e os iria preparando para em um futuro mais remoto poderem gosar da liberdade sem della abusarem, como na actualidade, em que as mais das vezes a liberdade converte-se aos vícios e torna-se um membro perigoso para a sociedade.[187]

Outra questão observada foi o número de infanticídio entre a população escrava, que não querendo a mesma sorte para seus filhos, os impediam de nascer. São criticados os senhores que pela ganância e lucro não denunciavam o crime à justiça pelos prejuízos gerados pela punição. Mais uma vez buscando ressaltar que o escravo não deveria ser tratado como coisa, uma mercadoria, defendeu que esses crimes poderiam diminuir caso as escravas compreendessem que não eram uma "machina de reproduzir escravos, mas um ser racional que tem uma missão na

---

[186] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 30/11/1861, nº45.
[187] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 19/12/1861 nº42.

terra, que tem mérito e demérito, que pode ser premiada ou punida mesmo neste mundo".[188]

Para isso, foi defendido a criação de uma lei que garantisse uma recompensa, ou mesmo a liberdade, para as escravas que se tornassem mães por um certo número de vezes e se distinguissem no seu zelo no cumprimento dos deveres da maternidade. E ainda, que uma vez estabelecidos laços de família entre os escravos, o senhor perdesse o direito de separá-los. De acordo com Castro[189], de uma certa forma, até 1850 muitos senhores respeitavam o vínculo familiar do cativo na hora de sua venda. Entretanto, com o fim do tráfico internacional de escravos, a mão-de-obra se tornou cada vez mais escassa e cara. Houve uma concentração da mão-de-obra escrava nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Muitos escravos recorriam a fugas numa tentativa de manterem a união familiar ao suspeitarem que seriam vendidos[190]. Somente a partir de 1871, com a aprovação da lei Rio Branco, a prática de respeitar grupos familiares em vendas e partilhas tornou-se uma imposição legal.

A referência a Dom João Antonio como abolicionista é unânime entre seus biógrafos. Como um dos indicadores dessa posição assumida pelo bispo eles ressaltam duas publicações nas quais ele teria defendido a liberdade dos cativos. Uma seria no jornal *Selecta Catholica*, publicado em Mariana no ano de 1846 e a outra, republicação da primeira, seria no *O Jequitinhonha*, de 1862. O próprio bispo fez menção a essas publicações em sua Carta Pastoral de 1887. Declarou ter manifestado nesses jornais o quanto a escravidão representava a injustiça e a opressão para com o próximo, e que por esse motivo teria sido criticado por cometer um ato de imprudência.[191]

Foi à frente do bispado de Diamantina que Dom João Antonio pôde expressar através de suas ações o seu discurso emancipacionista.

A criação da *Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês*

---

[188] BNRJ – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 19/12/1861 nº42.
[189] CATRO, p. 344-345. *In*: NOVAIS; ALENCASTRO. 1997.
[190] SILVA e REIS (1989) identificam a fuga como unidade básica de resistência no sistema escravista. Distinguem dois tipos principais de fuga: a *reivindicatória* em que os escravos não pretendiam rompimento radical com o sistema, funcionando como uma negociação/resistência; e as fugas *rompimento e insurreição* em que o objetivo principal era fugir para a liberdade.
[191] AEAD – Carta Pastoral. 28/09/1887. Documentos Diversos, cx. 6.

Analisando as transformações nas relações de produção comandadas pela elite diamantinense e serrana, Souza percebeu que tiveram como base dois objetivos principais. O primeiro, promover a ocupação do trabalho livre valorizando o "trabalho honesto" com a criação de indústrias e intensificação e diversificação de atividades agrícolas. O segundo, favorecer processos de alforrias que contassem com plena anuência dos proprietários valendo-se da "boa vontade" e da "clemência" dos senhores de escravos.[192]

O segundo objetivo teria contado com três frentes: a conduzida pela diocese que fundou a Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês, a que administrava o Fundo de Libertação, promovido pelo governo, e a terceira de iniciativa da Câmara Municipal do Serro que criou ainda o fundo municipal para libertação.[193]

Apesar de Souza identificar três frentes na região pela luta a favor da abolição, a análise dos jornais locais e estatutos nos permite afirmar que todas estavam ligadas diretamente à Igreja. Isso porque a presença do bispo nas comissões administrativas e a sua influência sempre se fizeram presentes.

"Sendo Diamantina a sentinella avançada da causa liberal não podia pactuar um instante com a instituição despótica da escravatura"[194] e por isso, agindo contra uma das "graves necessidades do tempo" a Câmara Municipal dessa cidade anunciou a criação de uma sociedade abolicionista.

Sete dias depois, a 10 de julho de 1870, a comissão encarregada pela Câmara Municipal de organizar a associação emancipacionista, convidou a sociedade diamantinense a assistir a uma missa a ser celebrada no dia seguinte, na capela de Nossa Senhora das Mercês.[195] Depois da missa seguiram todos para o Palácio Episcopal, onde se procedeu a inscrição dos sócios e depois a eleição da diretoria.[196] Neste mesmo dia foi publicado o Estatuto da Sociedade Patrocínio

---

[192] SOUZA, 1993, p.138.
[193] SOUZA, 1993, p. 138.
[194] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 03/07/1870. nº 36.
[195] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina 10/07/1870. nº 37.
[196] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina 17/07/1870. n º 38. Foram eleitos: presidente perpétuo, Dom João Antonio dos Santos; secretário, Major José F. de Andrade Brant; tesoureiro, João da Mata Machado; procuradores, Bernardino Cunha Ferreira e Dr. Carlos Honório B. Ottoni. Um mês antes da eleição dessa diretoria, a Câmara Municipal de Diamantina já havia eleito uma comissão permanente para organização de uma associação emancipacionista que se concretizou na SPNSM em 11 de julho de 1870. A mesma comissão escreveu o estatuto da sociedade. Faziam parte dessa comissão: os respectivos acima com o acréscimo de Josefino Vieira Machado e Joaquim Felício

Nossa Senhora das Mercês (SPNSM), que tinha como presidente perpétuo o bispo Dom João Antonio dos Santos

A partir de sua fundação, as ações da SPNSM passaram a ser notícias recorrentes nos jornais diamantinenses. Destacando o discurso do Padre Sypolis durante a missa, em uma associação clara à Epístola de Paulo a Filêmon[197], *O Jequitinhonha* traz:

> O discurso proferido esteve acima do que se podia desejar. Historiando com palavras de mestre a origem, os progressos e o desenvolvimento da escravidão em todos os povos, o eloquente orador manifestou os passos do christianismo para quebrar as algemas dos captivos. Fallou ao coração dos senhores, e á humildade dos escravos. Aos senhores disse, que devião amar os escravos como seus irmãos em Jesus Christo, consideral-os como membros de sua família; aos escravos que devião toda a obediência e humildade aos seus senhores, mesmo estando irados. A emancipação devia começar pela moralisação do escravo: é esse facto do escravo fugitivo que vai buscar o padrinho de S. Paulo, ele agazalha-o, instrui, baptisa, moralisa o escravo, e o manda para o seu senhor "recebe-o, disse o santo, como receberais a mim, o meu coração, as minhas entranhas".[198]

Desde então, os anúncios de alforria começaram a aparecer com mais assiduidade e passaram a ganhar mais destaque nos jornais. No mês da criação da Sociedade apareceram 05 anúncios de senhores diferentes libertando um total de 06 escravos, todos crianças, sendo uma no ventre da sua mãe cativa.[199]

O estatuto da SPNSM não determinava que a liberdade deveria ser concedida preferencialmente para crianças, pelo contrario, o artigo 25 dizia:

> Em regra para a alforria dos escravos deverão ser preferidas as mulheres ate 40 annos aos homens as casadas às solteiras, as que tiverem filhos vivos às q não tiverem, aos que forem sócios aos que não forem etc.Em igualdade de circunstancias recorrer-se-ha à sorte.[200]

E ainda, seriam preferidos os escravos que possuíssem uma porção do dinheiro necessário à sua alforria ou cujo senhores fizessem algum abatimento em

---

dos Santos. A eleição para os membros da diretoria acontecia a cada ano, podendo, contudo, seus membros serem reeleitos.

[197] Bíblia Sagrada, São Paulo: Ave Maria, 1996. p. 1526-1527.

[198] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 17/07/1870. nº 38.

[199] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 17/07/1870. nº 38.

[200] BAT – Estatuto Nossa Senhora das Mercês. In: *O Jequitinhonha*. Diamantina.10/07/1870. nº 37.

seu valor.[201] Todavia, nos jornais havia uma preocupação explícita em alforriar o ventre das escravas ou mesmo crianças com até 4 anos de idade. Como a própria SPNSM afirmou: "a emancipação do ventre é para nós a solução do problema". Outra sociedade fundada pelo bispo, a *Obreiros da Liberdade*, na cidade do Serro em 10 de julho de 1870 também incentivava a causa.[202] Dois dos principais objetivos dessa sociedade eram emancipar na pia batismal e alimentar as crianças, principalmente do sexo feminino, nascidas de ventre escravo no município do Serro.[203]

O jornal *O Jequitinhonha* de 03 de julho de 1870, mais de um ano antes da aprovação da lei do ventre livre, trazia:

> Hoje, quizese o imperador, quizese o governo, estava decretada a liberdade do ventre ficando os senhores indennisados com serviços dos escravos. Era approveitar as lições prudentes dos Estados Unidos. Na Pensylvania decretou-se a liberdade do ventre em 1780 prefixando-se um praso de 28 annos para compensação de serviço. Em Connecticut o praso foi de 25 anos. Rhode Island o mesmo. Em Nova York determinou-se que se varoes servirão até a idade de 28 annos, as mulheres ate a idade de 25. Em Vermont completa a indemnisação pelos varoes aos 20 annos pelas mulheres aos 18. A escravidão terminou n'estes estados, sem abalo, sem commoção. Porque não abraçamos semelhante expediente tão profícuo em resultados.[204]

É bom ressaltar que, apesar da preocupação em alforriar crianças, e mesmo o ventre escravo antes mesmo da aprovação da Lei do Ventre Livre, esta era uma questão que já vinha sendo debatida em âmbito nacional. Nabuco Araújo, após rever os projetos apresentados por Bueno, levou ao Conselho de Estado em 30 de abril de 1868 uma proposta favorável à libertação dos nascituros. A proposta não teve a adesão necessária no momento, mas reacendeu a discussão sobre a necessidade de emancipar os escravos. Nesse momento a abolição imediata parecia algo impraticável para todos. A emancipação gradual era vista como um mal menor, garantindo a ordem e o direito dos proprietários.[205] Percebe-se que o discurso apresentado pelo jornal *O Jequitinhonha* manteve-se articulado a essas

---

[201] BAT – Estatuto Nossa Senhora das Mercês. In: *O Jequitinhonha*. Diamantina.10/07/1870. nº 37.
[202] COSTA, 1993, p.17.
[203] MACHADO FILHO, 1980, p. 147.
[204] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 03/07/1870, nº 36.
[205] COTA, 2007, p. 44-47.

idéias. E ainda, as medidas e ações praticadas pela SPNSM estavam, também, afinadas com essa conjuntura.

Além das alforrias citadas acima, a SPNSM tornou públicas mais 19 manumissões depois da reunião de 15 de agosto, reunião que deveria acontecer anualmente nessa data, após a festa de Nossa Senhora das Mercês. Dessas 25 alforrias concedidas em um mês de atuação da sociedade, somente duas foram com os recursos do fundo de libertação da sociedade. Entretanto, as outras alforrias citadas foram concedidas por sócios da SPNSM, sem ônus para a mesma. O Dr. Antonio Felício dos Santos declarou que o "Revmo. Vigário de Curimatahy immeditatamente que soube da installação da sociedade comprou uma escravinha por 200$00 e concedeu-lhe carta de liberdade"[206]. Diante do fato, a assembléia geral aclamou o Vigário como sócio benfeitor.

A ação a favor da liberdade era uma evidência de como a sociedade emancipadora recém criada já exercia uma significativa influência na sociedade da região. Na ocasião, a sociedade contava com somente 65 sócios, mas com expectativas de aumentar o número de participante. Isso porque entre as localidades da região que receberam a circular da diretoria sobre a sociedade, somente Datas e Gouveia já haviam reportado ao bispo a aceitação de suas incumbências[207].

O bispo havia enviado uma circular em nome da SPNSM às comissões nomeadas nas diferentes localidades do município. A circular ressaltava o caráter filantrópico e religioso da sociedade e solicitava que as iniciativas individuais a favor da emancipação se tornassem conjuntas ao aderirem à dita sociedade que se propunha: "a multiplicar pela união os recursos sob a forma de uma subscrição, que forneça o capital necessário para a indenização do valor do escravo"[208]. Assim, a diretoria nomeou comissões em diversas localidades afim de promoverem não só a adesão de sócios, mas também de outros meios compatíveis com o Estatuto para buscarem a liberdade dos cativos.

Já tendo libertado duas escravinhas utilizando-se do fundo, depois de um mês de criação a sociedade possuía 400$000 em cofre. Conforme reza o Capítulo II do Estatuto da SPNSM, cada sócio pagava a jóia de 5$000 na ocasião de sua

---

[206] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 21/07/1870, nº 43.
[207] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 21/08/1870, nº. 43.
[208] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 31/07/1870. nº. 40.

entrada, devendo contribuir mensalmente com 1$000. Podendo qualquer sócio remir-se dando de uma vez a quantia de 100$000.[209]

A princípio, uma parcela da população identificou a SPNSM como incentivadora da insubordinação e fugas de escravos que estavam acontecendo na região. Para por fim aos boatos, a sociedade realizou uma Sessão Extraordinária em 07 de agosto e declarou:

> 1º que o fim humanitário e beneficente da associação repelle qualquer acto de insubordinação e desobediencia do escravo ; 2º que reprova e estygmatisa a linguagem d'aquelles que por ignorancia ou má fé, manifesta que esta sociedade auxilia promove, advoga a causa da manumissão dos escravos, ainda que não tenhão incontestavel direito a ser manutenidos 3º que altamente reprova a insubordinação ultimamente havida na lavra do Capitão Antonio Carlos Gonçalves Seixas, dos escravos pertencentes à herança dofinado commendador Vicente José da Trindade[...] 4º que prefere a dissolução d'esta sociedade a sanccionar com seu silencio que irá dar corpo aos boatos, que pés/soas inconsideradas espalhão, emprestando à sociedade doutrinas sobversivas e odiosas[210]

No que se refere aos escravos pertencentes à herança do comendador Vicente José da Trindade, parece que além de terem desobedecido ao feitor, os mesmos teriam ido à cidade, sem a permissão de sua senhora, e procuraram um advogado dando a entender que contavam com o patrocínio da SPNSM.[211]

Após o episódio, a sociedade deixou explícito que condenava ações desse tipo. Como forma de coibir esses atos e manter a ordem, a diretoria julgou necessário que fossem anotados os nomes de todos os escravos que desrespeitassem e desobedecessem seus senhores e feitores, daqueles que praticassem qualquer ato que revelasse sua má índole. Aos escravos com esse histórico não seriam destinados nenhum recurso da SPNSM. Com isso, o escravo a ser contemplado pela liberdade deveria mostrar bom comportamento.[212]

A Igreja foi extremamente importante no controle dos escravos. Ela já havia assumido um compromisso com a moralização dos costumes da sociedade, prática adotada em Diamantina por Dom João Antonio dos Santos como vimos no capítulo anterior. De fato, após a criação da SPNSM, os anúncios de fugas de

---

[209] BAT – Estatuto Nossa Senhora das Mercês. In: *O Jequitinhonha*. Diamantina. 10/07/1870. nº. 37.
[210] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 14/08/1870, nº. 42.
[211] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 14/08/1870, nº. 42.
[212] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 14/08/1870, nº. 42.

escravos minguaram nos jornais, dando lugar aos anúncios de liberdade. O que não necessariamente significava que a Igreja em Diamantina conseguiu coibir totalmente as fugas. Há de se pensar que neste momento o movimento abolicionista brasileiro ganhava força redobrada e, as armas utilizadas contra o sistema escravista vão além de fugas em busca de liberdade. E ainda, uma vez assumido pelo jornal sua posição abolicionista, era de interesse noticiar mais atos de liberdades do que de fugas.

A prática de anunciar publicamente a liberdade concedida a um escravo ganhou mais adeptos a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre. As alforrias divulgadas como atos de caridade e filantropia pela SPNSM corroboraram com o processo de reafirmação da autoridade do senhor sobre o seu bem, o escravo, após a decretação da "alforria forçada" pela lei de 1871.

Os cativos precisavam acreditar que a liberdade não vinha das mãos do Estado ou por suas próprias, mas que conseguiam a alforria ainda por um ato de benevolência e caridade de seus senhores. Segundo Cota, no "jogo de cena público" arquitetado pelos proprietários, a filantropia deveria imperar sobre os interesses econômicos e de manutenção de poder. Além disso, o discurso senhorial também poderia mascarar as conquistas quotidianas dos escravizados que conseguiram imprimir suas vontades nas negociações que levavam à alforria. Assim, as notícias de manumissões, sejam elas individuais ou coletivas, estampadas nos jornais podiam trazer, ao mesmo tempo, a imagem dos "campeões da liberdade" forjada pelos senhores e a oculta ação dos escravos que lutavam para alcançar a alforria.[213]

De certa forma, as ações da SPNSM anteciparam, em alguns aspectos, o que propôs a Lei do Ventre Livre a partir de 1871. Seja na forma de libertar os cativos ou mesmo nos pré-requisitos para concessão de alforrias. O bom comportamento dos escravos, exigido pela Sociedade na hora de alforriá-los, também foi exigência do Fundo de Emancipação instituído a partir dessa lei.

A sessão extraordinária realizada pela Sociedade já no primeiro ano de sua criação, nos permitiu perceber que, assim como outras associações abolicionistas pautadas pela Igreja, não houve um rompimento com o sistema escravista.[214] O

---

[213] COTA, 2007, p. 60-61.
[214] REIS, 1993, p. 7-33. De acordo com o autor, as diversas irmandades criticavam a escravidão e os maus tratos, mas não combateram o sistema escravista.

que se propôs foram ações que levassem à liberdade, mas dentro dos limites do sistema. A sociedade emancipacionista foi fundada por proprietários de escravos. Com isso, é constante a preocupação dos sócios em garantirem o respeito ao direito de propriedade. A insubordinação dos escravos do comendador Vicente José da Trindade trouxe à tona essa discussão, levando a SPNSM a pronunciar-se:

> Por vezes temos externado os nossos pensamentos: Se a liberdade é de direito natural e inestimavel; as rasões em seu favor muito fortes; a bem d'ella se determinão muitas coisas contra o rigor do direito; a propriedade é tambem um direito social e deve ser garantida em toda sua plenitude. "Seria injusto, escreve o conselheiro/Bastos, declarar livres os escravos, sem indemnisar quem, à sombra das leis, adquirio a sua, embora mal entendida propriedade."[215]

A ação episcopal e a lei emancipacionista

As ações de Dom João Antonio a favor da liberdade do *elemento servil* logo repercutiram na Corte. Em 07 de julho de 1871 o Gabinete do Ministro da Agricultura convidou, através de uma carta, o bispo diamantinense a alinhar os interesses da Igreja aos dos proprietários:

> O melhor meio que pareceu do Governo Imperial poder conciliar os interesses da fortuna particular com os princípios da religião e da humanidade, foi que manifestou na sua proposta a Assembléia Geral Legislativa, da qual occupa o parecer da respectiva Commissão que ora transmitto a V, Exª Revma. [...] Ouso rogar a V, Exª Revma todo o seu prudente influxo em bem dessa causa, em favor da qual pleitão a religião e a humanidade.[216]

No mesmo ano, o bispo recebeu outra carta, agora do Ministério dos Negócios do Império, informando sobre a aprovação, na Câmara dos Deputados da lei que proporcionaria a extinção gradual do *elemento servil*. Faltando, naquele momento, somente a aprovação do Senado, conclamou ao bispo que compartilhasse das idéias com seus fieis: "e por isso recommendo a V.Ex. Revma. que já por si, já por meio dos vigários de sua Diocese, quer ao púlpito, quer particularmente procure sua costumada prudência, esclarecer a opinião publica sobre o verdadeiro alcance de tão importante e melindrosa questão"[217].

---

[215] BAT – *O Jequitinhonha*. Diamantina. 14/08/1870, nº. 42.
[216] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[217] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.

Em 30 de setembro, Dom João Antonio recebeu a circular informando sobre a lei nº. 2040 de 28 de setembro de 1871 ano corrente. O Império declarava "livres os filhos de mulher escrava desde a sua data e providenciando acerca da libertação gradual dos escravos existente sem ofensa do direito de propriedade e sem abalo da agricultura nossa principal industria".[218]

Agindo de acordo com o que as leis Imperiais permitiam, a SPNSM comemorou a conquista da Lei do Ventre Livre. A lei que libertava os filhos de escravas nascidos a partir daquela data foi recebida como um avanço. Entretanto, na prática não se alterou tanto assim a situação dos cativos que além de terem que servir ao senhor até os 21 anos de idade assistiram, muitas vezes, a lei sendo burlada em benefício dos senhores.

À Igreja, a lei impôs a obrigação de registrar em livros especiais os nascimentos e óbitos dos filhos de escravas nascidos desde a sua data. Obrigações lembradas na circular de 30 de setembro de 1871[219] e em carta recebida por Dom João Antonio do presidente da província de Minas Gerais no mês seguinte. Além de recomendar aos párocos maior zelo no desempenho das atribuições que lhes eram conferidas, o presidente da província anexou um exemplar da lei nº 2040.[220]

Em fevereiro de 1878 o bispo recebeu outra carta do presidente da província solicitando sua intervenção junto aos senhores de escravas mães de menores para que fizessem os devidos registros de óbitos nas devidas paróquias. Isso se deve ao fato de que, de acordo com as informações prestadas pelos párocos, entre 28 de setembro de 1871 e 31 de dezembro de 1876, nenhum óbito havia sido registrado em algumas freguesias e em outras, os registros de óbitos eram desproporcionalmente inferiores ao número de nascimentos.[221]

Outra conquista trazida pela Lei do Ventre Livre foi a criação de um Fundo de Emancipação destinado à emancipação de um certo número de escravos por ano em cada província, sempre em conformidade com o plano de emancipação gradual. Todavia, os recursos do fundo eram reduzidos e poucos escravos se beneficiaram dele. Segundo Costa, entre os anos de 1873 e 1883

---

[218] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[219] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[220] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[221] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.

foram alforriados nos país mais de 70 mil escravos, dos quais pouco mais de 12 mil pelo Fundo de Emancipação.[222]

A classificação dos escravos a serem alforriados através dos recursos do Fundo de Emancipação deveria acontecer anualmente. Para Diamantina temos o registro de classificação de escravos para os anos de 1873-76, 1880 e 1882-86.

No livro constam riquíssimas informações sobre os escravos a serem libertados. Entre elas temos: o primeiro nome do cativo; a cor do escravo classificado como preto, pardo, claro e cabra, sendo uma escrava registrada como branca em 1875; o estado civil: casado, solteiro ou viúvo; profissão, foram identificadas diversas profissões e quando aparecia "nenhuma" normalmente referia-se a um escravo de idade inferior a 10 anos, o que não impediu de encontrarmos algumas crianças com profissões já determinadas; a aptidão para o trabalho também foi avaliada como boa, sofrível ou nenhuma; há ainda a identificação familiar do cativo, se era pai, mãe, marido, mulher, filho (1º,2º,3º...).

Outra informação era a quem pertencia o escravo, discriminando o nome de seus senhores. O valor do escravo normalmente não aparecia, apesar de se ter um campo destinado a esse dado. Havia também um campo de "observações" que normalmente era preenchido com dados familiares do cativo: se era casado, com quem, se possuía filhos, livres ou escravos. O que se percebeu é que a regra era o arrolamento da família do escravo. Em 1875 os 224 escravos arrolados pertenciam a 68 famílias, em 1876 os 223 compunham também 68 famílias.[223] E ainda, os escravos que não eram contemplados, muitas vezes se repetiam a cada ano

Os dados contidos no livro não nos permitem identificar o número total e os nomes dos escravos beneficiados anualmente pelo Fundo de Emancipação. Somente em 1882 o relatório das libertações foi transcrito para o livro. Naquele ano o valor da quota distribuída ao município foi de 11.168$142, valor que possibilitou alforriar somente treze cativos de 09 famílias distintas. Lembrando que no ano de 1882 foram arrolados 20 escravos pertencentes a 16 famílias. O valor estipulado para a alforria desses 13 escravos foi de 11.100$00. Os mesmos escravos, juntos, possuíam 240$00 de pecúlio. Esse valor foi abatido na quota

[222] COSTA, 2008, p. 58.
[223] BAT – Classificação dos Escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1873-1886. Província de Minas Gerais. Município de Diamantina. p. 1-46.

recebida pelo Fundo de Emancipação e, com isso, sobraram 308$00 como saldo para libertações futuras.[224]

De acordo com José Teixeira Neves[225], em dezembro de 1880 haviam sido libertados pelo fundo 30 escravos pela quantia de 25.450$00, tendo os libertandos concorrido com 750$00 de pecúlio. Nesse ano, foram registrados 30 escravos a serem alforriados e, ao que parece, todos foram contemplados[226].

As quotas para os anos de 1884, 1885 e 1886 foram respectivamente 8.357$394, 6.665$340 e 9.371$00. No primeiro ano temos 26 escravos arrolados e no último, 27. Já em 1885 foram classificados 25 cativos, entretanto, consta que foram alforriados 86 escravos pelo Fundo de Emancipação[227].

Os dados da população escrava de Diamantina demonstram que havia 8006 escravos matriculados em 1872. Chegaram ao município 405, saíram 535 e faleceram 806. Haviam sido manumitidos, a título oneroso, 118 escravos e 250 a título gratuito. Assim, em 1884 a população de escravos de Diamantina correspondia a 6702 indivíduos: 4220 homens e 2482 mulheres. E ainda, 697 homens e 361 mulheres se encontravam acima dos 60 anos de idade.[228]

Comparando esses dados com as estimativas das Cartas de Liberdade registradas em cartório da mesma cidade e já discutidas no capítulo I, observamos que os números de alforrias não coincidem. Somando todas as cartas de liberdade registradas na década de 1870 e 1880 temos 189 forros, enquanto os dados acima nos sugerem 368 alforrias entre os anos de 1872 e 1884. Isso nos possibilita afirmar que as alforrias não necessariamente diminuíram no período da crise da mineração dos diamantes vivida na década de 1870. E ainda, que não diminuíram no momento de maior apelo do bispo pelas libertações. Muito pelo contrário, uma vez identificado que as alforrias nem sempre foram registradas em cartório, os números elevados de alforrias sugeridas tanto pelos biógrafos de Dom João Antonio, quanto pelos registros encontrados, podem expressar a realidade.

---

[224] BAT – Classificação dos Escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1873-1886. Província de Minas Gerais. Município de Diamantina. p. 1-46.
[225] BAT – Arquivo Particular José Teixeira Neves. Campanha Abolicionista.
[226] BAT – Classificação dos Escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação. 1873-1886. Província de Minas Gerais. Município de Diamantina. p. 1-46.
[227] BAT – Arquivo Particular José Teixeira Neves. Campanha Abolicionista.
[228] BAT – Arquivo Particular José Teixeira Neves. Campanha Abolicionista.

A contribuição para a abolição mais explícita e comentada por todos aqueles que em algum momento retrataram a diocese de Diamantina e a figura de seu primeiro bispo residente foi sua Carta Pastoral de 28 de setembro de 1887.

"Pastoral abolicionista do Revmo. Bispo desta diocese"

Todos os povos católicos se preparavam para comemorar o jubileu do Papa Leão XIII. Uma forma de honrar a data, 31 de dezembro de 1887, era o envio de prendas ao Papa. As prendas seriam abertas pelo pontífice e expostas no Vaticano naquele dia. As prendas podiam variar de orações dos fiéis, comunhões e missas celebradas em união com a intenção do pontífice e obras de caridade.

Com isso, todos poderiam concorrer, de alguma forma, para o grande momento de celebração da Igreja Católica, dos mais ricos aos mais pobres. Apesar de celebração católica, os protestantes também enviaram suas prendas ao papa, como, por exemplo, rainha Vitória da Inglaterra. O rei Guilherme da Prússia, o sultão da Turquia e a imperatriz da China também enviaram suas prendas.

Dom João Antonio, assim como os demais bispos brasileiros, dirigiu ao clero e aos fieis uma Carta Pastoral convidando a todos a celebrarem junto à Igreja o jubileu de Leão XIII. Esclareceu que todos poderiam participar, oferecendo-lhe seus corações, orações e comunhões, práticas de obras de caridade em intenção ao pontífice. Entretanto, segundo o bispo, nenhum ato seria de mais agrado do pontífice do que a libertação dos cativos brasileiros:

> Uma que por certo será muito do agrado do vigário de Nosso Senhor Jesus christo, que nos prescreve a caridade e a fraternidade, como magno preceito, e condemna todas as injustiças e oppressões para com o nosso próximo, que devemos amar como a nós mesmos, é sem dúvida a libertação dos escravisados, que infelizmente existem em nosso paiz, e que ainda são objectos de infame trafico de carne humana, como vivêssemos no centro da África, nas mattas entre selvagens, ou no tempo da barbaria.[229]

Ressaltou que não sabia como o Brasil se faria representar na exposição do Vaticano, mas sugeriu que a data seria um bom momento para o governo brasileiro resolver a questão do *elemento servil*. Propôs que por um decreto ou um golpe de Estado fosse extinta a escravidão no Brasil a partir de 31 de dezembro de 1887:

---

[229] AEAD – Carta Pastoral. 28/09/1887. Documentos Diversos, cx. 6.

> Não sabemos com que se fará representar o governo do Brazil, paiz catholico na exposição do vaticano, [...] mas é nossa convicção que aos olhos do Soberano Pontífice da religião da caridade e fraternidade nenhuma prenda seria de maior valor do que o decreto ou golpe de Estado em lettras de ouro, extinguindo a escravidão no Brazil desde 31 de Dezembro 1887. É esta uma bella occasião do governo resolver a difficil questão do elemento servil, sanccionando seu acto pela religião e benção do céo, seria uma reparação solemne da clamorosa injustiça com que conserva nos grilhões da escravidão centenas de milhares de nossos irmãos, victimas dos interesses particulares e das rendas do Estado.[230]

O bispo lembrou já ter manifestado anteriormente essas idéias, desagradando a muitos na ocasião. Todavia, comemorou que a opinião pública naquele momento era outra, que a extinção da escravidão já estava na consciência de todos, inclusive da Igreja. Outros bispos também se manifestaram a favor da causa através de pastorais na ocasião: D. Antonio de Alvarenga, bispo do Maranhão, D. Carlos d'Almour, de Cuiabá, ambos em julho de 1887; já D. José Barros, do Recife, D. Pedro Maria Lacerda do Rio do Janeiro e D. Antonio Benevides, bispo de Mariana, manifestaram-se em dezembro do mesmo ano.

Ao tratar das alforrias como prenda, Dom João Antonio lembrou a Carta Pastoral do Arcebispo da Bahia anunciando o jubileu sacerdotal do papa Leão XIII e recomendando a obra de redenção dos cativos e amparo aos libertos. A pastoral do Arcebispo convergia com as idéias emancipacionistas do bispo diamantinense e ainda reforçava que a proposta de libertação dos escravizados não era só uma questão pessoal, mas também, a partir daquele momento, causa defendida pela Igreja Católica.

O Arcebispo da Bahia esclareceu que a consciência pública já vinha demonstrando que a escravidão incomodava. Justificou a posição da Igreja até aquele momento dizendo que "o receio de graves conseqüências de uma precipitação que a princípio se mostrava perigosa, conteve, por algum tempo a voz da Igreja que nunca se ergueu em detrimento da sociedade".[231] E ainda, que a ninguém escapava que o sistema escravista era uma negação completa da religião que tem por base amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Muito diferente do período colonial e mesmo da posição oficial ao longo

---

[230] AEAD – Carta Pastoral. 28/09/1887. Documentos Diversos, cx. 6.
[231] AEAD – Carta Pastoral. 28/09/1887. Documentos Diversos, cx. 6.

da maior parte o Império, em que a Igreja Católica não só compactuava com a escravidão, mas também fundamentava justificativas para permanência do regime escravista.

Diante dos argumentos e do apoio do Arcebispo da Bahia, Dom João Antonio encerrou sua pastoral declarando que a questão do *elemento servil* estava "julgada e condenada sem apelo aos interesses particulares ou geraes; contra a justiça reconhecida, não há appelação justificável. A indemnização recaia sobre o culpado, mas não à custa dos inocentes escravos".[232]

Até aquele momento, Dom João Antonio vinha se posicionando contra a escravidão, mas sem ofensa à propriedade privada. Seu comportamento emancipacionista era exaltado e ganhava repercussão junto aos fiéis e ao governo devido a sua influência como bispo, mas era sempre limitado pelas leis do Império.

O movimento abolicionista havia ganhado mais adeptos e força durante a década de 1880. Com a aprovação da lei Rio Branco em 1871 os ânimos acerca da discussão da abolição foram se acalmando. Os próprios conservadores escravocratas que votaram contra o projeto, se apegaram à lei para colocar um fim na discussão. Em 1879, Jeronymo Sodré declarou em Assembléia Geral que a Lei do Ventre Livre era uma reforma vergonhosa e que se deveria extinguir a escravidão de forma total e imediata. No ano seguinte, aproveitando o acirramento das discussões, Joaquim Nabuco apresentou à Câmara um projeto de lei que colocaria fim definitivo à escravidão no final daquela década. Apesar de garantir a indenização aos senhores, o projeto foi derrotado por 77 votos a 18.[233]

Os anos seguintes, 1881 e 1882, foram marcados por um esmorecimento dos movimentos abolicionistas. Os proprietários de escravos reagiram contra essa proposta e os abolicionistas eram derrotados nas eleições.

Quando Dom João Antonio ressaltou em sua pastoral que a opinião pública naquele momento já tinha consciência da necessidade de libertar totalmente os cativos, ele demonstrou sua articulação com o discurso deslegitimador da escravidão que vigorava nos diferentes centros do Império.

Foi criada, em 1883, a Confederação Abolicionista, que em pouco tempo de funcionamento já congregava 17 sociedades abolicionistas. A Confederação

---

[232] AEAD – Carta Pastoral. 28/09/1887. Documentos Diversos, cx. 6.
[233] COTA, 2007, p. 64-65.

Abolicionista estimulou as discussões acerca da abolição. Passaram a dirigir as palavras aos próprios escravos e, os mais radicais, incentivavam, ou mesmo auxiliavam as fugas. Para esses, a escravidão não passava de um crime, sendo assim, a fuga de escravos era não mais do que uma reivindicação legítima dos seus direitos.[234]

A libertação total dos escravos no Ceará em 1884 serviu não só como inspiração, mas também como exemplo a ser seguido. As sociedades abolicionistas se multiplicaram por toda a nação.

Segundo Machado[235], o movimento abolicionista brasileiro possuía diferentes faces que variavam entre si de acordo com os posicionamentos e atitudes perante o ideal de extinção da escravidão. O movimento pela libertação avançava, seja por vias moderadas ou radicais. Alcançava adeptos dos diferentes tipos e ocupações sociais, e com isso, com diferentes formas de assimilações.

Cota[236] observou a presença dos diferentes discursos nos jornais ouropretanos. Dos mais radicais, defendendo o fim imediato e sem indenização aos senhores àqueles que defendiam uma transição pacífica para o trabalho livre garantindo as indenizações dos senhores.

Assim, o contexto histórico da divulgação da Carta Pastoral de 1887 já evidenciava uma maior aceitação das idéias abolicionistas. A discussão não pertencia mais somente à Câmara e aos letrados. A população já tomava consciência. Talvez por isso, as respostas à Carta Pastoral de Dom João Antonio foram positivas.

Sua carta pastoral, descrita pela imprensa local como *pastoral abolicionista do Revmo. Bispo desta diocese*, foi lida em missa solene assistida pelo povo e pelos fiéis mais "ilustres". Foram proferidos muitos discursos em apoio ao prelado, notando-se geral regozijo da população. [237]

Dom João Antonio teria saído pessoalmente de porta em porta pedindo aos proprietários que libertassem seus escravos. O número de alforrias conseguidas sob o apelo do bispo diverge de acordo com seus biógrafos, sendo 2000 o número mais citado, o que provavelmente reflete certo exagero, típico da construção de memórias.

---

[234] COTA, 2007, p. 67.
[235] MACHADO, 1994, p. 147.
[236] COTA, 2007.
[237] MACHADO FILHO, 1980, p.147.

A carta repercutiu na Corte, sendo amplamente debatida e citada diversas vezes na tramitação do projeto da lei abolicionista na Câmara dos Deputados.[238] Sua prisão como "revolucionário" chegou a ser cogitada pelo conselheiro Andrade Figueira que declarou que "o Bispo de Diamantina devia ser criminalmente responsabilizado pelo seu ato".[239]

Entretanto, a princesa Izabel respondeu aos apelos de Dom João Antonio e solicitou ao seu irmão Antonio Felício dos Santos que angariasse no mínimo 50 cartas de emancipação. Segundo Neves, o bispo teria conseguido mil cartas de liberdade.[240]

Sua Carta Pastoral atingiu várias localidades e proprietários de diferentes níveis de posses. As respostas chegavam ao Palácio Episcopal engrossando as alforrias, seja libertando um ou mais escravos. O vigário Antonio Vieira de Mattos não só alforriou seus dois escravos, Lina e Jacynto, como também expressou sua vontade de enviar como prenda em comemoração ao jubileu do papa:

> Em attenção a vossa carta pastoral de 28 de setembro do corrente, que desejo cumprir como puder, em homenagem ao Santíssimo Padre Leão 13, gloriosamente reinante na Igreja Catholica por occasião do seu Jubileu Sacerdotal, aos 31 deste Dezembro, dou a liberdade aos escravisados, que possuo, Jacyntho e Lina.[241]

Outra carta importante recebida pelo bispo veio da região do Tabuleiro Grande, remetida pelo seu amigo, o industrial Antônio Candido da S. Mascarenhas. Ele admitiu ter utilizado a pastoral de D. João Antonio para conseguir 336 cartas de liberdades:

> Venho lhe dar uma noticia, que sei que lhe há de ser agradável. Organisei um abaixo assignado pª libertação dos escravº da Parochia e servindo-me persuadir o povo, da sua pastoral e fui taum feliz e que se não fosse os embaraços, nas linhas que remeto apontados a libertação seria total, completa. Poucos escravos a ficarão de fora. Foi uma facilidade, que todo não estava nas minhas previsões, Tam altamente é adorado altamente aqui o santo nome de V. Ex°. Usei porem de um insinuante estratagema: disse a algumas, que V. Exª as abencoaria pelo bonito acto que

[238] FERNANDES, 2005, p. 89.
[239] MACHADO FILHO, 1980, p.147.
[240] BAT – Arquivo José Teixeira Neves, cx 12, maço106.
[241] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.

> praticarão, e que de certo algumas palavras de louvor. V. Exª encarregaria a vigário de dizer. Em seu nome aos q atenderão.[242]

O dia 31 de dezembro de 1887 chegou e o decreto do governo extinguindo a escravidão no Brasil não veio. Todavia, o assunto continuou a ser amplamente discutido pela sociedade que passou a pressionar pelo fim da escravidão. A Igreja aderiu publicamente à causa e as alforrias aumentaram.

Quando em 13 de maio de 1888 a notícia do fim da escravidão no Brasil chegou a Diamantina:

> Recebendo em Beriberi a grata notícia da assinatura da Lei Áurea, D. João logo mandou aprestar o trole em que viaja e pôs-se a caminho da cidade. O povo, que lhe preparava recepção festiva, foi esperá-lo no alto da rua da Glória, e quis substituir os animais que tiravam o trole, ao que se opôs o virtuoso antístite, descendo a pé com a multidão até o paço episcopal.[243]

A se pensar nas diferentes faces que o movimento abolicionista assumiu durante o século XIX, podemos identificar Dom João Antonio como simpatizante da causa. O seu discurso, mais do que suas ações, nos permite identifica-lo como abolicionista durante o período em que esteve a frente da diocese de Diamantina. O bispo estava articulado com as idéias abolicionistas que circulavam pela nação. Antes de assumir o bispado ele já manifestava seu desejo pelo fim do regime escravista, mas não identificamos em seu discurso uma radicalização, o que estava em conformidade, inclusive, com o movimento abolicionista diamantinense. Normalmente, o seu discurso estava voltado para a melhoria das condições de vida dos escravos e a necessidade de prepará-los para a liberdade, afim de não serem uma ameaça à sociedade.

Entre suas ações, a criação da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês foi a medida mais significativa tomada a favor da abolição dos escravos. A SPNSM antecipou algumas das propostas que foram implementadas a partir da Lei Rio Branco de 1871. Mais um indício de como estava afinado com as discussões que inflamavam a Corte. Voltando novamente ao discurso, a Sociedade proporcionou mais do que liberdades pontuais. A divulgação das idéias

---

[242] AEAD – Escravos/Documentos diversos. 1855-1888.
[243] MACHADO FILHO, 1980, p. 148.

abolicionistas e conscientização dos proprietários diamantinenses e da região proporcionadas pela Sociedade contribuíram para a causa.

A sua tão discutida Pastoral de 1887 foi importante para a adesão de seus fieis ao movimento, mas também não destoava dos debates nacionais. Nesse momento, o movimento abolicionista trouxe à tona os adeptos mais radicais que solicitavam o fim imediato da escravidão brasileira. A Igreja também já havia manifestado oficialmente que não podia mais compactuar com a escravidão.

Considerações finais

Desde a descoberta oficial dos diamantes em 1729 que Diamantina se destacou como centro de decisões políticas e econômicas das regiões norte e nordeste de Minas Gerais.

A estrutura física, econômica e social gerada pela extração do ouro e diamantes nos setecentos esteve sob os olhares atentos da Coroa Portuguesa que desenvolveu uma política administrativa peculiar na região.

Boa parte dessa estrutura sobreviveu nos oitocentos e foi determinante na formação da população que ali habitava. Seja dos garimpeiros que trabalhavam em situações extremas nas lavras, seja dos negociantes de pedras ou mesmo de produtores de fazendas, seja dos pequenos comerciantes ou mesmo dos funcionários públicos e letrados que nascidos ali circulavam suas idéias no cenário nacional, se não todos, mas boa parte utilizava da mão-de-obra escrava.

A importância de Diamantina fez com que o município fosse escolhido para receber uma Diocese em 1853, mesmo sendo a cidade do Serro a cabeça da Comarca. A presença de um bispado na região trouxe novos horizontes para a fé, a educação e a ordem daquela sociedade.

A ação pastoral do bispo teve como marca uma intervenção ativa na sociedade de então. Fundou escolas primárias e cursos profissionalizantes, bem como o Seminário Diocesano. A partir daquele momento, a população não precisaria se ausentar de Diamantina para instruir-se.

Os padres lazaristas foram peças importantes nesse processo. Primeiramente como influenciadores de Dom João Antonio que foi pupilo de Dom Viçoso em Mariana e depois porque assumiram a direção do Seminário Diocesano de Diamantina.

Imbuído de idéias emancipacionistas, D. João Antonio assumiu o discurso a favor da emancipação de cativos e expressava suas idéias através de ações. Além de publicações em jornais falando do *elemento servil*, o bispo criou em 1870 a Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês, com o objetivo de libertar cativos através de um fundo reunido por seus sócios.

A SPNSM antecipou-se à lei que libertava o ventre da escrava a partir de 28 de setembro de 1871. Libertou diversos cativos, incentivando, inclusive, a libertação do ventre das escravas e de crianças. A SPNSM foi para além de

utilizar os fundos para libertação. Ela conseguiu a adesão de boa parte dos proprietários locais, que em nome da sociedade libertavam seus escravos, principalmente em ocasiões festivas, sem recorrerem ao fundo.

A Lei do Ventre Livre só veio acrescentar nos esforços que a Igreja diamantinense já realizava em prol da abolição. O Estado passava a auxiliar anualmente, através de um Fundo de Emancipação, a libertação de cativos. Os recursos do fundo foram muito utilizados pelos diamantinenses. Organizaram-se para arrolar os escravos de acordo com o que a lei previa e utilizavam toda a quota destinada ao município.

O Fundo de Emancipação, assim como a SPNSM, funcionou como uma forma de controle da população escrava. A libertação através desses fundos só viria se os cativos apresentassem bom comportamento. A possibilidade da alforria poderia desestimular fugas e insurreições. Uma vez estabelecidos os fundos e levando em consideração o momento histórico de deslegitimização do sistema escravista, essas manumissões pontuais eram interessantes tanto para os escravos, quanto para os senhores, que além de manterem um certo controle sobre os escravos, ainda recebiam as indenizações.

Os anos da criação da SPNSM e da promulgação da Lei do Ventre Livre também podem ser caracterizados pela crise da mineração dos diamantes pela qual passava a região. Nesse momento Dom João Antonio mais uma vez interveio na busca de uma solução para a crise que interferia na vida mesmo daqueles que não trabalhavam diretamente nos negócios da extração de gemas.

Oscar Beozzo retratou o bispo de Diamantina como uma das exceções da Igreja que já lutava de longa data pelo fim da escravidão.[244] Entretanto, segundo o autor, os gestos dessas exceções caíram no vazio, ou por falta de oportunidade histórica, ou por não estarem articulados com um movimento social.

Ao longo do texto percebemos que as ações de Dom João Antonio não foram em vão, e muito menos “caíram no vazio”. Pelo contrário, ele esteve constantemente articulado com as questões políticas e econômicas do Império. Manifestava-se sempre que tinha oportunidade a favor da libertação dos cativos, seja em jornais ou em carta pastoral e em correspondência aos representantes do Império brasileiro.

---

[244] BEOZZO, In: HAUK; *et al*. 2008, p. 279.

Mais do que o discurso, Dom João Antonio mobilizou a sociedade pela libertação dos cativos ao criar sociedades abolicionistas na região, concretizando a libertação de muitos cativos. E ainda, pediu pessoalmente aos seus fiéis que libertassem seus escravos em comemoração ao jubileu de Leão XIII, tendo respostas positivas.

Em Diamantina não identificamos um movimento abolicionista radical entre os membros das sociedades emancipacionistas. O discurso existia e era publicado em jornais e folhetins. Dom João Antonio estava alinhado a esse discurso. Como já foi ressaltado anteriormente, o movimento abolicionista assumiu várias frentes. Ser abolicionista não significava necessariamente inflamar as discussões e lutar radicalmente contra o sistema. Várias associações abolicionistas se portaram de maneira moderada, utilizando o próprio sistema para combater a escravidão. Somente nos anos finais da escravidão que se percebeu uma maior radicalização do movimento, nem por isso com adesão total dos abolicionistas, e dentro deste contexto Dom João Antonio assumiu categoricamente sua oposição à escravidão.

Assim, não seria errôneo identificar Dom João Antonio dos Santos como emancipacionista. Ele utilizou da influência pessoal e do seu posto religioso para atuar junto à sociedade a favor da libertação sem ferir suas obrigações como um também represente régio. Discutiu projetos e leis que circulavam pelo Império. Humanizava a figura do escravo retratando-o como “o próximo”, preocupando com a instrução dos mesmos, principalmente após receberem a alforria. O seu discurso emancipacionista se concretizou em cartas de liberdade, não somente em Diamantina, mas também em outras regiões.

Uma vez que o identificamos como emancipacionista, devemos atentar para o fato de que Dom João Antonio era membro e um clero ultramontano e chegou a possuir escravos. Quanto à posse de escravos, não destoava dos demais clérigos brasileiro. São recorrentes as referências a Ordens e Irmandades que possuíam escravos. Identificamos, inclusive, abolicionistas diamantinenses que mantiveram escravos até os anos finais da escravidão.

Tanto Nabuco, quanto Beozzo criticaram a falta de posicionamento da Igreja a favor do movimento abolicionista: “sem deduzir que a Igreja oficial não estivesse intimamente de acordo com a abolição da escravatura, sua participação no movimento que a partir de 1879 até 1888 via empolgar o país é feita de

distância e quase *indiferença*, até o momento das pastorais de 1887”[245](*grifos originais).* A posição de Dom João Antonio divergia da relação adotada pela Igreja frente às questões abolicionistas durante o século XIX. Ele não manteve distância, nem mesmo indiferença às questões abolicionistas. Discutia os projetos de lei que chegavam ao senado e ainda propunha medidas no sentido de melhorar as condições de vida e mesmo estimular as manumissões dos cativos.

Apesar disso, não encontramos evidencias de que o bispo teria entrado em desacordo com a instituição da Igreja quando manifestava suas idéias sobre a questão da escravidão, nem mesmo conflitos entre ele e a sociedade local e proprietários. A sua formação também não nos revelou como determinante para suas idéias abolicionistas, pelo contrário. Os bispos brasileiros do momento tiveram, quase todos, a mesma formação religiosa ultramontana que Dom João Antonio e, nem por isso, se portaram de forma parecida quanto à questão do *elemento servil*.

Dito isso, podemos concluir que Dom João Antonio dos Santos era, ao mesmo tempo, defensor e um dos consolidadores do ultramontanismo no Brasil e emancipacionista.

[245] BEOZZO, In: HAUK; *et al*. 2008, p. 278.

Fontes

Manuscritas

Biblioteca Antônio Torres – IPHAN/ Diamantina

- Livros de Notas do Tabelião. Cartórios de 1º, 2º e 3º Ofícios. 1860-1888
- Arquivo José Teixeira Neves – Cx 1 a 7.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina – AEAD

- Caixa 03: Dom João Antonio dos Santos:
  Correspondências recebidas (1853-1883)
- Caixa 04: Dom João Antonio dos Santos:
  Correspondências recebidas: 1884-1903
  Correspondências emitidas: 1848-1903
  Orçamentos e recibos: 1867-1899
  Diversos: 1863-1903
- Caixa 05: Dom João Antonio dos Santos:
  Vida Pessoal: 1865-1897
  Diversos: 1843
- Caixa 06: Escravos:
  Documentos diversos: 1855-1888
- Caixa 453. Documentos Diversos

Impressas

Biblioteca Antônio Torres – IPHAN / Diamantina

- Jornais – O Jequitinhonha, Voz do Povo, Sete de Setembro.

Arquivo Público Mineiro – APM

- Jornais – O Jequitinhonha.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

- Jornais – O Jequitinhonha.

Referência Bibliográfica

ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerias. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 23, jul/2000

BEOZZO, José Oscar. "A Igreja e a Escravidão". In: HAUCK, João Fagundes; et. al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Segunda Época – Século XIX. Petrópolis: 2008, p. 257-295.

CHAVES, Cláudia M. G. *Perfeitos Negociantes*: Mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999

Coleção das Leis: Império d Brasil. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860. tombo XXI.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado.

CAMPOLINA, Alda Maria Palhares et alli. *Escravidão em Minas gerais*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado d a Cultura – Arquivo Público Mineiro/COPASA, 1988.

CAMPOS, Germano Moreira. A Administração da Diocese de Mariana no Governo de D. Antonio Ferreira Viçoso (1844-1875). 2010a. Disponível em <http://www.seminariojals.ufop.br/publicacoes.pdf> . Acesso em: 01 de mai. 2011.

CAMPOS, Germano Moreira. A "Viçocizaçâo" do catolicismo na diocese de Mariana (1844-1875). 2010b. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/ner/imagens/stories/germano_moreira_campos.pdf > acesso em 19 de out. 2010.

CONSENTINO, Daniel do Val. *A transição para o trabalho livre em Minas Gerais: um estudo a partir dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do*

recenseamento de 1872. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2004. p. 12-13. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.brdiamantina2004textosD04A055.PDF> acesso em 23 de julho de 2007

CASTRO, Hebe M. Mattos de. "Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão". In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil. Império*: a corte e a modernidade nacional. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 337-383.

CASTRO, Iná Elias de. "Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar". In: SOUZA, M. Adélia A. et al. (orgs). Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

COELHO, Tatiana Costa. *A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875*). Juiz de Fora: UFJF, 2010. Dissertação de Mestrado.

COSTA, José Pedro Costa. *Vanguardeiros.* Homenagem a Dom Joaquim Silvério de Souza no 60º aniversário de sua morte a 30 de agosto de 1933. Diamantina: 1993.

COSTA, Emilia Viotti. *A abolição*. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: UNESP, 2008.

COTA, Luiz Gustavo Santos. "O abolicionismo das minas: um breve estudo comparado do movimento abolicionista nas cidades de Ouro Preto e Juiz de Fora nos últimos anos da escravidão". In: PAIVA, Eduardo França; IVO; Isnara Pereira (org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2008.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *O Sagrado Direito da Liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871-1888)*. Juiz de Fora:UFJF, 2007. Dissertação de Mestrado.

DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Loyola, 2000.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras:* As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói:UFF, 2004

FERNANDES, Antonio Carlos. O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da modernidade. 1864-1917. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA SANTOS, Patrícia. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764*). São Paulo: USP, 2007. Dissertação de Mestrado

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito Diamantino. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf> acesso em: 15 de fev de 2010.

FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da Capa Verde:* O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

GOODWIN JÚNIOR, J. W. *Cidades de Papel:* Imprensa, Progresso e Tradição: Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). São Paulo: USP, 2007. Tese de Doutoramento.

GOODWIN JÚNIOR, J. W. Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinenses, 1900-1914. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, Anais, v. 11, 2004.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Brasília: UnB, 2002.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As Margens da Liberdade*: Estudo Sobre a Prática de Alforrias em Minas Colonial e Provincial. São Paulo: Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 1999. Tese Doutoramento.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da Monarquia*: escravos, operários e abolicionismo na Corte. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

JULIA, Dominique. “O Sacerdote”. In: VOVELLE, Michel (dir). *O Homem do Iluminismo.* 1. Ed. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 281-307.

LARA, Silva H. *Campos de violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho*: em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Junia de Souza. Mulheres Tecidas: O trabalho feminino nas fábricas de tecidos no final do século XIX e princípio do século XX. 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema5/QuartaTema5Artigo3.pdf> Acesso em: 15, jul. 2011.

LIMA, Junia de Souza. *De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930).* Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de mestrado.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MACHADO, Maria Helena P. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 8(16), p.143-160, março/ago, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Regiane. *A prática da alforria e o perfil do liberto nos testamentos paulistas do século XIX***.** São Paulo: USP. 1997. Disponível em <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist12_2.pdf> acesso em 30 de setembro de 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In***:*** *IX Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000. Anais, v.1.

MARTINS, Marcos Lobato. *Da bateia à enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Diamantina: Ed. FAFIDIA, 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. *A crise da mineração e os negócios do diamante no nordeste de Minas Gerais*, 1870-1910. Faculdade de Pedro Leopoldo e FAFIDIA/UEMG

MARTINS, Marcos Lobato. Diamantina – *Oitocentos/Novecentos: Eventos, Personagens e processos*. 2001. Mímeo.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1982.

MARTINS, Roberto B. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez.* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus*: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlim:Wissenschaftlicher Verlag, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio:* os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENEZES, José Newton C. *O continente rústico:* abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENEZES, José Newton Coelho. "Produção de Alimentos e a Atividade Econômica na Comarca do Serro Frio, século XVIII". In: *IX Seminário sobre a economia mineira.* Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000. Anais, v. 1.

MORLEY, Helena. *Minha Vida de Menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTA, Isadora Moura. "A Galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se": A revolta escrava do Serro (Minas Gerais, 1864). *Revista de História Social*, Campinas/SP, n. 12, p. 35-51, 2006. Disponível em: <www. ifch.unicamp.br> acesso em 03 de mar. 2011.

NEVES, José Teixeira. Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro. Atividades e Influências de Dom João Antônio dos Santos. Diamantina: Revista Separata do Livro, 1950.

NUNES, Marcos Antonio. Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minhas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. A Igreja no Brasil ou informações para servir de base à divisão dos bispados, projetada para o ano de 1819, como estatística da população dos mapas das respectivas províncias, e números de seus habitantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1866

PRAXEDES, V. L. OLIVEIRA, L.G. "Em busca da liberdade: Práticas de alforrias na região diamantífera (1850-1887)". In: CASSOMA, Simone dos Santos Palmeira, *Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte:/UEMG/PROENEX, 2008, p. 9-50.

PAZZINE, Fabiana Cabral. Movimentação abolicionista em Taubaté: a iminência da libertação dos escravos e a antecipação à Lei Áurea. *Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP – USP, set e 2008. (cd-rom)

REIS, Liana Maria. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira (1850-1888*). Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, Dissertação de mestrado, 1993.

REVEL, Jacques. "A História ao rés-do-chão". In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII***.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão*. A Lei de 10 de junho de 1835 - Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822–1889). Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.

ROCHA, Cônego Severiano de Campos**.** Vida e obra de Dom João Antonio dos Santos, primeiro e Santo Bispo de Diamantina: *Jornal A Estrella Polar*,1939-41.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte, ED. Itatiaia, São Paulo, ED. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Dayse Lúcide. *Entre a Norma e o Desejo: Estudo das Tensões na Vida Conjugal Diamantinense no Processo de Mudança Social*. 1863-1933. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Dayse Lúcide. O padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região – 1860 a 1930. *In:* Unimontes Científica. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul/dez. 2003.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino.* 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. *Revista de Estudos Históricos. Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 13, 1986.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e Conflito*: resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, R.W. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A., *História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233 a 290.

SOUZA, José Moreira de. Cidade: *Momentos e Processos:* Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: ANPOCS/ Marco Zero, 1993.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para a sua História*. São Paulo: Escolas Profissionais Liceu Coração de Jesus, 1929.